



COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



GEOGRAFIA E LITERATURA: MINAS GERAIS PELO OLHAR DOS POETAS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO



**GEOGRAFIA E LITERATURA: MINAS GERAIS PELO
OLHAR DOS POETAS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR



Reitor
José Geraldo Ticianeli

Vice-Reitor
Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda
Anderson dos Santos Paiva
Bianca Jorge Sequeira Costa
Fábio Luiz de Arruda Herrig
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
José Ivanildo de Lima
José Manuel Flores Lopes
Luiza Câmara Beserra Neta
Núbia Abrantes Gomes
Rafael Assumpção Rocha
Rickson Rios Figueira
Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone: +55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



GEOGRAFIA E LITERATURA: MINAS GERAIS PELO OLHAR DOS POETAS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO



BOA VISTA/RR
2020

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

EXPEDIENTE

Revisão

Kárita de Fátima Araújo

Capa

Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção

Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial

Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

A663g ARAÚJO, Kárita de Fátima.

Geografia e Literatura: Minas Gerais pelo Olhar dos Poetas da Inconfidência Mineira. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 235 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 61. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-65-86062-21-2

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3813690>

1- Geografia. 2 - Inconfidência Mineira. 3 - Literatura. 4 - Poetas.
I - Título. II - Araújo, Kárita de Fátima. III - Senhoras, Elói Martins. IV - Série

CDU – 316.77(815.1)

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

“A palavra Minas”

Minas não é palavra montanhosa
É palavra abissal.
Minas é dentro e fundo.
As montanhas escondem o que é Minas.
No alto mais celeste, subterrânea,
É galeria vertical varando o ferro
Para chegar ninguém sabe onde.
Ninguém sabe Minas. A pedra
O buriti
A carranca
O nevoeiro
O raio
Selam a verdade primeira,
sepultada em eras geológicas de sonho.
Só mineiros sabem.
E não dizem
Nem a si mesmos
o irrelável segredo chamado Minas.

Carlos Drummond de Andrade

APRESENTAÇÃO

Entendendo que a construção da identidade nacional e da formação territorial brasileira perpassam pelo contexto das Minas Gerais, procuramos fazer essa investigação à luz das obras literárias dos poetas inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto.

O entrecruzamento da Geografia com a Literatura foi feito através das obras *Vila Rica*, *Cartas Chilenas* e *Canto Genetliaco*, manifestações artísticas dos respectivos poetas e agentes que participaram efetivamente da Inconfidência Mineira. A poesia dos inconfidentes foi fundamental para analisar a condição da capitania mineira tal qual ela se apresentava, suas construções espaciais e temporais referentes a sociedade mineira do século XVIII.

Alguns elementos foram valiosos para esta análise, tais como, o conceito de sertão para aquela localidade e período, bem como sua ocupação e condição de isolamento; o desenvolvimento e decadência do “ciclo do ouro” e, as relações estabelecidas entre as Minas Gerais e as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, no intuito de, posteriormente, comporem juntas uma mesma nação independente de Portugal.

Além do entendimento da relação colonial entre Brasil e Portugal, fundamental para avaliar os motivos que levaram a elite mineira a se unir em torno de um movimento que, fortificado pela insatisfação com a gestão portuguesa sobre a colônia, tinha o intuito de transformar as Minas Gerais e quiçá São Paulo e Rio de Janeiro, em um território independente.

Para além das questões de políticas e econômicas que motivaram o movimento inconfidente mineiro, havia ainda aquelas questões de caráter ideológico, as quais foram essenciais para caracterizar as propostas dos atores diretamente envolvidos e serviram de inspiração para suas obras artísticas.

É chegado o momento para lhe fazer o convite para desfrutar reflexões sobre estas discussões. Desejo uma ótima leitura!

*Dedicado às pessoas que comigo
compartilham a vida. Em especial, Vinicius!*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 | 25
As Minas Gerais Setecentistas: desvelando espaços e territórios

CAPÍTULO 2 | 75
Inconfidentes e discursos político-literários: Cláudio Manuel da Costa; Tomás Antonio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto

CAPÍTULO 3 | 123
As influências liberais no movimento dos Inconfidentes das Minas Gerais

CAPÍTULO 4 | 163
Identidade Nacional e Formação Territorial nas Minas Gerais do século XVIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 205

REFERÊNCIAS | 213

SOBRE A AUTORA | 227

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste livro é compreender de que modo se processou a construção da identidade nacional e da formação territorial brasileira a partir da leitura e análise das obras dos literatos da Inconfidência Mineira. Este estudo nos possibilitou verificar qual ordem de pensamento geográfico está expresso em tais obras, bem como, a possível influência do mesmo na construção da própria identidade e territorialidade brasileiras.

Desta feita, buscamos elaborar um texto que transitasse entre áreas distintas, mas que se complementaram durante o desenvolvimento do livro, tais como Geografia, Literatura, História e Ciências Políticas, aliando as manifestações artísticas dos poetas inconfidentes, à construção da territorialidade das Minas Gerais dos setecentos. Deve-se ressaltar aqui que, no âmbito da Literatura Mineira setecentista, propusemo-nos a trabalhar apenas com uma obra de cada um dos três poetas envolvidos na Inconfidência Mineira, sendo eles e suas respectivas obras: Cláudio Manuel da Costa – *Vila Rica*; Tomás Antônio Gonzaga – *Cartas chilenas*; e Inácio José de Alvarenga Peixoto – *Canto Genetliáco*.

Assim, esforçamo-nos no sentido de *re(contar)* a história da Inconfidência Mineira a partir dos atores e/ou agentes do processo, utilizando-nos, portanto, da literatura produzida pelos três poetas inconfidentes assinalados, para nos enveredar pelos caminhos das Minas setecentistas e compreender o movimento inconfidente.

Diante disso, a delimitação temporal ateu-se ao século XVIII – em especial na segunda metade, devido ao próprio movimento inconfidente ter se desenrolado nesse período. E, por conseguinte, a demarcação espacial compreende a capitania das Minas Gerais, tal qual ela se apresentava naquele momento, com suas peculiaridades, limitações e intersecções com as demais regiões da colônia. As poesias dos inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto, portanto, enquadram-se nos limites temporais e espaciais por nós estabelecidos, servindo fundamentalmente a

este livro e nos auxiliando no desenvolvimento dos objetivos aos quais nos propusemos.

Para completar essa tarefa de especial grandeza para nós, escolhemos obras literárias que são fruto de um período ímpar na construção da nacionalidade e da identidade brasileiras, marcado por um movimento de suma importância no processo histórico de sua formação socioespacial: a Conjuração Mineira, de 1789. Mais do que refletirem a *visão do mundo*¹ de seus autores, **Vila Rica** – de Cláudio Manuel da Costa, **Canto Genetliáco**² – de Inácio José de Alvarenga Peixoto e, **Cartas chilenas** – de Tomás Antônio Gonzaga, são discursos acerca do espaço das Minas Gerais dos setecentos, escritos por intelectuais / *indivíduos expressivos*³ que vivenciaram as contradições, incertezas e temeridades de um movimento emancipacionista de tamanha grandeza e importância, até então inédito na colônia.

Desta feita, as obras dos literatos inconfidentes auxiliaram-nos a compreender como foi sendo construído o processo ideológico e político que culminou na Inconfidência Mineira. Paralelamente à análise de cunho geográfico dos textos literários, colocamo-nos na busca pelo entendimento de alguns aspectos de fundamental importância do período estudado, tais como, o desenvolvimento do chamado “ciclo do ouro” e, a construção do conceito de “sertão”, no tocante à condição de isolamento e despovoamento da região das minas de ouro e, sua posterior ocupação e “integração” às capitâncias de São Paulo e Rio de Janeiro.

É válido ressaltar ainda que, estando os poetas inconfidentes envolvidos no movimento pela emancipação da capitania mineira do domínio português, transformando, assim, as Minas Gerais em uma Nação

¹ Conceito proposto por Goldmann (1979) que se remete a indivíduos capazes de retratar o universo ao seu redor, encontrando formas adequadas e altamente coerentes – tais como as obras literárias e demais manifestações artísticas e filosóficas – de expressar seus ideais e concepções de mundo.

² Relativo ao nascimento. Espécie de composição poética destinada a festejar o aniversariante.

³ Conceito desenvolvido por Goldmann (1979) que caracteriza os intelectuais como aqueles que melhor conseguem expressar uma dada *visão do mundo*, compartilhada por demais indivíduos do mesmo grupo social.

independente, propusemo-nos a discutir a construção de uma identidade nacional para esse território que seria “emancipado”. Havendo a possibilidade de demais sujeitos em outras capitanias abraçarem o movimento – como se procurará demonstrar – pode-se mencionar a tentativa dos envolvidos em estabelecer um território nacional, independente, que possuísse sua própria identidade e, que abarcasse a capitania mineira e possivelmente as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro. Deve-se destacar que a Inconfidência Mineira é considerada fundamentalmente importante dentre os movimentos pela independência no Brasil, tendo sido responsável por promover o início do processo de *conscientização nacional*⁴ (CAVALCANTI, 2006, p. 93), reforçando a importância da discussão que aqui se quer promover.

Assim, buscamos nas obras dos poetas inconfidentes Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, elementos⁵ que sustentassem nossa hipótese. Ou seja, compreender à luz dessas obras literárias as proposições feitas pelos poetas para essa Nação independente, no que diz respeito ao território abarcado; à identidade do povo; à produção econômica; às questões de cunho político, ao tipo de Estado por eles proposto, bem como, suas leis e regimentos.

Quem foram esses sujeitos, portanto, que se envolveram em um movimento pela constituição de um território independente dentro da colônia? Em sua maioria, os inconfidentes compunham um grupo constituído por intelectuais, homens de posse, ocupantes de cargos governamentais e engajados na política. Nessas características encaixavam-se os poetas aqui analisados que, além de ocuparem posições de destaque na sociedade mineira, expressavam-se através de suas obras poéticas e literárias. Ressalta-se ainda que, em função dos cargos

⁴ Ver: CAVALCANTI, B. **Passaporte para o Futuro: Afonso Arinos de Melo Franco. Um ensaísta na República.** Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006. Discussão semelhante promovida também por Maria Arminda do Nascimento Arruda em “*Mitologia da mineiridade*” e, por José Murilo de Carvalho em “*A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*”, referências igualmente utilizadas neste trabalho.

⁵ Todos os destaques com caracteres em negrito, identificados ao longo do livro, em especial nas poesias, foram por mim inseridos a fim de se destacar elementos relevantes na escrita original dos autores utilizados.

governamentais que ocupavam, a circulação de suas ideias era facilitada, uma vez que, seus discursos ganhavam legitimidade e alcançavam diversas esferas da sociedade.

Os três poetas foram incentivados por suas abastadas famílias a estudar na Europa. Com exceção de Tomás Antônio Gonzaga que nascera em Portugal, veio para o Brasil e para lá retornou a fim de concluir seus estudos, os outros dois iniciaram seus estudos no Rio de Janeiro e em seguida foram ‘enviados’ para o velho continente.

Os três poetas inconfidentes graduaram-se na Universidade de Coimbra, sendo que, Alvarenga Peixoto e Tomás A. Gonzaga se conheceram na própria universidade e se tornaram amigos, formando-se em *Leis* respectivamente em 1767 e 1768. Já Cláudio Manuel da Costa, alcançou a *láurea*⁶ em artes e também obteve o título de bacharel na Faculdade de Cânones de Coimbra (LAPA, 1996).

Após retornarem ao Brasil, já graduados, os poetas ocuparam cargos importantes no governo da capitania das Minas Gerais: Cláudio Manuel da Costa foi por, duas vezes, nomeado secretário do Governo e, Tomás A. Gonzaga ocupou o cargo de ouvidor de Vila Rica.

Alvarenga Peixoto, por sua vez, após ocupar o cargo de *juiz de fora*⁷ da vila de Sintra, em Portugal, exerceu o magistério nesse mesmo local e, ao chegar às Minas Gerais, ocupou o cargo de ouvidor da comarca do Rio das Mortes. Dois anos após assumir o cargo, entretanto, abandonou-o no intento de dedicar-se à mineração, agricultura, criação de gado e produção de açúcar e aguardente, tendo constituído grande fortuna em terras e escravos (LAPA, 1996).

A condição econômica dos poetas foi, certamente, decisiva para que eles desenvolvessem sua intelectualidade, colocando-os à frente de cargos políticos que lhes dessem visibilidade e, possibilitando-lhes

⁶ Honraria de reconhecimento ao mérito acadêmico.

⁷ Homens letrados formados na Universidade de Coimbra e designados pelo Rei para atuarem no Império Português. Esse cargo agilizou a circulação do direito letrado e desafogou as atribuições dos membros da Câmara, cujo exercício de poder refletia diretamente os desejos da Coroa por um controle efetivo numa região distante do centro do poder metropolitano.

conhecer a organização governamental da colônia para anos mais tarde, questioná-la. Podemos considerá-los como membros da elite existente na época – fruto da exploração do ouro, da agricultura ou da criação de gado. Carvalho (1990, p. 69), afirma que, com exceção de Tiradentes, que possuía um caráter humilde e popular – o que influenciou, inclusive, na construção de sua imagem como *mártir* do movimento – os demais envolvidos faziam parte da elite econômica e cultural de Minas Gerais.

Como discutiremos adiante, o Movimento pela Inconfidência teve um caráter “conservador”, idealizado e organizado no seio da alta sociedade mineira dos setecentos. Assim, como salienta Valadares (2001), a insatisfação que permeava a sociedade mineira como um todo – devido às práticas abusivas dos governantes e à condição econômica já decadente das Minas Gerais – atingiu diretamente as famílias mais abastadas com as excessivas espoliações tributárias, “fazendo com que se criasse, entre os membros das elites, um ambiente de insatisfação” (VALADARES, 2001, p. 173).

A família de Cláudio M. da Costa descendia de portugueses e de paulistas, “pertencentes à primeira geração dos mineiros” (RIBEIRO, 1996, p. 09), o que lhes possibilitou acumular um significativo patrimônio.

Tomás A. Gonzaga, descendia de ingleses, portugueses e brasileiros, sendo que, seu pai ocupava o cargo de *juiz de fora* em Montalegre (Portugal), o que lhe possibilitou oferecer a seu filho a possibilidade de estudar e se graduar. Já Alvarenga Peixoto era o mais abastado dos três poetas, visto que, além de grande herança deixada pelo pai, possuía familiares abastados, herdeiros de sesmarias em Minas e Goiás. (LAPA, 1996).

Como se vê, a trajetória desses poetas, que constituíram ao lado de outros como José de Santa Rita Durão a chamada *Escola de Minas*, foi fundamental para constituir “não só uma vida material mais ativa, como também um desenvolvimento considerável de cultura intelectual. Partiram precisamente dessa província os movimentos revolucionários e as tentativas de independência, à frente dos quais se colocaram esses poetas” (CÉSAR, 1978, p. 153).

Assim, no intuito de contemplar as temáticas propostas para este livro, optamos por dividi-lo em quatro capítulos que se complementam e que atinjam, na medida do possível, os objetivos por nós almejados.

O capítulo 1, intitulado: “**As Minas Gerais Setecentistas: desvelando espaços e territórios**”, volta-se para a discussão da condição do *sertão* mineiro no início da ocupação feita pelos bandeirantes, em busca de ouro e metais preciosos. Assim, procuramos mostrar que aquele espaço foi sendo gradativamente modificado, tornando-se uma região dinâmica e urbanizada. Paralelamente a essa abordagem, iniciamos a inserção da temática da Inconfidência Mineira, apresentando o instável cenário político e econômico da região mineradora naquele período, responsável por despertar o desejo de independência dos envolvidos no movimento inconfidente.

O capítulo 2, “**Inconfidentes e discursos político-literários: Cláudio Manuel da Costa; Tomás Antonio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto**” discute diretamente a questão dos poetas inconfidentes e seus respectivos discursos literários. Para isso, utilizamos das concepções de Goldmann (1979) ao resgatar a *biografia* dos autores, o *contexto social e histórico* em que viviam e suas *concepções filosóficas*, no intento de desvelar suas *visões do mundo*. Neste sentido, foi de fundamental importância entender um pouco mais sobre o *Arcadismo*⁸, escola literária que possibilitou a esses poetas o desenvolvimento de suas obras tal qual elas se apresentam.

⁸ Escola literária que teve início em Lisboa, na Arcádia Lusitana (1756) com o objetivo de combater o artificialismo, a falsa argúcia e o palavreado oco, característicos do Barroco em sua fase de decadência. Os árcades procuravam uma dicção mais natural e se interessavam pela modernização da sociedade. Na prática, permaneceu muito do espírito barroco, misturado à naturalidade e ao realismo. No Brasil, o Arcadismo ganhou destaque com o movimento cultural e literário encabeçado pelos poetas mineiros da segunda metade do século XVIII e início do século XIX – quase todos marcados pelo espírito renovador da Arcádia Lusitana, e alguns deles realmente modernos pela escrita e a atitude mental (CÂNDIDO, 2010, p. 34-35).

Intitulado “**As influências liberais⁹ no movimento dos Inconfidentes das Minas Gerais**”, o capítulo 3 destina-se à essencial discussão do conceito de identidade nacional e sua construção nas obras escolhidas. Para tal, fundamentamo-nos no *construtivismo histórico*¹⁰ do Estado-nação, proposição compartilhada por Hobsbawm (1990), Gellner (1983) e Anderson (2008), que entendem as diversas esferas da vida social e pessoal como tendo sido culturalmente e historicamente construídas, frutos de uma já concebida prática vigente. Subjaz a essa discussão a compreensão da característica *conservadora* do movimento inconfidente, levando-nos a questionar seu real caráter “revolucionário”.

O capítulo 4, “**Identidade Nacional e Formação Territorial nas Minas Gerais do século XVII**”, ocupa-se em ir mais fundo nas discussões anteriormente iniciadas. Assim, voltamos à discussão da construção da identidade nacional e da formação territorial brasileira ou da sua geografia. Para tal, direcionamos nosso olhar para a compreensão do modelo de Estado independente proposto pelos inconfidentes, assim como, para a questão da construção da identidade nacional que foi apresentada nas obras literárias.

⁹ Entende-se aqui que, o liberalismo vindo da Europa influenciou diretamente os ideais do movimento inconfidente, uma vez que, consistia em um processo revolucionário que transitava para o conservadorismo por meio das revoluções burguesas.

¹⁰ Teoria que sustenta que as categorias do pensamento humano, da organização social, psíquica e até biológica, são culturalmente construídas. Constituindo concepções criadas pela ideologia e pelo poder político e social (ROVISCO, 1990).

CAPÍTULO 1

*As Minas Gerais Setecentistas:
desvelando espaços e territórios*

AS MINAS GERAIS SETECENTISTAS: DESVELANDO ESPAÇOS E TERRITÓRIOS

A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII: O “SERTÃO DOS CATAGUASES”

Aqui a terra, que tinha as suas entranhas de ouro, que rolava seus rios sobre leitos de diamantes, que patenteava um seio virgem, úbero e fértil; que mostrava o seu clima benigno e vivificador, aí mísera e mesquinha, definhava nos braços mirrados da pobreza, aos olhos da miséria! O facho da ignorância ateava a chama da destruição nas florestas majestosas e seculares [...]. A escravidão com seus cem braços negros e pesados ao uso das algemas, substituía o arado, e eternizava a rotina sobre os campos. Dir-se-ia que o Brasil, roubado às comunicações universais, era como essa parte da lua eternamente oculta às observações do nosso planeta (SILVA, 1948, p. 40-41).

“Sertão dos Cataguases¹¹”, denominação utilizada para definir uma localidade praticamente desconhecida e inexplorada. Assim se apresentavam aquelas terras além do litoral e que tanto tinham para revelar. Não se pode desconsiderar o que já existia em terras longínquas, que despertaria interesse e faria vir de longe desbravadores e sonhadores. Trata-se, portanto, do “sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão” (MORAES, 2009, p. 98).

¹¹ Denominação que faz referência aos povos indígenas habitantes da região na ocasião das entradas realizadas em busca de diamantes. Atualmente, Cataguases é um município localizado na Zona da Mata mineira.

Sertão este que é colocado como uma “ideologia geográfica”, ou seja, uma condição atribuída a vários lugares, em diferentes contextos históricos. O sertão, nessa proposição, é mais que um lugar no espaço, é uma condição, uma representação da realidade. Em geral, o sertão é relacionado à pobreza, à miséria: características negativas e pejorativas (MORAES, 2009).

Nesse sentido, as Minas Gerais dos setecentos são interessantes uma vez que se trata de um espaço vasto, pouco conhecido e praticamente inexplorado até a descoberta de metais preciosos e a vinda de grande contingente populacional em busca das riquezas ali existentes. Sem esquecermos que, até que isso acontecesse, o sertão apresentava-se como um espaço desconhecido, cheio de perigos e que oferecia poucas certezas de sucesso para aqueles que se propunham a desbravá-lo. Abreu (1954) afirma que:

Os primeiros ocupadores do sertão passaram a vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação de mandioca [...] (ABREU, 1954, p. 217).

As dificuldades enfrentadas por aqueles que viram no sertão uma possibilidade de descobrir riquezas e construir um patrimônio, teriam sido menores se, desde o início da ocupação, a Coroa Portuguesa tivesse se colocado à frente da empreitada. Contudo, Portugal foi no sentido oposto, ocupando efetivamente o litoral em detrimento do interior – devido à própria necessidade de inserção da metrópole portuguesa e do Brasil - colônia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), feita a partir do cultivo da cana-de-açúcar nos solos férteis do litoral. As entradas realizadas sertão adentro deviam, no princípio, serem autorizadas pela Coroa e possuírem caráter meramente exploratório, sendo que, proibia-se a fundação de povoamentos afastados da costa.

Contrariando, contudo, essas determinações, as entradas e, posteriormente, as bandeiras – enquanto iniciativas prioritariamente privadas, independentes do apoio ou financiamento da Coroa – foram responsáveis por expandir o território e ocupá-lo. Diferentemente de a ocupação dar-se somente dentro do “ciclo oficial” – oriundo de ação estatal e dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas – ela ocorreu baseada naquilo que Magalhães (1978, p. 13) chamou de “ciclo espontâneo”, em que as explorações ocorriam de maneira mais dinâmica e independente.

Cabe reforçar aqui que, devido à condição econômica de Portugal naquele momento, as bandeiras foram fruto de um esforço particular e resultaram, como mencionado, do investimento do capital privado. A Coroa portuguesa, entretanto, acompanhou atentamente o processo de ocupação e exploração da região das minas, estabelecendo uma espécie de “aliança” com o capital privado. Aliança esta, considerada uma imposição pelos bandeirantes, uma vez que, “o desenvolvimento subsequente das povoações fundadas pelos pioneiros esteve sempre condicionado pelas funções, pelo estatuto e pelos títulos que foram atribuídos a estes núcleos pelo rei de Portugal e por seus representantes” (FONSECA, 2011, p. 49).

Constata-se, portanto, que anteriormente à descoberta do ouro nas Minas Gerais, os maiores núcleos de povoação se encontravam no litoral da colônia, de modo que, o interior era ainda pouquíssimo explorado e ocupado por populações indígenas e locais de colonização isolados – geralmente ligados a atividades agropecuárias (FONSECA, 2011).

Segundo Moraes (2008), “o processo de colonização avança a partir de *zonas de difusão*, núcleos de assentamento original que servem de base para os movimentos expansivos posteriores” (MORAES, 2008, p. 69). Assim sendo, há um contínuo povoamento do entorno destas zonas, definindo o que o autor denominou “região colonial”. Ainda segundo Moraes:

A colônia é, geralmente, composta de um ou alguns desses conjuntos regionais (preexistentes ou criados pelo colonizador). Porém, o território colonial vai

além dessas unidades, incorporando também *áreas de trânsito* sem ocupação perene, e os lugares recém-ocupados com uma colonização não consolidada. Boa parte da vida colonial ocorre nestes espaços, que têm por marca o uso transitório e ocupação efêmera, realizada por agentes sociais que têm por qualidade o deslocamento espacial contínuo (MORAES, 2008, p. 69).

A região das minas aparece neste contexto como uma dessas *áreas de trânsito*, em que a ocupação não era ordenada e a colonização era não consolidada em um primeiro momento. A busca por mão-de-obra e posteriormente por pedras preciosas fez com que a região atraísse esse intenso deslocamento populacional, originando uma ocupação descontínua.

Interessante perceber que a caracterização do sertão enquanto uma *área de trânsito* reflete seu permanente processo de *ressignificação*, uma vez que, “estas extensões de terras ‘virgens’ [...] passam a ser percebidas como uma reserva de riquezas” (FONSECA, 2011, p. 295). Assim, se em um dado momento a condição de sertão é suprimida ou “vencida”, no momento seguinte ela poderá ser recolocada e, o sertão será mais uma vez “empurrado para fora” ou “arredado” (MORAES, 2008), tendo seus limites redefinidos em função do processo em curso.

Apenas no início do século XVIII, com a descoberta pelos bandeirantes paulistas dos primeiros locais de extração, começaram a surgir algumas concentrações humanas onde antes só havia terras inexploradas. Como a ocupação ocorria na medida em que eram descobertas novas minas, surgiam concomitantemente áreas de produção agrícola, pecuária e também comercial, para suprir as necessidades das novas povoações. Esse processo de colonização na região das minas ocorria na medida em que um grupo humano ocupava um novo território, tendo em vista que, ao avançar sobre um espaço novo, procuravam incorporá-lo ao seu local de habitação.

Como se vê, o que era considerado sertão, interior selvagem e desconhecido, foi sendo delineado a partir de um povoamento de incorporação de novas áreas aos territórios já ocupados, o que foi definido por Fonseca (2011, p. 66) como um movimento “centrífugo”, partindo dos centros mineradores para as zonas circunvizinhas. Paralelamente à extração do ouro surgiram outras atividades que contribuíram para o desenvolvimento da região mineradora, tais como a pecuária e a agricultura de subsistência, sendo que, ambas se desenvolveram e criaram mercados consumidores.

Deve-se ressaltar que, essas atividades que garantiram a fixação de grupos humanos nesses locais são fruto de um efetivo processo de colonização. De acordo com Moraes (2008), “nem toda expansão resulta diretamente em colonização. Para que ela ocorra é necessária uma efetivação da ocupação do espaço, isto é, a colonização é um assentamento com certa dose de fixação e perenidade” (MORAES, 2008, p. 63).

Venâncio (2001) afirma que, “comércio e povoamento formaram, na história mineira, um binômio complementar. Foi através destes dois processos que surgiu a malha de relações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para dar origem a Minas Gerais” (VENÂNCIO, 2001, p. 181). E, segundo Paula (2000):

[...] É como um quadro amplo, nuançado, complexo que se deve ver a estrutura urbana mineira desde o século XVIII. [...] Minas como território de novas atividades produtivas além da mineração, uma ampla gama de atividades, de relações, de estruturas: o desenvolvimento da manufatura, da agricultura, da pecuária, da manufatura agrícola, da mobilidade social; da expansão urbana; da expansão demográfica; do desenvolvimento artístico e cultural; do desenvolvimento de mercados; a presença de uma complexa burocracia judiciária, tributária e administrativa. (PAULA, 2000, p. 13).

Vale ressaltar que o povoamento ocorria a partir dos acampamentos dos mineiros e tropeiros, que com o passar do tempo se organizavam e se transformavam em povoações mais estáveis. Não havia, em um primeiro momento, uma preocupação sequer da própria Coroa Portuguesa em ocupar ordenadamente o território. Assim sendo, “o deslocamento das fronteiras do povoamento na colônia portuguesa não se fez de modo linear e contínuo” (FONSECA, 2011, p. 54).

A falta de ordenamento na ocupação e a despreocupação com esse aspecto faziam parte da lógica do processo de colonização imposto pela própria Coroa Portuguesa. Segundo Moraes (2008), cada Estado metropolitano, era responsável por determinar seu processo de colonização, orientando a organização do espaço imperial em sua totalidade e colocando a colônia como sendo parte de uma estrutura que trabalhava para o sistema.

A busca por pedras preciosas pelo interior do país iniciou-se ainda nos “dois primeiros séculos de ocupação da colônia” (FONSECA, 2011, p. 58), e foi fundamental para garantir a expansão para os sertões ainda pouco explorados. Aqui, faz-se necessário considerar a ideia dos *mitos fundadores*.

Segundo Chauí (2000), o mito não deve ser visto apenas como uma narrativa de feitos lendários, mas também como uma “solução imaginária para certas tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. Ademais, um mito fundador “impõe um vínculo interno com o passado de origem [...] e não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias” (CHAUI, 2000, p. 09).

Ainda segundo a autora, tais mitos foram essencialmente construídos a partir de elementos advindos do período de conquista e colonização da América e do Brasil. Os três principais elementos considerados “sagrados” são a natureza – a “visão do paraíso” assim chamada por Sérgio Buarque de Holanda – a história teológica providencial e profética e; o governante, símbolo da graça de Deus. Assim, as terras “descobertas” constituem invenções históricas e construções culturais. O Brasil, por sua vez, ao ser “inventado” como uma “terra

abençoada por Deus” é construído em sua origem como um mito fundador (CHAUI, 2000, p. 57-58).

Nesse sentido, a “*Ilha Brasil*” constitui-se num mito geográfico importante a ser considerado, pois, ele foi fundamental para orientar Portugal em suas decisões sobre como operacionalizar e executar suas atividades no território brasileiro. Tal “mito” consistia na crença da existência de uma “ilha” cercada pelas águas de rios da bacia do Amazonas e do Prata.

Já na primeira metade do século XVI, entre 1528 e 1543, João Afonso, piloto português ao serviço da França, fala nas suas obras da existência duma ilha Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e o Prata, os quais se ligavam por um grande lago, que se podia navegar e já se tinha navegado, respectivamente da foz de um para a de outro (CORTESÃO, 1956, p. 135).

A ilha ganhou denominações como “Dourado”, “Eupana”, “Laguna encantada Del Paytiti”, “Paraupaba” e, na medida em que cada vez mais bandeiras eram realizadas a essas terras interiores, mais a “lenda” se deslocava para o ocidente, contrariando as fronteiras previamente demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas e, fornecendo a Portugal uma “legitimação poderosa à vontade política expansionista da Coroa, conferindo limites geográficos alternativos para o empreendimento colonial” (MAGNOLI, 1997, p. 47).

Estimulados por mitos sobre o “Eldorado” e posteriormente, em busca de escravos indígenas, diversas entradas e bandeiras foram organizadas, mas não obtiveram sucesso em encontrar tais riquezas minerais. Contudo, a procura por metais preciosos e recursos naturais raros, constituiu-se um vetor positivo. A possibilidade de se encontrar ouro e prata fazia com que os obstáculos para adentrar em um espaço desconhecido se tornassem pouco relevantes. Assim, “lugares

extremamente insalubres ou distantes foram ocupados rapidamente quando dotados de reservas minerais valiosas” (MORAES, 2008. p. 66).

Além disso, os esforços feitos para se descobrir novos territórios, bem como, suas características geográficas, físicas ou humanas, e ainda realizar uma cartografia que foi utilizada por outros desbravadores séculos depois, são indícios da produção de uma “identidade nacional”, pois, como salientou Magnoli (1997, p. 110), “a definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação”.

A mais relevante expedição bandeirista foi organizada por Fernão Dias Pais Leme, que saiu de São Paulo em 1674 e permaneceu nos sertões mineiros até 1681, data da morte de seu comandante. Durante a empreitada, vários núcleos de povoamento foram fundados e em alguns deles descobriu-se a presença de ouro (FONSECA, 2011). De acordo com Holanda (2000), “as expedições realizadas a esse tempo [...] independentemente das iniciativas oficiais e visaram menos à busca de ouro, prata e pedras coradas do que à captura do gentio para as lavouras naquela e em outras regiões” (HOLANDA, 2000, p. 54).

Deve-se ressaltar que, bandeiras como a de Fernão Dias foram muito importantes, pois, ao adentrarem no território e descobrirem caminhos e lugares ainda “inexistentes”, levando a criação de paradas e arraiais – que posteriormente se tornariam vilas – foram responsáveis por interligar regiões diferentes do Brasil, deixando-o “ligado de Norte a Sul pelo interior” (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 31).

Mesmo que a princípio tais expedições não fossem voltadas para a procura de pedras preciosas e sim visando capturar indígenas para serem utilizados como mão-de-obra, “a geografia fantástica, suscitada desde cedo nas capitânicas do centro pelas vagas notícias de tesouros opulentos que andariam encobertos no fundo do sertão, tivera seus fiéis em outras épocas” (HOLANDA, 2000, p. 67). Desta feita, nos anos subsequentes, conforme novas jazidas eram descobertas, organizavam-se núcleos de povoamento (arraiais e vilas) em torno das mesmas. Como já mencionado, surgiam, ainda, atividades que serviam de apoio aos viajantes e que

acabavam por se desenvolver, tais como a agricultura, a pecuária e o comércio.

Deve-se destacar que o povoamento do “sertão dos Cataguases” ocorreu tanto na região central, onde predominavam as zonas auríferas e os numerosos arraiais que se situavam bastante próximos uns dos outros, quanto no Vale do São Francisco, região mais distante, com ocupação dispersa e presença de grandes propriedades, mas que, nem por isso ficou isolada do centro da capitania (FONSECA, 2011).

Ocorreram, porém, outras expedições que se destinavam especificamente à procura de metais preciosos, diferentemente das primeiras, voltadas apenas para a captura de escravos e, que esporadicamente encontravam ouro. Tal como, aquela responsável pela descoberta dos tesouros presentes na região que viria a ser Vila Rica – atual Ouro Preto – liderada por Manuel Garcia e acompanhada pelo mulato Duarte Lopes, que obtiveram sucesso em sua empreitada, no ano de 1695 (LIMA JÚNIOR, 1996).

José Rebêlo Perdigão escreve documento ao padre Diôgo Soares no intuito de fornecer detalhes do descobrimento de Ouro Preto. Tal documento, já publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, Portugal, e, segundo Lima Júnior (1996, p. 52), “tem o número CXVI-I-5 em cujo Códice às fls. 147 a 152 se lê”:

Notícia Prática que dá ao Revmo. Padre Diogo Soares, o Mestre de Campo José Rebello Perdigão, sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro (Texto) Manda-me V. Revma., que por serviço de S.M. que Deus Guarde, e, como habitador dos mais antigos destas Minas, o informe dos primeiros descobrimentos delas e principalmente do célebre e precioso ribeirão do Ouro Preto, e dos mais que nele entram até formar o famoso ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, com particular individuação do que nesta matéria souber e como para semelhantes empregos é minha obediência

cega, direi ao que se informou ao primeiro General, que com esta incumbência passou as Capitânicas de São Paulo, de quem vim por secretário do seu Governo. [...] Pelas notícias que deram em São Paulo, os primeiros sertanistas que vieram do Descobrimto das Esmeraldas, com o capitão-mor Fernando Dias Paes, e principalmente por um Duarte Lopes, que fazendo experiência em um certo ribeirão que disse desaguava no Guarapiranga, de que com uma bateia tirava ouro e tanto, que chegava, em povoado, a fazer dela várias peças lavradas para uso da sua casa, se animaram os moradores de todas aquelas Vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem a paragem ou sertão da desejada Casa da Casca, onde diziam era muito e precioso o ouro.

Após a descoberta feita por Manuel Garcia, Antônio Dias, organizou uma nova Bandeira, que, posteriormente encontrou, na outra vertente, novos depósitos auríferos. A partir daí, a notícia da riqueza que se escondia naquelas terras se espalhou e, embora Portugal tentasse suprimir as informações sobre o ouro, viajantes de todas as partes vieram em busca de sua sorte. Lima Júnior (1996), afirma que:

[...] os judeus de todo o mundo conheciam detalhadamente tudo quanto aqui se passava, pois que a maior parte dos ocupantes das novas terras fossem paulistas ou da Bahia e Rio de Janeiro, que nos vales úmidos do Ouro Preto se reuniam na faina de minerar, eram quase todos cristãos novos, judaizantes em segredo, que se comunicavam com os seus onde quer que eles se encontrassem (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 59).

Então, tão rápido quanto se descobriu o ouro, povoou-se a região de Vila Rica (Ouro Preto) e, “trataram, logo, de fazer plantação, frutificar

a terra e cultivá-la, para haverem de se sustentar e habitar nela” (SARMENTO, 1735 *apud* LIMA JÚNIOR, 1996, p. 59).

Mas, como aconteciam de fato essas ocupações? Como os exploradores fincavam raízes? Sabe-se que elas não eram planejadas e foram movidas por expedições que adentraram no interior mineiro em busca de metais preciosos, desbravando o que Fonseca (2011) chamou de “sertão colonial [...] um espaço em perpétuo vir a ser, convertido em território na medida em que o povoamento avança e se intensifica” (FONSECA, 2011, p.54). O processo de ocupação, segundo a autora, era sempre o mesmo:

Em primeiro lugar, os pioneiros nomeavam os elementos naturais mais marcantes: os rios, ribeiros, ribeirões, córregos, serras, morros, rochedos, campos e matos. Tais elementos frequentemente recebiam denominações descritivas, de origem indígena, como em *Itaverava* – “o rochedo que brilha” [...]. Ao mesmo tempo que se nomeavam os acidentes geográficos, alguns dos lugares onde se descobria o ouro tornavam-se arraiais estáveis e adquiriam denominações de caráter descritivo: por exemplo, Ouro Preto, Catas Altas e Tijuco (“terreno lamacento”) remetem à natureza das jazidas e às características destes terrenos auríferos [...]. Em seguida, estas toponímias, que remetiam a elementos naturais ou artificiais (como os povoados), eram associadas a palavras que estendiam tais designações às zonas adjacentes [...] – como o “sertão do rio Verde” ou o “sertão do rio do Tamanduá” [...]. O sertão, no princípio unidade homogênea, subdividise assim em vários sertões. Mais tarde, à medida que o povoamento avança, o termo é substituído por outras palavras que designam diferentes categorias e diferentes escalas do espaço ocupado e territorializado: “campanha”, “conquista”, “paragem”, “sítio”, “continente”, “distrito” etc. (FONSECA, 2011, p. 75-76).

Conforme os povoamentos cresciam, e a busca por ouro atraía cada vez mais viajantes em busca das riquezas, o interesse da Coroa portuguesa em controlar e administrar esse território em expansão se intensificava. A partir do século XVIII, no intuito de controlar socialmente a zona mineradora, a Coroa passou a utilizar um mecanismo bastante eficaz: o poder eclesiástico.

Além de garantir que os habitantes das terras longínquas fossem catequizados, a religião serviria para vigiar de perto as ações naquele território. Diferentemente do que ocorreu no litoral do país, onde a Igreja acompanhou e liderou o processo de ocupação e territorialização, no interior, ela apenas se apossou de uma estrutura que já estava organizada. Assim, conforme as primeiras vilas eram criadas, subordinadas aos ditames da Coroa e da Igreja, cada qual passava a ter também seus “concelhos”¹² e sua autonomia administrativa, seguindo o modelo utilizado em Portugal. Concomitantemente à criação dessas vilas, surgiram cada vez mais arraiais: pequenas povoações dependentes de uma sede de concelho, que por sua vez também estavam submetidas aos interesses da metrópole.

A partir de então, contando com a iniciativa dos habitantes da região das zonas do ouro, capelas foram erguidas, irmandades foram criadas e religiosos passaram a ser remunerados por suas celebrações. Paula (2000) destaca a importância decisiva dessas irmandades, que eram “... talvez, as mais importantes instituições da sociedade civil de então [...] capazes de garantir algum grau de organização autônoma, de busca de defesa e interesses coletivos etc.” (PAULA, 2000, p. 49).

Assim, começaram a surgir as primeiras “sedes paroquiais”, que constituíam “as células base da organização eclesiástica da colônia” (FONSECA, 2011, p.85). Ou seja, era a partir das “paróquias” ou “freguesias” que emanavam as atividades religiosas e também administrativas da região. Tais “freguesias” não tinham limites bem definidos, devido à grande extensão territorial e, conforme era necessário

¹² Também chamados de cidades, vilas, coutos e honras. [...] Eram as células básicas da organização político-territorial portuguesa, e foram, mais tarde, também chamados municípios (FONSECA, 2011, p. 27).

- devido ao aumento da população ou aos obstáculos postos pelo terreno
- novas “freguesias” eram criadas ou tinham seus limites redefinidos.

Vale ressaltar que, a região mineradora possuía a maior parte das “sedes paroquiais”. Diversas capelas surgiram em Ouro Preto, Rio das Mortes e Serro. De modo que, os arraiais mais “estáveis” encontravam-se nas principais regiões auríferas – ao longo da serra do Espinhaço. Além disso, a maior parte das “freguesias coladas”¹³ que se encontravam nas zonas mineradoras foi criada na primeira metade do século XVIII, apogeu da produção aurífera e período de muitas revoltas em Minas Gerais. Justifica-se, portanto, a criação de tantas paróquias com padres de confiança para supervisionar a região (FONSECA, 2011).

Cabe aqui destacar que entre os anos de 1711 e 1730 foi quando surgiram mais da metade das vilas que tiveram seu início com a povoação nos núcleos mineradores ao longo da Serra do Espinhaço (antes mesmo da autonomia da capitania em relação a São Paulo, que ocorreu em 1720). Em 1711, Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila Real do Sabará (atual Sabará), foram “agraciadas” com o título de primeiras municipalidades¹⁴ da capitania de Minas Gerais (FONSECA, 2011).

Avançando um pouco na história, em meados de 1750, quando a crise da produção aurífera começou a se anunciar, houve uma expansão da área de exploração e ocupação, avançando para regiões ainda desconhecidas, limítrofes da capitania. Isso se deveu principalmente ao fato de a Coroa Portuguesa fiscalizar de perto as movimentações humanas e a extração das pedras nas regiões mais ocupadas da capitania. Diante disso, uma parte da população saiu das “zonas centrais” em direção a outras localidades, na esperança da descoberta de novas jazidas, além da procura por terras propícias à agricultura. Assim, o território ocupado acabou sendo ampliado, o que aumentou a contribuição para a Coroa.

¹³ Ou “colativas”. Eram as paróquias em que os padres eram “colados” ou “perpétuos”, nomeados pelo rei e beneficiários da cõngrua (benefícios eclesiásticos) (FONSECA, 2011).

¹⁴ Corresponde a uma autarquia local, independente, ao contrário dos concelhos que eram administrados pelos municípios.

Nesse período, os arraiais que surgiram estavam localizados na porção sul da capitania e não houve a criação de tantas vilas como ocorreu no meio século anterior. Isso se deveu ao povoamento que ocorreu de maneira disseminada por regiões periféricas da capitania, geralmente ligado às atividades comerciais e agrícolas e não tanto à mineração. Deve-se salientar que, essas atividades paralelas à mineração que vinham se desenvolvendo, foram fundamentais para que a economia mineira não se estagnasse diante do declínio da produção aurífera. (FONSECA, 2011).

Os novos arraiais que surgiam, ligados principalmente à agricultura, encontravam-se mais dispersos do que aqueles voltados para a mineração, uma vez que, necessitava-se de mais “espaço” para desenvolver atividades agrícolas. Essa foi uma característica observada no início do século XIX por viajantes naturalistas que estiveram naquela região, tais como Auguste de Saint-Hilaire, que se referindo à Comarca do Rio das Mortes, relatou:

Esta comarca produzia muito ouro, mas hoje os habitantes dedicam-se especialmente à agricultura e à criação de gado e de porcos, favorecida pela proximidade da estrada do Rio de Janeiro (...) a comarca também fornece aos habitantes do Rio de Janeiro prodigiosa quantidade de toucinho e queijo, algodão, tecidos grosseiros, carneiros, cabras, açúcar, couro e também de tabaco, que é produzido no termo de Santa Maria de Baependi. (AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE, 1941, p. 193).

Cabe destacar aqui, o que pode, de fato, ter levado à crise da produção que acabou propiciando o deslocamento da população para outras áreas, expandindo a ocupação para outras regiões da capitania. Alguns fatores de relevância foram destacados pelo próprio Governador de Minas Gerais, D. Rodrigo José de Menezes, em 1780:

Para arrancar das entranhas da terra êste metal preciosíssimo, não só é necessário ao mineiro um excessivo trabalho e despesas avultadíssimas, mas elê acha a cada passo obstáculos quase invencíveis, umas vezês na mesma natureza do terreno onde, depois de ter gasto anos e dinheiro em abrir a mina, encontra uma pedreira que o impossibilita de continuar e fica malogrado todo o trabalho e despesa e o mineiro pobre, exposto às execuções de seus credores e sem crédito ou cabedal para poder comprar negros, sustentar alguns, se os tem e tentar por êste modo vencer a dificuldade. Outros, na falta total das águas, que é necessário encanar de distancias afastadas para lavar a terra, em cujo trabalho encontram oposições, discórdias e processos. Algumas, na pouca harmonia, dos vizinhos, que, por não concorrerem cada um de sua parte com alguma despesa em bem-comum de todos, desprezam a sua felicidade e a do Estado, deixando inúteis lavras reconhecidamente ricas. Muitos, na insaciável cobiça de outros, que, tendo noticia da riqueza de uma mina, vão atalhar com uma outra contramina, que faz com que a primeira largue o seu trabalho e vá velo mesmo método primeiro seguido, do que tudo resultam demandas intermináveis e ficar a lavra, entretanto, inútil, sem dela aproveitarem os vassalos, nem a Real Fazenda tirar o seu Quinto. (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 74-75).

Como se vê, durante o século XVIII, especialmente na primeira metade, a descoberta de jazidas de ouro foi fundamental para a expansão e ocupação do interior de Minas Gerais¹⁵. Mas, as dificuldades físicas e os altos custos para extrair o ouro podem ter sido a razão pela qual a prática caiu em decadência na segunda metade do século, como foi relatado pelo Governador na época. A fixação em determinados locais, por

¹⁵ Minas Gerais enquanto capitania independente criada em 1720, a partir da separação da capitania de São Paulo.

consequência, dava-se na medida em que viajantes e exploradores adentravam o território em busca dos metais preciosos. A partir daí, portanto, a configuração da região mineradora se estabelecia e se desenvolvia.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA: PROJETO DE AUTONOMIA PARA AS MINAS GERAIS

É nesse cenário que se desenrolou um acontecimento importante na história de Minas Gerais: a Inconfidência ou Conjuração Mineira, fundada em 1789. O movimento foi encabeçado por membros da elite da época, moradores da região das minas e, em sua maioria, intelectuais. O clima de tensão que pairava sobre as terras mineiras anteriormente à Inconfidência, foi atribuído em grande parte aos insatisfatórios governos de D. Luís da Cunha Meneses (1783) e de seu sucessor, o visconde de Barbacena (1788) (VALADARES, 2001).

Os altos impostos e excessos de tributos cobrados pela Coroa, além da falta de habilidade dos governantes em suas políticas, foram se acumulando ao longo dos anos e, o estopim da crise foi a ameaça do lançamento da “derrama”¹⁶ que cobraria o total das dívidas acumuladas referente aos impostos que deixaram de ser pagos. Apesar de a mineração na capitania das Minas Gerais se encontrar no final no século XVIII em declínio, Minas ainda possuía certa estabilidade econômica e, a região detinha componentes que poderiam gerar tensão entre os habitantes:

Minas, mesmo exausta do extrativismo mineral, concentrava perto de 300 mil almas habitando cidades, fazendas, lavras, morros e pequenas propriedades, um significativo contingente populacional se comparado a outras regiões coloniais

¹⁶ Cobrança extraordinária efetuada pela Coroa que incidia sobre todos os habitantes da capitania - proporcionalmente aos rendimentos de cada um – caso o valor anual do ouro recolhido não atingisse a cota de cem arrobas (FONSECA, 2011).

e cerca de 20% de toda a população da América portuguesa. A economia mineira assiste a uma silenciosa expansão, malgrado a crise da mineração, graças a capacidade de diversificação de atividades como criação, agricultura e artesanato. (FIGUEIREDO, 1996, p. XL).

Além do contingente populacional, da crise na produção e da insatisfação generalizada, havia ainda as ideias trazidas pelos *letrados*¹⁷ habitantes das vilas que, após estudarem em universidades europeias, voltaram cheios de pensamentos de renovação, “embebidos pelo Iluminismo¹⁸ [...] atacando os poderes do Estado e da Igreja, [...] colocando a luta pela liberdade política como fundamento” (FIGUEIREDO, 1996, p. XL).

A independência das colônias inglesas, ocorrida em 1776, também teve seu papel decisivo na busca do rompimento com a metrópole. Figuras importantes, das quais falaremos mais adiante – José Álvares Maciel e o alferes Tiradentes – estavam exaltados com a possibilidade de o levante ser bem sucedido, assim como aconteceu nos EUA (FIGUEIREDO, 1996, p. XLII- XLIII). As reuniões secretas entre estes personagens e os demais inconfidentes que daí se sucederam, serão tratadas nos próximos capítulos.

Anos antes, ainda em 1714, foram definidos os limites das três primeiras comarcas da capitania: Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes, de modo que, em 1720, a comarca do Rio das Velhas foi desmembrada para originar uma quarta comarca: a do Serro Frio. Cada uma delas deveria contribuir com o quinto, sendo que seus habitantes

¹⁷ Considerados aqui como *intelectuais* membros da elite mineira setecentista, que ao estudarem na Europa – especialmente na Universidade de Coimbra – retornaram embebidos de ideais libertários. Ver estudo realizado por: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

¹⁸ Conjunto de ideias do movimento conhecido como *Ilustração*, que se desenvolveu na Europa durante o século XVIII. A chamada explosão das “luzes” veio sendo preparada nos séculos anteriores com o racionalismo cartesiano, a revolução científica e o processo de laicização da política e da moral (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 248).

pagariam uma soma anual de trinta arrobas de ouro, que seria dividida entre as três comarcas, facilitando, assim, a coleta (FONSECA, 2011, p. 142).

Além de facilitar as cobranças e os pagamentos, a delimitação das comarcas definiria onde estava localizado cada um dos núcleos mineradores. Vale ressaltar que, as fronteiras não estavam totalmente demarcadas, afinal, tratava-se de espaços “vazios”, chamados por Fonseca (2011) de “fronteiras abertas”. Espaços estes que foram sendo definidos na medida em que iam sendo ocupados e que correspondiam a uma grande porção de terra, gerando comarcas bastante extensas.

Nos quinze anos que se seguiram – entre 1714 e 1730 – diversas vilas e arraiais surgiram, o que não se repetiu entre 1730 e 1789, período em que o povoamento se disseminou pelo sul da capitania, como já mencionado anteriormente. Somente a partir da última década do século XVIII, as vilas voltaram a ser criadas, coincidindo com os diversos conflitos existentes no período, inclusive a Inconfidência Mineira ocorrida nos anos de 1788 e 1789 (FONSECA, 2011, p. 558).

Mas, a que se deveu o interesse na criação de novas vilas pela Coroa após anos sem nenhuma fundação? Provavelmente, aos tais conflitos relacionados à Conjuração ou aos movimentos que daí se seguiram. Fonseca (2011) afirma que diversos “autores já haviam estabelecido relações entre as datas de fundação de algumas vilas de fim de século e a situação social e política instável de Minas na época das devassas da Inconfidência” (FONSECA, 2011, p. 559).

Sabe-se que, a configuração da “rede urbana” delineada na capitania de Minas Gerais foi resultado da própria ocupação e do desbravamento dos sertões, mas que, além disso, o poder religioso e político imposto através das ações da Coroa e do Clero foram determinantes para demarcar esta trajetória urbana.

Sendo assim, as revoltas da população e dos próprios inconfidentes com as mazelas do governo, foram a justificativa para que a Coroa pudesse controlar mais de perto a região conflituosa. Com a fundação das vilas seria possível observar mais de perto a movimentação dos habitantes além de criar cargos administrativos e judiciários,

colocando a serviço do governo pessoas de confiança que supostamente zelariam pela ordem local. O que não foi totalmente verdade, já que, segundo Fonseca “alguns homens implicados da conspiração de 1789 estiveram diretamente ligados, de diversas maneiras, a tais fundações”. (FONSECA, 2011, p. 559).

Cabe destacar que, diante da necessidade da Coroa em controlar efetivamente a região das minas, como mencionado anteriormente, aplicou-se a ótica do “dividir para governar”, uma vez que, a Igreja foi colocada na função administrativa com suas paróquias, dioceses, etc., para supervisionar as vilas e seus habitantes, facilitando, assim, o comando sobre o território.

Diante disso, um dos maiores interessados em criar novas vilas no período foi o Visconde de Barbacena, que esteve no governo no ano da devassa e suas políticas constituíram-se em estopins para a revolta. No intuito de ganhar apoio político de pessoas influentes na região e ainda coibir as rebeliões que surgiam, o visconde ignorou diversos pedidos de elevação à categoria de vila e criou três municipalidades por sua conta e risco: São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena (FONSECA, 2011, p. 559) (figura 1).

Vale ressaltar que, estas três vilas criadas nesse período estavam localizadas na Comarca do Rio das Mortes (uma das três primeiras comarcas da capitania, sendo instituída em 1714), região na qual vivia a maior parte dos inconfidentes, o que contrariava o propósito de que com a criação de novas câmaras, as elites ficariam satisfeitas com seus privilégios e não mais conspirariam contra a Coroa. Como salienta Fonseca (2011):

Alguns autores que se interessaram pela conspiração de 1789 observaram que a maior parte dos inconfidentes vivia na comarca do Rio das Mortes [...]. João Pinto Furtado destacou que Igreja Nova (localidade que se tornaria Vila de Barbacena) e o arraial de Campanha estavam entre os principais focos da conspiração e que alguns homens poderosos implicados no movimento – como Francisco Antônio

de Oliveira Lopes, Carlos Correia de Toledo, Alvarenga Peixoto, José Aires Gomes, Domingos Abreu Vieira, além de Joaquim Silvério dos Reis - tinham terras nas imediações; o autor observou, ainda, que era desta região que deveria sair a maior parte das forças militares com as quais contavam os idealizadores da rebelião (FONSECA, 2011, p. 212).

A Comarca do Rio das Mortes possuía, portanto, relevante importância econômica e política, por abrigar três vilas em expansão, além de estar situada estrategicamente ao sul da capitania, tornando-se passagem obrigatória para escoar a produção agrícola intensa na região. Ademais, com a transferência da Corte para o Brasil alguns anos depois, esta posição geográfica privilegiada fez da Comarca um corredor que levaria as mercadorias em direção ao sul.

O visconde de Barbacena, responsável pela criação das três vilas mencionadas na Comarca do Rio das Mortes, já via aquela região como sendo uma passagem importante para se encontrar as riquezas que vinham sendo procuradas desde as expedições de Fernão Dias em busca da “Serra das Esmeraldas”. O visconde afirmava que por ali deveria se passar para chegar “ao Sabarabuçu e à Serra das Esmeraldas, pretendendo situá-los à altura da capitania do Espírito Santo e próximos um de outra” (HOLANDA, 2000, p. 66).

Isso revela o quão importante era aquela região, fosse pelas pedras preciosas ali encontradas ou pelo desejo de encontrá-las, suscitando mitos e histórias fantásticas sobre um possível “Eldorado”. A imaginação dos viajantes e moradores levava adiante o sonho de descobrir tais riquezas e tornava relatos e previsões como os do visconde de Barbacena como sendo caminhos reais a serem seguidos. Dizia-se que,

entre as recomendações dadas a Fernão Dias, incluía a de, efetuado o descobrimento, descer até a Bahia de Todos os Santos, se possível pela via do Espírito Santo ou ainda de Porto Seguro, de preferência à de

São Paulo, pois não só se achavam as referidas minas mais propínquas [sic] às referidas capitanias, como estas, por sua vez, ficavam mais chegadas à sede do governo. A velha tendência, seguida pelas primeiras administrações, segundo a qual as jornadas de descobrimento saíam, de preferência, da Bahia ou de suas vizinhanças, assumia aqui feição nova. As entradas poderiam ser organizadas em São Paulo, onde se recrutariam mais facilmente os práticos do sertão, mas o minério encontrado se escoaria pela Bahia, onde a fiscalização das autoridades centrais impediria melhor os descaminhos (HOLANDA, 2000, p. 66-67).

Pelos caminhos por onde de fato trafegavam o ouro extraído, era também por onde se imaginava que deveria ocorrer o escoamento das pedras preciosas descobertas na suposta “Serra das Esmeraldas”. Esta região da capitania das Minas Gerais possuía diversas jazidas a partir das quais se organizavam os arraiais e de onde partiam as comitivas com o ouro descoberto, escoando a produção em direção ao porto. Vale ressaltar a relevância dessas informações, já que, segundo Holanda (2000, p. 67), “todas essas aparentes precisões e clarezas lançadas sobre coisa tão turva provinham de uma convicção originada até certo ponto em dados reais ou possíveis”.

Por dentre os caminhos da Comarca do Rio das Mortes, viveram e comungaram de um mesmo ideal, os envolvidos na Inconfidência Mineira. O pensamento iluminista que atravessou o oceano veio ecoar no “Sertão dos Cataguases”, agitando os ânimos e fazendo surgir um grupo resistente e inconformado com os desmandos da Coroa. Segundo Silva (1948), “bem depressa a nova da projetada [sic] emancipação brasileira atravessou os mares e veio ecoar nas serras do Itatiaia e do Itacolumi e propagar-se pelos vales auríferos e diamantinos de Vila Rica e S. João d’El-Rei” (antiga sede da Comarca do Rio das Mortes) (SILVA, 1948, p. 54).

Figura 1 - José Joaquim da Rocha. Mapa da Comarca do Rio das Mortes. 1778. Reprodução de Tiberio França



Fonte: Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2014).

Neste contexto, a Coroa que bem sabia de sua conduta e de seus desafetos, temia que uma revolta generalizada se instalasse procedente

daqueles que sofreram injúrias e violências por parte do governo. Segundo Silva (1948):

Temia-se, pois com todo o fundamento que os brasileiros, conhecedores de sua superioridade, se voltassem contra as violências do govêrno de além mar, e os portugueses eram os primeiros a confessar que havia infelizmente razão para isso. Contava então o Brasil apenas dois séculos de existência e já tinha sobejos motivos para amargas queixas. Durante êsse tempo se descuidara a metrópole dos melhoramentos materiais de sua colônia, e da educação instrutiva, moral e religiosa de seu povo, deslumbrada com os rédios que convergiam para seus cofres (SILVA, 1948, p. 29).

Cenário este de desleixo e desinteresse por parte da Coroa que começou a mudar quando do descobrimento de tamanhas riquezas no “Sertão dos Cataguases” e, da constatação do descontentamento de uma elite influente na região. Além disso, com a chegada ao sertão de viajantes de todas as partes e do certo nível de independência que aquela região vinha alcançando, a Coroa preocupou-se em “retomar” o que lhe pertencia, atuando e supervisionando aquelas localidades e, servindo-se, para tanto, do poder da Igreja. Segundo Fonseca (2011):

Não obstante, pode-se afirmar que, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu tomar as rédeas do processo de ocupação da região mineradora, foi através da Igreja que ela procurou se impor e “reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações”. De fato, com a instituição das primeiras freguesias, a metrópole começaria a exercer um certo controle sobre os arraiais que se multiplicavam naquele vasto território (FONSECA, 2011, p. 82).

A insatisfação com o governo da capitania mineira vinha se acumulando desde quando o cargo ainda era ocupado por Luis da Cunha Meneses, antecessor do visconde de Barbacena e que também não fizera muitos amigos enquanto estava no poder, visto que, “o vexame em que trazia os povos pela sua opressão, tornava ainda mais desejada a emancipação política e, com ela a aquisição de todos os direitos civis” (SILVA, 1948, p.57).

Assim, somando as mazelas do governo aos ideais Iluministas e seguindo o exemplo da América inglesa que se tornara uma nação livre, a possibilidade de um levante popular ganhava força e uma revolta ainda silenciosa, tomava as ruas das principais vilas da Comarca do Rio das Mortes. A ameaça da derrama, como já mencionado, era a deixa para que o movimento tomasse as ruas. Movimento este que ainda se encontrava recluso às casas dos inconfidentes, onde aconteciam as reuniões secretas e, que viam o levante “como o único recurso a opor-se a tão formal exigência” (SILVA, 1948, p. 89).

Vale ressaltar aqui, que o movimento foi fortalecido graças aos ideais obtidos e compartilhados entre os literatos que participaram do mesmo. O pensamento necessário para fundamentar a revolta, foi trazido da Europa pelos *letrados* habitantes da capitania mineira, visto que,

por volta de 1780, Vila Rica tinha em seus muros a mais aprimorada elite cultural do Brasil. Os primeiros mineradores enriquecidos mandavam educar seus filhos nas Universidades europeias e a média geral dos habitantes das Minas Gerais era de um padrão elevado, tanto mais, que funcionários régios para ali mandados, constituíam, sem dúvida, um escol de capacidades (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 126).

E ainda:

O número considerável de poetas que figuram entre os chefes da conspiração dá-lhe um certo caráter de elevação intelectual e teórica, que, em outras revoluções práticas, fica apenas subentendida; mas mostra que não podiam aspirar a outro papel que o de precursores. [...] O prestígio dos inconfidentes dissipou o último trabalho dos conceitos, e quebrou, ao menos para os espíritos, as cadeias da escravidão colonial (JOÃO RIBEIRO *apud* LIMA JÚNIOR, 1996, p. 131).

Diante deste cenário, os literatos inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, deixaram transparecer em suas obras aquilo que Goldmann (1979) chamou de *visão do mundo*, refletindo nas mesmas, sua percepção de acontecimentos históricos e sociais daquele período. O discurso produzido por esses autores sobressaiu-se aos demais, amplificando-se. Desta feita, os literatos aqui estudados, apresentam-se como *indivíduos expressivos*, detentores dos discursos dominantes em dada época e sociedade.

As obras literárias e artísticas são, portanto, as expressões das “*visões do mundo*” de seus criadores. Visões estas, que nas obras dos poetas inconfidentes procuraram retratar características específicas da região do ouro, bem como do povo que ali habitava. Sua formação social, religiosa, cultural e até militar, foi fundamental para compor uma gente com forte espírito nacional e com “sentimento de disciplina e de ordem” (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 167).

A partir destas observações, e da própria vivência naquele cenário, passaram a existir razões particulares a cada autor para que cada um tivesse sua “*visão do mundo*” específica. Razões estas, que compõe um “conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõe a outros grupos” (GOLDMANN, 1979 p. 20). Para encontrar estas razões, é necessária a análise da **trajetória pessoal do autor**.

O **contexto social e histórico** em que viveu o autor é imprescindível uma vez que os fenômenos não podem ser compreendidos

sem sua historicidade. Segundo Goldmann (1979) “uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento” (GOLDMANN, 1979, p. 08). A interação do autor com o meio social em que vive, delinea seu pensamento e isso transparece na obra artística. De acordo com Frederico (2005),

[...] os grupos estruturam na consciência de seus membros uma “resposta coerente” para as questões colocadas pelo mundo circundante. Essa coerência (ou visão do mundo) é elaborada pelo grupo social e atinge o máximo de articulação através da atividade imaginativa do escritor. A obra, assim, permite ao grupo entender mais claramente suas próprias ideias, pensamentos, sentimentos. Esta é a função da arte: favorecer a “tomada de consciência” do grupo social, explicitar num grau extremo a “estrutura significativa” que o próprio grupo elaborou de forma rudimentar para orientar o seu comportamento e a sua consciência (FREDERICO, 2005, p. 432).

Entendendo que a arte é uma das responsáveis por favorecer a “tomada de consciência” de um grupo, faz-se necessário compreender ainda as **concepções filosóficas** presentes. Desta maneira, aliando estes três elementos torna-se possível analisar de forma mais profunda o discurso presente nas obras literárias. Já que, o discurso é o próprio objeto de trabalho do escritor e está repleto de concepções e “*visões do mundo*”. Como salientou Sevcenko (1983), a literatura,

[...] constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida, e da perplexidade. É por onde o desafiam também os inconformados e os socialmente mal-

ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social. Tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação de interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais (SEVCENKO, 1983, p. 20).

Desta forma, por meio da literatura é possível analisar as tensões existentes em uma sociedade. A maneira como o autor escreve suas obras e deixa refletir nelas o que ocorre a sua volta se torna uma ferramenta preciosa para compreendermos os embates que se davam ao tempo e quais encontraram eficácia política, ou seja, materializaram-se sobre o território (ANSELMO, 2012).

Para Goldmann (1976, p. 22-23), procura-se no passado como as atitudes dos indivíduos eram reflexos dos valores sociais, da comunidade em que vivia. Busca-se o entendimento sobre as transformações da sociedade humana. Ademais, segundo o próprio Goldmann, tudo que ultrapassa o individual e atinge o social é um acontecimento histórico. As *visões do mundo* dos escritores representavam o contexto em que viviam:

Os grandes escritores *representativos* são aqueles que exprimem, de uma maneira mais ou menos coerente, uma visão do mundo que corresponde ao máximo de consciência possível duma classe; o caso sobretudo dos filósofos, escritores e artistas. Para o homem de ciência a situação às vezes se apresenta diferente. Sua tarefa essencial é chegar ao conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade (GOLDMANN, 1976, p. 48).

E ainda,

As visões do mundo são fatos sociais, as grandes obras filosóficas e artísticas configuram expressões *coerentes* e adequadas dessas visões do mundo; são como tais expressões *individuais e sociais ao mesmo tempo*, sendo seu conteúdo determinado pelo *máximo de consciência possível* do grupo, em geral da classe social, a forma sendo determinada pelo conteúdo para o qual o escritor encontra uma expressão adequada (GOLDMANN, 1976, p. 107-108).

Tomando como base e assumindo aqui essas concepções e considerando as obras literárias do período da Inconfidência, considera-se que durante o governo de Luis da Cunha Meneses a literatura dos inconfidentes se projetou como relato da insatisfação dos intelectuais diante de um momento de tensão política e econômica. Diante da “truculência desse governador, que se divorciara da melhor gente da capitania, cuja convivência mais poria em relevo o seu primarismo mental e a sua falta de escrúpulos. Surgiram as Cartas Chilenas” (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 128).

As *Cartas chilenas*, escritas por Tomás Antônio Gonzaga no final do século XVIII, foram o princípio de uma série de outros escritos, feitos por ele, e por demais poetas e intelectuais envolvidos na Inconfidência, refletindo a “efervescência política que tomou conta do Brasil nas últimas décadas do século XVIII, por conta do jacobinismo iluminista das inconfidências de Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco” (PEREIRA, 1996, p. 773).

As *Cartas* têm sido associadas ao Movimento da Inconfidência por estudiosos e pesquisadores, uma vez que, as sátiras nelas presentes têm como pano de fundo os fatos históricos e as mazelas do governador Cunha Meneses. Segundo Pereira (1996), “Cartas chilenas está entre os poemas mais complexos da literatura brasileira por questões que transcendem seu valor artístico” (PEREIRA, 1996, p. 773).

A partir de então, Tomás Antônio Gonzaga, juntamente com Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, dentre outros nomes

importantes também adeptos do movimento, começaram a construir o discurso da conjuração que teria início em Minas Gerais, mas, se estenderia para o Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, chamado de Tiradentes, foi um dos responsáveis por ‘aliciar’ membros e simpatizantes para o movimento. Tudo ocorria, porém, em Vila Rica, de acordo com Lima Júnior (1996):

O centro de tudo era Vila Rica. Ali se encontravam os chefes espirituais, ali se faziam os planos e ali se escrevia a **futura Constituição e se projetava a organização da República**. Seguiam as idéias da Declaração de Direitos, dos Estados Unidos, e iam mais além, consignando os princípios que a Revolução Francesa consagraria como os Direitos do Homem, muito depois que esses conjurados os haviam adotado, no centro deste Continente da América (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 129).

Assim como as *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, foram de suma importância para a literatura brasileira da época e para o movimento pela independência, as obras de Alvarenga Peixoto e de Cláudio Manuel da Costa, escritas no mesmo período, também tiveram sua relevância, tanto artisticamente quanto socialmente. Destes dois últimos autores, propusemo-nos a estudar as obras: *Vila Rica* e *Canto Genetliaco*, de Cláudio M. da Costa e Alvarenga Peixoto, respectivamente.

Em contrapartida às *Cartas chilenas*, que são claramente uma denúncia aos desmandos do governador Cunha Meneses, *Vila Rica* e *Canto Genetliaco*, vêm para exaltar as belezas e fortunas das terras mineiras. Percebe-se nos textos, uma identidade que vinha sendo construída pelos autores para com Minas Gerais. Uma vez que, todos tiveram a oportunidade de viajar e estudar na Europa, e, ainda que as diferenças culturais e sociais fossem imensas, o sertão – mesmo que com sua aspereza – cativou o olhar dos poetas inconfidentes.

Suas obras, e posteriormente, o envolvimento na Conjuração Mineira, refletem a posição dos autores diante das Minas Gerais e, reforçam o encantamento e o desejo de liberdade para com aquelas terras.

A partir daí, deve-se avaliar como se encontrava a relação Brasil-Portugal nesse período, fundamental para justificar as insatisfações que culminaram no levante. Assim como vinha ocorrendo nos demais núcleos econômicos europeus, espalhava-se por toda a Europa entre o final do século XVIII e meados do século XIX, uma revolução que almejava a destituição do Antigo Regime e a construção de um Estado que atendesse as necessidades do mundo contemporâneo (NOVAIS, 1981).

Portugal, também inserido neste contexto, experimentou mudanças significativas em sua estrutura governamental, tais como o início do reinado de D. Maria I, em 1777, e subsequente fim da administração do marquês de Pombal, assim como a posterior vinda da Família Real para o Brasil, em 1808. Segundo Novais (1981), “Portugal, apesar de encontrar-se no bojo dos movimentos que vinham ocorrendo pelo continente europeu, não está no centro desse processo, apresentando-se defasado em relação aos demais núcleos da economia europeia” (NOVAIS, 1981, p.14). A crise, enfrentada por tais núcleos, foi definida por Novais (1981) como sendo:

Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias. Elas se manifestam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época (NOVAIS, 1981, p. 12).

Portugal não acompanhou o crescimento experimentado pelos grandes centros europeus, ficando à margem da acumulação e do desenvolvimento que os demais conquistaram. De acordo com Novais (1981, p. 135), “Portugal chegava [...] ao último quartel do século do XVIII, com uma larga margem de atraso econômico em relação às potências mais desenvolvidas do Ocidente europeu”. O autor reforça ainda que tanto Portugal, quanto o Brasil, vinham enfrentando “tensões”, fruto da organização da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) no sistema capitalista, além do modo pelo qual o próprio sistema vinha se projetando no final do século. Tensões estas marcadas, segundo Novais (1981), por:

Competição política e concorrência comercial exacerbadas, pressionando sobre o exclusivo colonial; crise geral de mentalidade, que na sua crítica não deixava escapar o próprio sistema de colonização mercantilista; afloramento, nas colônias, de inquietações – contágio talvez daquele <exemplo tão pernicioso>, que devia <interessar até os Príncipes mais indiferentes>¹⁹ (NOVAIS, 1981, p. 135).

O sistema mercantilista²⁰, caracterizado pela necessidade de as colônias sustentarem a metrópole, proporcionando o desenvolvimento das mesmas, além de, segundo Postlethwayt (POSTLETHWAYT, 1747 *apud* NOVAIS, 1981, p. 59): “as colônias devem primeiro, dar à metrópole um maior mercado para seus produtos, segundo, dar ocupação a um maior

¹⁹ Edital que proibiu a entrada nos portos do Reino e seus Domínios às embarcações das Colônias Inglesas em 5 de julho de 1776.

²⁰ O *mercantilismo* caracteriza-se por um conjunto de práticas econômicas que se iniciou na Europa no século XV com as grandes navegações e, perdurou até o século XVIII. As políticas mercantilistas pautavam-se no protecionismo – com o Estado intervindo diretamente na economia; na manutenção da balança comercial favorável – através da acumulação de riquezas (em especial metais preciosos); e no pacto colonial – garantindo o acesso a matérias-primas e o escoamento de produtos manufaturados. Ver: HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Tradução: José Ricardo Brandão Azevedo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

número dos seus manufactureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa”.

Aliado a estas características, estavam o “absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial” (NOVAIS, 1981, p. 66). Visto isso, destaca-se a importância da descoberta e dominação de novas colônias, já que, as mesmas sustentariam o desenvolvimento da metrópole, com um papel relevante para a acumulação primitiva de capital da época que propiciaria, mais tarde, a concretização do sistema capitalista e o surgimento da burguesia.

Dando aqui, especial atenção ao ouro das Minas Gerais, visto que, segundo Antônio da Silva Pontes Leme (LEME 1800 *apud* LIMA JÚNIOR 1996, p. 44): “as Minas Gerais, são hoje no continente de nossa América, o país das comodidades da vida e só o ouro o fez assim”. Além do que, de acordo com o próprio Lima Júnior (1996), “foi exatamente esse ouro de Minas [...] que transformou a economia mundial, dando à Inglaterra a supremacia financeira da Europa e consequentemente do mundo ocidental” (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 45).

Portanto, a descoberta e exploração do ouro nas Minas, foi fundamental para fornecer o poderio econômico necessário para que potências como a Inglaterra, colocassem em prática, no século XIX, a expansão imperialista, que garantiria, juntamente com as benesses advindas da Revolução Industrial, a ascensão dos países europeus. Para o Brasil, então colônia de Portugal, Roberto Simonsen (1957) afirma que:

Para o Brasil, esse ouro teve resultados bem diversos; se não ficou incorporado em empreendimentos de grandes resultados para o futuro, incentivou, no entanto uma vultosa emigração para o centro sul do país, que ocupou definitivamente nossos sertões; permitiu a construção de nossas primeiras cidades; criou um grande mercado de gado e de tropas, estimulando os paulistas à ocupação e conquista definitiva das regiões do Sul; tornou o Rio de Janeiro a capital brasileira e ali criou fortes elementos de

progresso; permitiu, finalmente, a concentração e formação de capitais em escravos e tropas que mais tarde facilitaram a implantação da lavoura de café no vale do Paraíba e nas regiões fluminenses (SIMONSEN, 1957, p. 268).

O ouro que serviu para enriquecer Portugal e Inglaterra foi também um dos motivos pelos quais lutaram os inconfidentes pela liberdade das Minas Gerais. Afinal, segundo Silva (1948):

A messe era abundante e a colheita despertava cada vez mais a ambição da mãe-pátria. Cinco ramos, cada qual mais rendoso, constituía o seu patrimônio, tais como – o quinto do ouro – o contrato das entradas – o contrato dos dízimos – o donativo e a terça parte dos officios – e a extração dos diamantes. De todos êles, porém, o mais vexatório era por sem dúvida o quinto do ouro, e foi esse o púnico que deu lugar a tantos e a tão sérios tumultos, que terminaram por fim com as mais bárbaras e horrendas execuções (SILVA, 1948, p. 61).

Este era, portanto, o contexto que se apresentava na região das Minas setecentistas, durante o período da Inconfidência, mais precisamente na região onde viviam os participantes do levante. Uma região que reunia “forças e relações sociais, políticas e simbólicas que fizeram esse lugar colonial, definição de sua territorialidade” (ANDRADE, 2008, p. 15).

Era tempo de insatisfação e de busca por mudança, almejada por um grupo da elite local, resguardando, no entanto, o *status* social dos grupos presentes naquela sociedade.

Como se vê, a extração do ouro no final do século já não era tão intensa, entretanto, o desenvolvimento da região se manteve graças a atividades como agricultura, comércio e pecuária, que se estabeleceram e

fortificaram ao longo do tempo. E, o sertão, antes inóspito e desconhecido, foi se delineando e se tornando um espaço interessante aos olhos da Coroa e dos moradores revolucionários, que viam nas Minas Gerais uma região singular diante de toda a colônia.

A ZONA MINERADORA: ESPAÇO USADO E URBANIZADO DO “CICLO DO OURO”

Buscando analisar os desdobramentos da produção aurífera na zona da mineração, durante o século XVIII, e já tendo visto que a ocupação do interior das terras mineiras ocorreu a partir da descoberta de novas jazidas, faz-se necessário agora compreender o quão importante foi essa produção, tendo em vista o uso do espaço e o domínio e exploração sobre as mesmas. A busca por metais preciosos, estimulada pelos mitos aqui já mencionados, foi de grande importância para consolidar as “entradas” dos colonizadores através das terras desconhecidas das colônias. Com o ouro na região das Minas Gerais não foi diferente. Segundo Moraes (2008):

Enfim, buscava-se uma terra de abundância ou dotada de recursos mágicos (como a “fonte da juventude”), mas principalmente aspirava-se encontrar riquezas à flor do chão, tesouros prontos para serem apropriados. E essa imaginação fantástica animou expedições e contribuiu significativamente para o conhecimento dos espaços extra-europeus, pois, motivado pelo mito, o colonizador adentrou-se nas hinterlândias de difícil acesso, embrenhou-se em florestas fechadas e atravessou desertos. Nesse sentido, pode-se concluir que os atrativos simbólicos imaginados atuaram fortemente na apropriação dos territórios coloniais, a conquista sendo impulsionada também por mitos e lendas (MORAES, 2008, p. 69).

O interesse dos europeus pelas riquezas minerais presentes em terras da recém descoberta América não tinha limites. Em busca de ouro e de prata houve devastação, escravidão e morte. De acordo com Galeano (2011), “em 1581, Felipe II, afirmou, [...] que um terço dos indígenas da América tinha sido aniquilado, e aqueles que ainda viviam eram obrigados a pagar tributos pelos mortos” (GALEANO, 2011, p. 63).

Os metais preciosos que custaram todas essas vidas serviram para desenvolver a Europa, enriquecendo reinos, financiando expedições e favorecendo a acumulação de capital que mais tarde daria início ao processo de industrialização. De acordo com Mandel (1969):

Essa gigantesca massa de capitais criou um ambiente favorável aos investimentos na Europa, estimulou o “espírito empresarial” e financiou diretamente o estabelecimento de manufaturas que deram um grande impulso à revolução industrial. Ao mesmo tempo, contudo, a formidável concentração internacional de riqueza, beneficiando a Europa, impediu nas regiões saqueadas o salto para a acumulação de capital industrial (MANDEL, 1969 *apud* GALEANO, 2011, p. 51).

E ainda:

A Revolução Industrial inglesa foi produto direto e unívoco do ouro brasileiro (SOMBART *apud* PAULA, 2000, p. 63). Balanço mais equilibrado, sem minimizar a inequívoca participação do ouro brasileiro na transferência da riqueza que marca as relações entre Portugal-Inglaterra (PAULA, 2000, p. 63).

Na contramão da facilidade que os europeus tiveram em encontrar metais preciosos na América Espanhola, as terras brasileiras demoraram dois séculos, após o descobrimento para “fornecer” tais riquezas aos portugueses (GALEANO, 2011).

Como já mencionado, a ocupação se iniciou no litoral do país, onde outras riquezas como o pau-brasil foram exploradas inicialmente. Apenas com as bandeiras, iniciadas pelos paulistas ainda no final do século XVII é que foram encontrados vestígios de ouro na Serra da Mantiqueira e no leito do São Francisco. Segundo Holanda (2000), “Fernão Dias não confirma nem nega a suspeita das minas. Diz apenas que vai aventurar ‘pellas informações dos antigos’” (HOLANDA, 2000, p. 66).

Em contrapartida, em menos de um século de extração (XVIII), a produção aurífera nas Minas superou a da Espanha em suas colônias durante os dois séculos anteriores, sendo que, Minas Gerais entrou para a história por ter “a maior quantidade de ouro até então descoberta no mundo [...] extraída no menor espaço de tempo” (GALEANO, 2011, p. 81).

Deve-se destacar que:

A cópia do ouro que as minas lançam de suas veias é infinita e o número de arrobas que dela se tiram, quase impossível saber-se, para poder computar-se; mas é sem dúvida o maior que costuma produzir a terra nas partes do mundo em que o sol as cria. É o ouro de grandes quilates, principalmente todo o que se tiram nas Minas Gerais (Ouro Preto) e algum dentro do mato que tem vinte e três quilates, vinte e três e meio. Vinte três e três quartos, chegando alguns a vinte e quatro. (PITTA *apud* LIMA JÚNIOR, 1996, p. 58).

Além de extrapolar a produção aurífera que vinha acontecendo em colônias espanholas, a zona da mineração mineira atraiu um grande

número de viajantes, exploradores e interessados em fazer fortuna. Galeano (2011) afirma que: “não menos de 300 mil portugueses emigraram para o Brasil durante o século XVIII”. Além dos europeus, chegaram às terras mineiras também os africanos escravos, mão-de-obra preciosa para a extração do ouro (GALEANO, 2011, p. 82).

Sem mencionar os “baianos” ou “brasileiros do norte” e os próprios paulistas, que, considerando como “estrangeiros” os demais viajantes, envolveram-se na Guerra dos Emboabas, ocorrida pelo direito de exploração das recém descobertas jazidas de ouro. Segundo Paula (2000, p.34), “foi Minas Gerais, durante todos os séculos XVIII e XIX, a região mais urbanizada e populosa do Brasil”.

A região da exploração do ouro observou um desenvolvimento rápido e intenso. O enriquecimento daqueles que se deslocaram para lá em busca das jazidas atraía cada vez mais “desbravadores” e, Vila Rica, a atual Ouro Preto, foi considerada a “Potosí do Ouro”, inspirada na Potosí verdadeira, localizada na Bolívia, que se desenvolveu devido à exploração da prata que era enviada à Espanha (ROMERO, 2004).

O mito do Sabarabuçu ou Serra das Esmeraldas, como mencionado anteriormente, colaborou com o engrandecimento da região de Vila Rica no que diz respeito às riquezas lá existentes. A busca pela “montanha das pedras verdes” iniciou-se em meados de 1550 com as “notícias levadas a Porto Seguro [...], pelos índios do sertão” (HOLANDA, 2000, p. 47).

A partir daí, organizaram-se buscas saindo de São Paulo ou de Porto Seguro, na certeza de que “para as bandas do São Francisco” e “depois de transposta a Mantiqueira” se chegaria a Serra das Esmeraldas (HOLANDA, 2000, p. 47-49).

Assim, diferentemente de outras regiões do estado, como o Triângulo Mineiro ou Zona da Mata, que vieram a ser efetivamente ocupadas apenas no século XIX, a região da mineração conheceu esse processo pelo menos um século antes. Deste modo, segundo Paula (2000), “a realidade urbana e regional mineira terá vários momentos, cada qual configurado por uma estruturação-hierarquização, por um perfil de fluxos e interações” (PAULA, 2000, p. 42).

Como se vê, além da amplitude do crescimento econômico e estrutural das cidades, houve ainda um *boom* populacional, transformando estas cidades em receptoras de aventureiros e fazendo-as vivenciar fenômenos sociais que antes não eram tão intensos. Segundo Romero (2004):

A esperança de enriquecer descartava toda preocupação e homologava a condição dos brancos que incentivavam a exploração, feita às custas dos escravos negros, que trabalhavam e morriam aos milhares nas minas, como os índios no âmbito hispânico. Desperdício, jogo, prostituição, orgias e crimes marcaram a vida de Vila Rica (ROMERO, 2004, p. 131).

Visto quão grandiosa foi a produção do ouro em Minas Gerais naquele período, vale ressaltar ainda como ela foi responsável por dinamizar as relações de um espaço antes inexplorado e desconhecido, com o litoral, centro de onde emanava o poder da Coroa e onde se faziam as “trocas” com a metrópole. Galeano (2011) afirma que, “[...] a ‘idade do ouro’ de Minas Gerais transferiu para o Sul o eixo econômico e político do país e, a partir de 1763, fez do Rio de Janeiro, o porto da região, a nova capital do Brasil” (GALEANO, 2011, p. 82).

Não somente o Rio de Janeiro se beneficiou do “ciclo do ouro”, os arraiais e vilas que surgiram em função das jazidas descobertas, cresceram se desenvolveram e posteriormente foram elevadas à categoria de cidades, como o caso de Ouro Preto, uma das mais importantes cidades da zona da mineração, que obteve sua “elevação” em 1711 (FONSECA, 2011).

Assim como Ouro Preto, Sabará, São João d’El Rei, Ribeirão do Carmo (atual Mariana) dentre outras que também se elevaram posteriormente à categoria de cidade, estas também concentraram suas riquezas e foram relevantes para a produção da época. Como salienta Santos (1986), “os lugares possuem situações específicas em relação à

divisão territorial do trabalho na escala nacional, num dado momento” (SANTOS, 1986 *apud* CASTILLO; FREDERICO; 2010).

Desta feita, tanto Ouro Preto como as demais cidades tiveram importante função na economia do ouro e na organização do espaço como ele se apresentava no período. Afinal, desde a descoberta das jazidas, passando pela instalação dos arraiais e vilas, até a elevação à categoria de cidade, os lugares e sua participação no “circuito espacial da produção” (SANTOS, 1986), foram fundamentais para o surgimento e o apogeu do “ciclo do ouro”.

Pode-se, portanto, falar em uma “região” da mineração, constituída por caminhos e paradas que conjuntamente determinaram um “circuito espacial da produção”. Região esta, vista como “homogênea”, já que, integra um território com características similares, tais como, a produção ali existente – neste caso, a extração do ouro. Jacques Boudeville (1983) afirma que a região homogênea corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresenta características que as aproximam umas das outras (JACQUES BOUDEVILLE *apud* ANDRADE, 1983, p. 45).

A região mineradora compunha juntamente com as terras do Rio das Velhas, Rio das Mortes, Ribeirão do Carmo e Minas Gerais do Ouro Preto, em 1709, a Capitania das Minas Gerais, sendo administrativamente autônoma, porém, compartilhando com a Capitania de São Paulo, o mesmo Governador (LIMA JÚNIOR, 1996).

Nesse contexto, deve-se destacar a participação de Vila Rica, a atual Ouro Preto, no circuito da extração do ouro. Como mencionado anteriormente, Vila Rica, juntamente com Vila Real do Sabará e Ribeirão do Carmo, foram as três primeiras municipalidades criadas em 1711. De modo que, a elevação destas vilas à categoria de cidade se deveu à importância dos núcleos mineradores existentes na primeira metade do século XVIII, ao longo da Serra do Espinhaço (FONSECA, 2011, p. 33-34). Machado (1996) descreve Vila Rica como sendo:

[...] um distrito onde sempre fio e é geral o ouro em toda a terra, caudal que lhe deu o nome de Minas

Gerais, se agregou e continua o maior concurso e da gente mais nobre em qualidade, e riqueza de todo âmbito das Minas; parte, assiste nos recôncavos das lavras de ouro; e fazendas de agricultura; parte em duas Vilas, uma intitulada Ribeirão do Carmo, outra que tem o nome de Vila Rica, situada no centro de todas as minas [...]. Nesta Vila, habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede, em comparação, o maior dos maiores homens de Portugal a ela como porta, se encaminham e recolhem grandiosas somas de ouro de todas as Minas. (MACHADO *apud* LIMA JÚNIOR, 1996, p. 79).

Em oposição a este cenário, há que se considerar a Vila Rica do Ouro Preto, marcada pela selvageria e atraso do final do século XVII, fazendo com que aquela região fosse temida e desinteressante aos olhos de quem ali chegava. Como relata Lima Júnior (1996, p.65), se não fosse “o ouro que saía daquela terra com tanta fartura que ninguém pensava em permanecer naquele inferno, mais do que o tempo de enriquecer em poucos dias”.

A priori, Vila Rica, vista a riqueza inesgotável ali encontrada, foi denominada Minas Gerais do Ouro Preto e, segundo Lima Júnior (1996) a região

compreendia a imensa serra e seus vales que começava nos contrafortes do Maracujá, abaixo do local onde hoje se situa o arraial de São Gonçalo do Amarante, até as cabeceiras do rio das Velhas em São Bartolomeu; as vertentes de um lado e outro da atual serra do Ouro Preto, todo o maciço do Itacolomi, estendendo-se até o Itatiaia e Ouro Branco, sendo o epicentro dessa imensa região o vale do Tripuí. Toda a região do rio das Velhas, cujo núcleo principal se formara em Sabará, tomara o

nome do rio e se desenvolvia por um imenso sertão (LIMA JÚNIOR, 1996, p. 64).

Anos mais tarde, com a criação da Capitania por meio da Carta Régia de 1709, Minas Gerais passou a designar todo o território que compreendia os locais de descobrimento do ouro, e não somente Ouro Preto. Porém, Vila Rica destacava-se diante dos demais arraiais e vilas que ali foram criados, nas palavras de Francisco Tavares de Brito (1996):

Entre montanhas de imensa altura e delas rodeadas em forma que a vista se não pode estender por quebrada alguma, se levantou esta Vila e, suposto que abatida pela profundidade em que está situada a maior parte dela, mais soberba e opulenta que todas, assim pela frequência dos comerciantes como pela fiança de suas minas, mormente da inacessível serra desta Tapanhuacanga, em cujas fraldas se encosta e descansa, a qual serra é um Potosi de ouro, mas por falta de água no verão não enriquece todos os que nela mineram, suposto que os remedia (Francisco Tavares de BRITO *apud* LIMA JÚNIOR, 1996, p. 77).

Mesmo a partir de 1750, quase meio século depois da criação da capitania de Minas Gerais, quando a economia do ouro já dava sinais de declínio, Vila Rica ainda se manteve como um “importante entreposto de mercadorias vindas de diversas zonas mineiras, de outras capitanias ou mesmo da metrópole” (FONSECA, 2011, p. 35). Ou seja, além de importante local de extração do ouro e de passagem obrigatória para escoar a produção, Vila Rica também foi fundamental para a circulação de mercadorias e para o desenvolvimento do comércio na região.

Assim, acabaram surgindo novos arraiais, principalmente no sul da capitania de Minas Gerais, povoamentos que estavam ligados de alguma forma à zona da mineração e também ao comércio que se

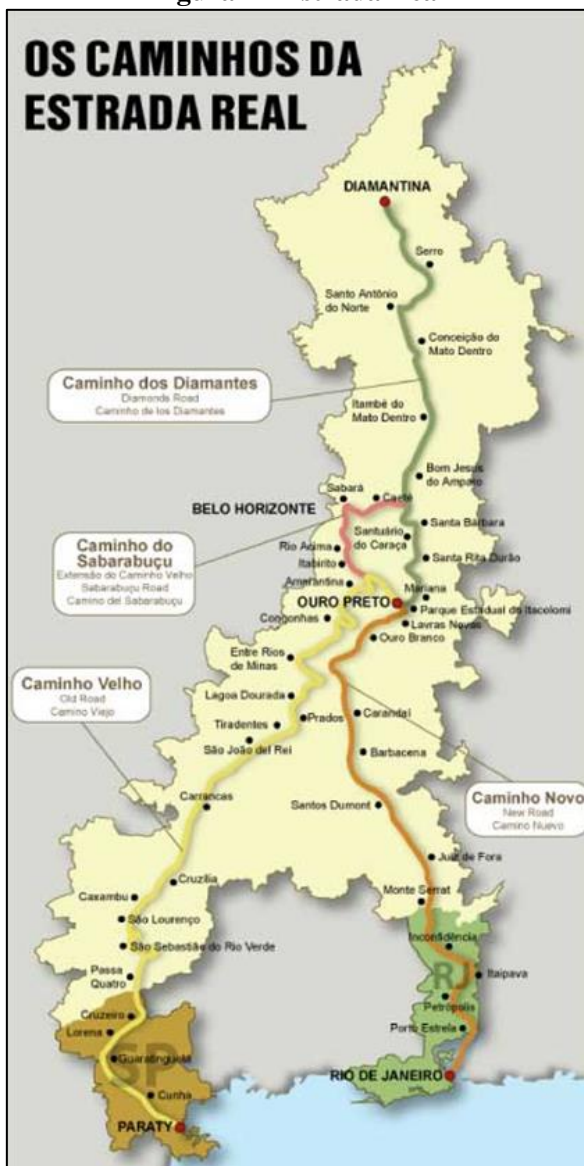
desenvolvia. Muitas dessas localidades compunham o caminho que desde o final do século XVII ligava Ouro Preto – e posteriormente Diamantina – aos portos do Rio de Janeiro. Atualmente, esse caminho que outrora fora incerto e composto basicamente por “picadas” abertas no sertão, configura a chamada “Estrada Real”, que apenas recentemente vem sendo valorizada como rota turística pelos governos mineiros (figura 2).

Desta feita, a região da mineração em Minas Gerais, composta pelos municípios de Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Caeté, Pitangui, Serro, Diamantina, Minas Novas (PAULA, 2000, p. 41), como se pode observar na figura 3, compôs no século XVIII uma “rede” urbana estruturada que sustentou a produção aurífera, permitindo que além da extração e comercialização do ouro, atividades paralelas como agricultura, pecuária e comércio se desenvolvessem e ganhassem destaque.

Essa “rede” composta pelos municípios anteriormente citados e por tantos outros que foram sendo fundados ao longo do caminho na medida em que novas jazidas eram descobertas (fosse no Caminho dos Diamantes, do Sabarabuçu, no Caminho Novo ou no Caminho velho, como observa-se na Figura 2), possuía um desenho de ocupação denominado “bacia de drenagem”, que, segundo Moraes (2008), ocorre quando “um eixo de circulação central ramifica-se por caminhos que vão buscar as zonas de produção, e este eixo tem por destino um porto [...] que articula os lugares drenados com os fluxos do comércio ultramarino” (MORAES, 2008, p. 68). E ainda:

Obviamente, a pureza maior desse modelo é encontrável nas áreas com estruturas produtivas criadas pelo colonizador, pois onde ele se apropria de estruturas preexistentes deve assumir a espacialidade nelas consolidada. Quanto mais ampla a área de drenagem e quanto mais intenso o fluxo praticado, maior será a importância do porto de referência na hierarquização dos lugares coloniais no interior de cada império (MORAES, 2008, p. 68).

Figura 2 - Estrada Real



Fonte: www.mg.gov.br (ARAÚJO, 2014).

Figura 3 - Mapa da Província de Minas Gerais no final do século XVIII



Fonte: minasancestrais.blogspot.com.br (ARAÚJO, 2014).

Esse processo pode ser observado nos caminhos traçados pelos desbravadores na região da mineração, afinal, a mesma compunha um espaço novo a ser descoberto e apropriado. A Coroa pôde, então, ocupá-lo e ordená-lo conforme lhe convinha, direcionando os fluxos e a produção para os portos de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao adentrar nestes novos espaços e ao se deparar com indígenas e uma natureza praticamente intocada, inicia-se a colonização efetiva do local numa relação direta entre “sociedade-espaço”, em que os nativos dos lugares onde se realiza a

expansão são “atributos do próprio espaço, uma sorte de recurso natural local” (MORAES, 2008, p. 68).

Desta feita, o que a terra ocupada tem a oferecer, seja mão-de-obra ou recursos naturais preciosos, são requisitos primordiais para que a instalação dos colonizadores ocorra. “O devassamento e a apropriação de novas terras aparece [sic] como um dos componentes constantes dos processos de colonização, os quais têm assim um caráter extensivo intrínseco” (MORAES, 2008, p. 68). Apropriação esta que, assim como ocorreu quando da descoberta de jazidas no interior de Minas Gerais, provocou mudanças consideráveis e irreversíveis no *espaço* onde elas se localizavam.

Além do surgimento progressivo de arraiais e vilas, constituídos pelos viajantes e desbravadores da região, e das próprias mudanças estruturais na sociedade da época, o “sertão” ainda inexplorado ganhou novos contornos e utilizações. Segundo Fonseca (2011):

[...] ao final do século XVII, as imensas extensões de terra ao norte do rio Grande (afluente do Paraná), onde os bandeirantes descobriram as primeiras jazidas de ouro, eram designadas por um único nome: sertão dos Cataguases. Porém, à medida que ela é explorada e colonizada, **essa superfície lisa e homogênea ganha “asperezas”** e contornos mais distintos, passando a abrigar marcos espaciais com denominações próprias, e subdividindo-se em partes cada vez menores e mais claramente delimitadas (FONSECA, 2011, p. 74).

Como se vê, a própria presença do homem em um espaço antes inexplorado provocou marcas no espaço que antes não estavam ali presentes. Ademais, havia ainda a necessidade de encontrar cada vez mais jazidas para sustentar um novo modo de vida que surgia, transformando a paisagem definitivamente.

Há ainda, toda uma configuração urbana que surgiu em função da zona da mineração. Os diversos núcleos de povoamento que apareceram em um primeiro momento, dispersos pelo território, começaram a se adensar conforme novos locais de extração eram descobertos e assim, novos povoados, arraiais, vilas e posteriormente cidades eram erigidos (PAULA, 2000, p. 41).

Núcleos estes, que imprimiram em um espaço antes desconhecido marcas próprias, resultado de um processo de urbanização iniciado pela mineração e continuado até os dias de hoje. Houve ainda todo o desenvolvimento trazido para a região pelas atividades subsequentes – comércio e agricultura. Constituindo assim, uma “rede” de núcleos urbanos que modificou o espaço da zona da mineração, determinando para esta “região” fluxos específicos de pessoas e mercadorias.

Quaisquer que fossem a natureza das “asperezas” deixadas naquele espaço, elas foram fundamentais para “determinar a criação de novas unidades territoriais e a (re)definição dos seus limites” (FONSECA, 2011, p. 87). Considera-se aqui, a definição formulada por Santos (1988):

As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (...). O espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada (SANTOS, 1988, p. 138).

As “rugosidades espaciais” do “ciclo do ouro” apareceram como sendo os frutos das diversas intervenções dos desbravadores, desde as ‘picadas’ que foram abertas para adentrar no terreno, passando pelas estradas – que se tornaram necessárias para transportar pessoas, alimentos, e a própria produção – até a instalação dos primeiros arraiais e vilas da região do ouro.

Todas essas intervenções correspondem àquilo que Moraes (2008) classificou como sendo um processo de *valorização do espaço*. Processo este resultante do trabalho humano que à medida que ocorria, agregava valor e resultava em formas específicas. Segundo o autor:

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo *universal*. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definido seus modos próprios de apropriação da natureza (MORAES, 2008, p. 41).

Desta feita, durante o “ciclo do ouro” o processo não foi diferente. A paisagem foi modificada no princípio, segundo os interesses dos bandeirantes, ligados ou não à Coroa Portuguesa, que foram em busca de riquezas e mão-de-obra. E, posteriormente, o espaço foi novamente alterado e organizado conforme as ordens advindas do governo, quando o mesmo se interessou em “ocupar” e ordenar aquele vasto território.

Assim sendo, a paisagem torna-se a expressão daqueles que a podem controlar, modificar e alterar. O espaço vivenciado cria “*rugosidades* que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem”. Como já dito, o espaço possui rugosidades que antecedem a ação humana, espaço este “produzido e herdado”, possuindo formas pretéritas com “estoques de valor concentrados pontualmente na superfície da Terra” (MORAES, 2008, p. 41).

O processo de aproveitamento do espaço perpassa por três etapas, segundo Moraes (2008): apropriação dos meios naturais, transformação destes meios e reapropriação dos mesmos, já transformados. Os lugares, como é o caso das vilas e arraiais da região mineradora do século XVIII, são resultado da apropriação das condições naturais oferecidas nesses locais, chamadas por Moraes (2008) de “vocações”. Após o

descobrimto das minas e a “apropriação” das mesmas como fontes de riqueza, iniciou-se o processo de transformação da natureza e do espaço como ele se encontrava. E, por fim, houve a “reapropriação” daquilo que já havia sido transformado, quando, a Coroa interessada em controlar a região, iniciou um processo de reorganização daquele espaço.

Desta feita, deve-se considerar a produção do espaço em todos os seus aspectos, como sendo primordial para se compreender o valor que o mesmo possui, bem como, a lógica que o ordenou e configurou seu arranjo territorial. Há que se ressaltar ainda que, “o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento” (MORAES, 2008, p. 43).

Portanto, o espaço usado do “ciclo do ouro” é fruto de um processo que percorreu a região das minas durante todo o século XVIII. Um espaço antes desconhecido tornou-se valorizado e bastante disputado, tanto pelos desbravadores que nele viam a possibilidade de descobrir riquezas, quanto pela Coroa, que se apoderou deste espaço quando constatou que ali havia mais que riquezas minerais. Enfim, toda uma organização em função da extração do ouro, uma paisagem modificada e, uma população que ordenou e deu um “uso social” para aquela região.

CAPÍTULO 2

Inconfidentes e discursos político-literários: Cláudio Manuel da Costa; Tomás Antonio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto

INCONFIDENTES E DISCURSOS POLÍTICO-LITERÁRIOS: CLÁUDIO MANUEL DA COSTA; TOMÁS ANTONIO GONZAGA E INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA PEIXOTO

ARCADISMO: UMA POSSIBILIDADE À MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA DOS POETAS INCONFIDENTES

O trabalho entre a Geografia e a Literatura só tem a enriquecer o conhecimento sobre uma época histórica, sobre um estilo literário, sobre a vivência do homem no espaço e suas construções sociais. A literatura é uma fonte repleta de signos, de simbologias, de descrições da realidade que não se poderia conhecer por outros meios. E, a análise de cunho geográfico é um meio que possibilita compreender estas simbologias, trazendo para a Geografia o que é para ela relevante nessas obras literárias. Segundo Goldmann (1976),

é óbvio que o estudo das grandes obras filosóficas e literárias demanda um trabalho de análise extremamente cuidadoso, já que no limite é preciso tentar deprender *a partir da visão de conjunto* tanto o conteúdo como a *forma* exterior da obra. É um trabalho que até agora foi pouco desenvolvido, mas que nos parece constituir uma das principais tarefas da crítica literária e da análise de estilo (GOLDMANN, 1976, p. 108).

Ademais, a literatura é capaz de exprimir “o conteúdo de toda [sic] uma época, sem que se verificasse uma homologia, ou uma relação significativa entre essa forma e os aspectos mais importantes da vida social” (GOLDMANN, 1976, p.16). Visto isso, é possível deprender que a literatura, contrariando a verdade científica – ou aliando-se a ela para trilhar novos caminhos – aparece como uma forma de manifestar a

realidade de seu escritor, ainda que essa não seja sua vontade. A obra literária, a partir da *visão do mundo* de um único indivíduo, transcende diante de seus leitores e, acaba por se tornar o “retrato” de uma época, de um grupo social. Diante disso, vale apresentar a seguinte afirmação de Goldmann (1976):

Sem dúvida essas unidades não são mais do que complexas rêdes [sic] de relações interindividuais, mas a complexidade da psicologia dos indivíduos provém de cada um dêles [sic] pertencer a um número mais ou menos importante de grupos diferentes (familiares, profissionais, nacionais, relações de amizade, classes sociais, etc.) e de cada um dêsses [sic] grupos agir sobre a consciência individual, contribuindo, assim, para criar uma estrutura única, complexa e relativamente incoerente [...] (GOLDMANN, 1976, p. 206).

Tendo em vista o fato de o plano literário contemplar a cultura de uma época, voltemo-nos para a compreensão da literatura no período Árcade, que serviu aos poetas inconfidentes para encontraram espaço para realizar suas produções.

A literatura brasileira, desde o período colonial, sofreu influências diretas do que se passava na Europa em termos de estilos literários, influências de autores e ideologias²¹ vigentes, como o Iluminismo.

²¹ Consideramos aqui, *ideologia* em seu sentido amplo, enquanto um “conjunto de ideias, concepções e opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão [...]. Referimo-nos à *doutrina*, ao corpo sistemático de ideias e ao seu posicionamento interpretativo diante de certos fatos (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 60).

Há que se considerar ainda a definição de Marilena Chauí, que diz: “a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar [...]. A função da ideologia é a de fornecer o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado” (CHAUI, 1980, p. 113). Definição esta, que se aproxima da discussão sobre a *Identidade*

Segundo Bosi (1980), nossa literatura foi marcada por períodos específicos, tais como: dos textos de informação (escritos pelos viajantes ainda no início da colonização) e do Barroco, que veio em sequência (também advindo da Europa, onde se desenvolveu no seio da nobreza, herdando traços do Renascimento).

Diferentemente do que aconteceu em terras europeias, onde a literatura se constituiu lentamente, paralelamente aos seus respectivos idiomas, no Brasil, ela foi inicialmente uma transposição dos costumes da metrópole portuguesa. A literatura europeia foi, portanto, imposta em nosso território, inculcando aqui, valores religiosos, costumes e uma organização política e social vinda de Portugal. Cândido (2010) afirma que:

A sociedade brasileira não foi, portanto, como teria preferido certa imaginação romântica nacionalista, um prolongamento das culturas locais, mais ou menos destruídas. Foi transposição das leis, dos costumes, do equipamento espiritual das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de modalidades culturais formou-se a sociedade brasileira, que viveu desde cedo a difícil situação de contato entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada (CÂNDIDO, 2010, p. 12).

Os responsáveis por “transplantar” o caráter literário português em terras brasileiras, aqui chegaram em meados de 1530, quando o Brasil ainda era uma terra recém-descoberta e caracterizava-se por sua grande extensão, com limites indefinidos, ocupada por indígenas e por animais selvagens, além de possuir uma natureza surpreendente e praticamente intocada. Portugal, em sua função de metrópole tinha a tarefa de “ocupar,

feita mais adiante e, adotada por nós como referência para explicar a construção da nacionalidade intrinsecamente presente nas obras dos poetas inconfidentes.

defender, povoar e explorar essa terra *incógnita*, uma das muitas que faziam parte da sua prodigiosa expansão” (CÂNDIDO, 2010, p. 18).

A literatura aqui produzida, bem como aquela trazida da Europa, cumpria as funções anteriormente mencionadas de “transplantar” o modo de vida europeu, além de impor a língua portuguesa sobre a colônia. Dessa forma, buscava-se suprimir os idiomas indígenas existentes e realizar um “verdadeiro processo de dominação linguística, aspecto da dominação política, no qual a literatura, repito, desempenhou papel importante” (CÂNDIDO, 2010, p. 20-21).

Diante de tamanha exuberância e dificuldade, surgiu a necessidade ou o interesse, de se descrever as características das terras brasileiras. Compreender como o povo que aqui vivia se comportava, bem como, sua relação com a natureza imponente, fazia-se necessário, uma vez que, partiria daí a aproximação almejada pelos jesuítas – responsáveis por escritos descritivos e religiosos, com intuito de catequizar os índios. Dentre os quais, esteve José de Anchieta, responsável por obras relevantes de nossa literatura, como o poema épico sobre os feitos militares do governador-geral Mem de Sá, além de poesias e peças teatrais que buscavam levar aos indígenas o conhecimento da fé católica.

Deve-se ressaltar aqui, a relevância do material produzido pelos padres jesuítas. O trabalho por eles desenvolvido, fruto da necessidade, já mencionada, de descrever as terras que acabaram de conhecer, tornou-se uma rica bibliografia, de cunho geográfico, por tratar “de temas ligados à nossa disciplina, tais como: natureza, território, índios, flora, fauna, levantamentos cartográficos, localizações, medições e delimitações das novas terras” (FREITAS, 2003, p. 31).

As obras produzidas entre os séculos XVI, XVII e XVIII, podem, segundo os estudos de Elliot (1980), ser agrupadas em *quatro* fases. A produção literária do século XVI – primeiro da ocupação das terras brasileiras – foi marcada pela fase da *observação* do desconhecido e da *descrição* do que se descobria, no intuito de levar a imagem daquela paisagem aos que não estavam presentes. O século XVII se caracterizou pela fase da *descoberta de novas informações* sobre aquele espaço que já vinha sendo explorado e ocupado há cem anos. Era preciso fortificar a

imagem que se tinha da natureza e de seus habitantes, para que a realidade ali existente fosse levada com clareza para a Europa. O século XVIII foi, por fim, a fase da *compreensão*. Passados dois séculos de ocupação, muita informação já havia sido reunida e, esse material circulava por terras europeias. Era preciso, de uma vez por todas, ir além do pensamento tradicional europeu, avançando em direção às novas ideias e à nova visão que as terras brasileiras proporcionavam (ELLIOT, 1980 *apud* FREITAS, 2003).

Os padres jesuítas ocuparam o papel dos “informantes” da Coroa Portuguesa em terras brasileiras, repassando a ela o que era descoberto e que poderia despertar interesse. Se o século XVI serviu para que fosse feito um “inventário” das riquezas existentes, o século XVII deixou para trás parte do deslumbramento do primeiro contato com a natureza, dando espaço para que a racionalidade se manifestasse no intuito de encontrar a “utilidade” para aqueles recursos naturais (FREITAS, 2003).

Vale destacar, entretanto, que, durante esses dois séculos, não houve uma produção literária intensa. Os escritos, principalmente os realizados pelos padres jesuítas aqui instalados, eram ocasionais e ficavam restritos, muitas vezes, a região em que o autor vivia. De fato, a maioria das obras nem chegou a ser impressa, pois, a licença para possuir tipografias só foi dada ao Brasil após 1808. No século seguinte a José de Anchieta, entre 1600 e 1700, poucos escritores e suas respectivas obras tiveram destaque e, somente, os escritos de Antônio Vieira e Gregório de Matos, apareceram como obras de relevância para nossa literatura. Deve-se ressaltar que, a grande maioria dos escritores, salvo José de Anchieta (que residia no Sul), viveu na Bahia, antiga capital da colônia. Isso se deveu ao fato de nessa região se concentrar o centro cultural, político e econômico da época (CÂNDIDO, 2010).

Somente em meados do século XVIII, com a descoberta das minas de ouro mais ao sul da colônia, e, com a posterior transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, é que o eixo político e econômico se transfere da Bahia para essa região. A partir daí, a capitania das Minas Gerais torna-se palco de importantes produções literárias e artísticas, “fazendo da segunda metade do século XVIII um momento de densidade

cultural, não concentrada em apenas um lugar, mas começando a manifestar-se em outros simultaneamente” (CÂNDIDO, 2010, p. 31).

Durante esse século, o trabalho dos jesuítas ainda se mostrava relevante e, segundo Freitas (2003) os chamados “jesuítas-geógrafos”, revelavam em suas obras importantes descobertas feitas ao longo do século que contribuíam para ampliar o conhecimento geográfico acerca das terras brasileiras.

O século XVIII foi, portanto, marcado pelo início da consolidação da literatura brasileira. Literatura esta que se desenvolveu sob os moldes do Iluminismo vindo da Europa e foi denominada Arcadismo. Suas origens advêm de Lisboa, da Arcádia Lusitana (1756), e teve como objetivo “combater o artificialismo, a falsa argúcia e o palavreado oco que haviam chegado às tendências barrocas na sua fase de decadência” (CÂNDIDO, 2010, p. 34).

O Arcadismo pode ser dividido em dois momentos: o poético e o ideológico. Segundo Bosi (1980), o primeiro reflete o encontro com a natureza e o segundo, traduz a crítica da burguesia culta aos abusos do clero e da nobreza. Sendo que, este segundo momento parece-nos mais interessante visto que, parte daí o engajamento necessário para que os literatos inconfidentes revelassem em suas obras suas críticas e sátiras contra o governo metropolitano.

Além da presença do bucolismo, do clima pastoril e do propósito de retorno às origens presentes no Movimento Árcade, a burguesia insurgente passa a renegar o absolutismo instaurado na Europa, assim como em terras brasileiras, os literatos e intelectuais renegam a condição de colônia, envolvendo-se em movimentos como o da Inconfidência. Neste contexto, o campo e a natureza na Europa são cobiçados em contraposição aos novos hábitos citadinos que se consagraram com a Revolução Francesa e Industrial. Segundo Cândido (1959),

a poesia pastoral, como *tema*, talvez esteja vinculada ao desenvolvimento da cultura urbana, que, opondo as linhas artificiais da cidade à paisagem natural, transforma o campo num bem perdido, que encarna

facilmente os sentimentos de frustração. Os desajustamentos da convivência social se explicam pela perda da vida anterior, e o campo surge como cenário de uma perdida euforia. A sua evocação equilibra idealmente a angústia de viver, associada à vida presente, dando acesso aos mitos retrospectivos da idade de ouro. Em pleno prestígio da existência cidadina os homens sonham com ele à maneira de uma felicidade passada, forjando a convenção da *naturalidade* como forma ideal de relação humana (CÂNDIDO, 1959, p. 54).

Vale ressaltar que no momento ideológico do período árcade, ou da Ilustração segundo Bosi (1980), formaram-se as bases ideológicas dos árcades brasileiros, como afirma a seguir:

E sem dúvida foram as teses ilustradas, que clandestinamente entraram a formar a bagagem ideológica dos nossos árcades e lhes deram mais de um traço constante: o gosto da clareza e da simplicidade graças ao qual puderam superar a pesada maquinaria cultista; os mitos do homem natural, do bom selvagem, do herói pacífico; enfim, certo mordente satírico em relação aos abusos dos tiranetes, dos juízes venais, do clero fanático, mordente a que se limitou, de resto, a consciência libertária dos intelectuais da Conjuração Mineira (BOSI, 1980, p. 66-67).

O Movimento Árcade, também chamado de Neoclassicismo, surgiu na Itália, no final do século XVII, perdurando durante todo o século XVIII e encerrando-se já no século XIX. Como já mencionado, no Brasil ele teve influência da Arcádia Lusitana, desenvolvendo-se em terras mineiras em pleno auge do ciclo do ouro.

Alguns dos principais autores da época, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José de Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga e José Basílio da Gama trouxeram do período em que residiram e estudaram em Portugal e em demais países europeus, as tendências libertárias que já vigoravam na Europa e tiveram grande influência na Inconfidência Mineira. De acordo com Bosi (1980):

Acho razoável a hipótese de que o nível de consciência dos produtores da literatura arcádica se achava muito mais próximo da Ilustração burguesa européia do que dos mestres-de-obra e compositores religiosos de Minas e Bahia (cujos modelos remontam ao Barroco seis-setentista) (BOSI, 1980, p. 39-40).

E ainda,

As academias e os atos acadêmicos significam que a Colônia já dispunha, na primeira metade do século XVIII, de razoável consistência grupal. E embora se tenha restringido a imitar os sestros da Europa barroca, já puderam nutrir-se da história local, debruçando-se sobre os embates com os holandeses no Nordeste ou sobre as bandeiras e o ciclo mineiro no Centro-Sul (BOSI, 1980, p. 57).

Em princípio, o Arcadismo além da simplicidade estética, preocupava-se também com o retorno à harmonia entre homem e natureza, daí a valorização do campestre e do bucólico. Contudo, a partir do século XVIII e da Revolução Industrial que teve início na Inglaterra, expandindo-se posteriormente por toda a Europa, a poesia arcádica apresentou-se como uma fuga da realidade, a oposição entre o campestre e a vida urbana que, naquele momento já se encontrava sobrecarregada.

Além disso, com a ascensão do Iluminismo no mesmo período e com a influência da Revolução Francesa, valorizando o racionalismo, o progresso e a ciência, eclodiram diversos movimentos de independência nas Américas, dentre eles a independência dos EUA e, posteriormente a independência brasileira.

O Movimento Arcade apresentava características revolucionárias, que além de propor novos ares ao ensino, às artes e aos costumes da época, presenciou o declínio da aristocracia e a ascensão de uma nova organização econômica, liderada pela burguesia – pensando no âmbito europeu, uma vez que, segundo Fernandes (1987), “assim como não tivemos um ‘feudalismo’, também não tivemos um ‘burgo’ característico do mundo medieval” (FERNANDES, 1987, p. 17-19).

Ainda de acordo com Fernandes (1987):

O “burguês”, que nascera aqui sobre o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente e autônoma (FERNANDES, 1987, p. 17-19).

O período vivido pelos literatos das Minas Gerais foi marcado por revoltas, movimentos pela independência e revoluções econômicas, políticas e sociais, ideais estes, que estiveram presentes na Inconfidência Mineira. Houve nessa época um amadurecimento político e cultural que se fez refletir em outras partes do Brasil colônia, iniciando-se, como já mencionado, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro e, com o povoamento – mesmo que incipiente – da região das minas.

A literatura dos poetas inconfidentes, que nesse trabalho propomo-nos a analisar, propunha-se a divulgar o desejo da independência para as Minas Gerais, eliminando a dominação portuguesa e estabelecendo

um “território livre”. Para alguns autores, como Jardim (1989), o movimento pela Inconfidência pretendia fazer livre toda a colônia, embora ainda não houvesse uma nacionalidade fortificada que unisse sob os mesmos ideais toda aquela vastidão de terras.

Para outros intelectuais, entretanto, o movimento pela Inconfidência Mineira não possuía a intenção de libertar toda a colônia brasileira do domínio de Portugal, visto que, na época ainda não havia se consolidado uma identidade nacional. Segundo Bosi (1980),

a análise a que a historiografia mais recente tem submetido o conteúdo ideológico da Inconfidência é, nesse ponto, inequívoca: zelosos de manter o fundamento jurídico da propriedade (que a Revolução Francesa, na sua linha central, iria ratificar), os dissidentes de Vila Rica apenas se propunham evitar a sangria que as finanças mineiras, já em crise, operaria a cobrança de impostos sobre o ouro (a *derrama*). [...] sabe-se que não pretendia abolir a escravatura (BOSI, 1980, p. 67).

Deve-se dizer ainda que, em sua maioria, os descontentes com o domínio português sobre Minas Gerais eram pessoas de classes sociais abastadas, como proprietários de terra, intelectuais, militares e, até por isso, não procuravam combater a escravidão, apesar de proporem a República como forma de governo. A abolição da escravatura – proposição feita por alguns dos envolvidos no movimento, mas, rejeitada por outros, como falaremos adiante – não se realizou nem mesmo após a proclamação da Independência, visto que, de acordo com Fernandes (1987):

Por fim, desses núcleos (cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade) é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o

abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1987, p. 19).

Esta camada da população composta por proprietários de terra e intelectuais compunham o grupo que segundo Gramsci (1979):

[...] nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] (GRAMSCI, 1979, p. 03).

Além disso, como afirma este mesmo autor, na América do Sul e Central, não havia uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, de modo que, a maior parte deles, estava ligada ao meio rural e ao clero. Gramsci (1979) afirma que:

Na América do Sul e na América Central, a questão dos intelectuais, ao que me parece, deve ser examinada levando-se em conta estas condições fundamentais: também na América do Sul e na América Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais [...]. A base industrial é muito restrita, não tendo desenvolvido superestruturas complicadas: a maior parte dos intelectuais é do tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiais,

tais intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários (GRAMSCI, 1979, p. 21).

É o que se pode perceber ao analisarmos a biografia dos literatos do período da Inconfidência, todos eram homens de posse, abastados, filhos de latifundiários influentes na região. Tanto que, puderam estudar na Europa e trazer de lá os ideais para sustentar sua luta contra o espólio português. Trouxeram, contudo, do ‘velho mundo’, mais que ideias. Os inconfidentes, apesar das restrições impostas à sociedade com relação aos livros que poderiam adquirir e ler possuíam vários volumes, em “grandes bibliotecas” particulares (JARDIM, 1989, p. 26).

O movimento foi, portanto, influenciado diretamente por esse desenvolvimento intelectual e também material, que se colocou sobre a região das minas naquele momento. Ainda que as bases para fortificá-lo tenham sido trazidas da Europa, o elevado avanço econômico, intelectual e cultural, que ali se instalara, propiciou que atividades ligadas ao intelecto, como poesia, artes plásticas, música, dentre tantas outras, encontrassem solo propício pra frutificar. O Arcadismo desenvolveu-se nas Minas Gerais, portanto, amparado por essas condições favoráveis.

De acordo com Bosi (1980), o que caracteriza o Arcadismo é o fato de ter sido um “momento ideológico, que se impõe no meio do século, e traduz a crítica da burguesia culta aos abusos da nobreza e do clero” (BOSI, 1980, p. 61-62). A partir dessa afirmação pode-se estabelecer uma relação entre o movimento árcade e a Inconfidência, uma vez que, os poetas inconfidentes mineiros serviram-se das proposições ideológicas arcadistas para produzir suas obras.

Ademais, ainda que, nas Minas Gerais setecentistas não se pudesse caracterizar a elite intelectual como burguesia culta – nos moldes como esta apareceu na Europa e foi denominada por Bosi (1980) – os poetas inconfidentes, enquanto *indivíduos expressivos* – se utilizaram do “momento ideológico” propício advindo do Arcadismo para expressar sua insatisfação e desejo de independência da metrópole.

O surgimento, o desenvolvimento e o declínio do Arcadismo coincidem com o início da decadência da relação colonial entre metrópole e colônia que culminou em 1822, na independência do Brasil de Portugal. É também nesse período que se inicia, como já discutido anteriormente, a exploração e produção do ouro em Minas Gerais, o chamado, “ciclo do ouro”, que entrou em decadência devido a fatores técnicos de exploração, mas também econômicos e políticos, findando o século XVIII.

Com a “corrida pelo ouro”, indivíduos de todo o país e até mesmo de Portugal, deslocaram-se para o interior do Brasil, lugar ainda praticamente inexplorado e desconhecido, assim como boa parte do território brasileiro naquela época. A partir da exploração aurífera começou a se formar “um contorno geográfico bem próximo do que tem [sic] hoje e vê núcleos de povoamento se espalharem por todas as regiões, embora a população fosse rala e continuasse concentrada no litoral e adjacências” (CÂNDIDO, 2010, p. 35).

Ademais, o Brasil- colônia, inserido no que se chama o “Novo Mundo” (GODECHOT, 1956 *apud* NOVAIS, 1981), inspira-se, através de suas elites, nos movimentos pela independência que tomaram conta da Europa e dos Estados Unidos, enquanto colônia britânica. Em fins do século XVIII, há uma desestruturação progressiva do Antigo Regime, em que o mesmo é substituído por novas organizações Estatais. Segundo Novais (1981),

[...] a revolução que independizou a Nova Inglaterra da Velha Metrópole é o primeiro abalo na estrutura aparentemente tão sólida do colonialismo moderno, e dá o exemplo da criação das novas instituições políticas. Envolve a própria Europa no processo revolucionário, em meio a inextricáveis contradições sociais e nacionais, afrouxam-se os laços de vinculação que prendiam as colônias ultramarinas às metrópoles européias; e finalmente consuma-se a separação, as colônias tornam-se independentes, e o Antigo Sistema Colonial se dissolve (NOVAIS, 1981, p. 04).

Se os movimentos pela independência – dentre os quais o de maior relevância foram os dos EUA – foram fundamentais para alavancar esse processo, as tendências políticas executadas por Portugal para com o Brasil também contribuíram para o desgaste da relação metrópole-colônia. Desgaste este, acentuado pelo reinado de D. Maria I e, pela queda do Marquês de Pombal (NOVAIS, 1981).

Tendo em mente a condição política, econômica, cultural e social do Brasil - colônia naquele período, tomamos o discurso literário, fortemente influenciado pela ideologia da época, como um recurso para a compreensão dos ideais da Inconfidência e, portanto, de certa identidade nacional a ser construída para aquele momento e para aquelas circunstâncias. Desta feita, de acordo com Moraes (2008), o pensamento geográfico é um conjunto de discursos acerca do espaço que ultrapassam o campo disciplinar da Geografia. O autor, ao referir-se aos três níveis de abordagem acerca da consciência e da representação do espaço, dentre eles o do “horizonte geográfico”, o das “ideologias geográficas”, e o do “pensamento geográfico”, define este último como:

[...] abarcando os discursos escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da Terra, analisando as formulações literárias, filosóficas e científicas interessando o temário coberto pelas questões analisadas pela geografia, enfim, as representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre (MORAES, 2008, p. 13).

Deve-se ressaltar que, a Inconfidência Mineira foi, assim como demais revoltas que ocorreram no Brasil, parte de um processo contínuo de apropriação e de expansão territorial. Segundo Moraes (1988),

com dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território ainda plenamente construído. Possui frentes pioneiras em grande dinamismo. Na verdade, a

história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade (MORAES, 1988, p. 94).

Vê-se que é a partir da ocupação do espaço, que ocorre a construção das diversas identidades regionais, sendo que esta identidade é “uma manifestação plena daquele campo cultural que se está denominado de ideologias geográficas” (MORAES, 1988, p. 101). Por meio de manifestações do campo cultural e social, consolidadas através das ideologias geográficas, é que se formam a consciência e a “*visão do mundo*” dos indivíduos.

Segundo Prado Jr. (1994):

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção de gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí (PRADO JR, 1994, p. 24).

Diante desse momento, politicamente e culturalmente “favorável”, um grupo de poetas sobressaiu-se aos demais e foi responsável por deixar marcada na história brasileira a relevância de suas obras. Além dos já mencionados, José de Santa Rita Durão e José Basílio da Gama – autores de obras preciosas como *Caramuru* (1781) e *Uruguai* (1769), respectivamente – havia ainda os literatos que motivaram este livro com suas obras, por estarem diretamente ligados à Inconfidência Mineira, sendo eles: Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga. E, suas respectivas obras: *Vila Rica* (1773); *Canto Genetliaco* (1794) e *Cartas chilenas* (1789).

Sendo assim, após conhecer os fundamentos do Arcadismo, bem como as transformações em âmbito intelectual, social, econômico e espacial que vinham ocorrendo no período em questão, vê-se que os poetas mencionados encontraram nesse turbilhão de modificações da sociedade da época, que aos poucos engatinhava rumo à construção de uma Nação, espaço para produzir obras que refletissem seus desejos, anseios e temores.

Além disso, encontraram na literatura a oportunidade de expressar e divulgar os acontecimentos da colônia e da região das minas. Bosi (1980), afirma que, “denominador comum das tendências arcádicas é a procura do *verossímil*” (BOSI, 1980, p. 62). No contexto da busca pelo que é *verdadeiro* surgiram, por exemplo, as *Cartas chilenas*, que tinham o intuito de satirizar o então Governador Luís da Cunha Meneses, anunciando seus desmandos a quem as lesse. Fica claro, portanto, a importância da literatura que se constituiu neste período específico, visto que,

a fábula é o ser das coisas transformado em gênios humanos, e é a verdade transvestida [sic] em aparência popular: o poeta dá corpo aos conceitos, e por animar o insensato e envolver de corpo o espírito, converte em imagens visíveis as contemplações suscitadas pela fantasia: êle [sic] é transformador e produtor (GRAVINA, 1708 *apud* BOSI, 1980, p. 62).

Como se pode observar, a literatura nos moldes árcades serviu aos poetas inconfidentes, visto que foi capaz de “exercer um papel pedagógico e, como no conselho de Horácio, unir o útil ao agradável” (BOSI, 1980, p. 62).

VIDA E OBRA DOS LITERATOS DAS MINAS GERAIS: O PERCURSO DOS AUTORES RUMO À INCONFIDÊNCIA

Buscamos, portanto, como se verá mais adiante, partir das obras literárias dos poetas inconfidentes e avaliar como se processou a formação territorial brasileira, no período mais adstrito à Inconfidência Mineira, levando em conta aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Os autores que vivenciaram esse contexto histórico e que foram aqui abordados são: Cláudio Manuel da Costa, autor responsável por introduzir o Arcadismo no Brasil, após conviver com as manifestações árcades em Lisboa. Algumas de suas obras são: *Munúsculo métrico* (1751); *Epicédio em memória de Frei Gaspar da Encarnação* (1753); *Labirinto de amor* (1753); *Obras* (1768); *Vila Rica* (1773).

Tomás Antônio Gonzaga, que ocupou em Vila Rica o cargo de ouvidor²², sendo mandado para a prisão no Rio de Janeiro após acusação de envolvimento na Inconfidência Mineira, assim como os dois autores aqui estudados. Não escreveu muitas obras, mas algumas de grande relevância, sendo elas: *Tratado de Direito Natural* (tese apresentada à Universidade de Coimbra); *Marília de Dirceu* (1792); *Cartas chilenas* (editada e impressa apenas no Segundo Reinado, mas escrita em 1788).

E, Inácio José de Alvarenga Peixoto, autor que, tendo abandonado o magistério refugiou-se no campo, para trabalhar em lavouras e na mineração em Minas Gerais. Assim como seus companheiros, ao ser considerado um participante da Inconfidência Mineira, foi deportado para Angola, onde morreu na prisão. Suspeita-se que teria escrito o drama lírico *Enéias no Lácio*, hoje desaparecido. Suas obras existentes foram reunidas em *Obras poéticas* (1865) por Joaquim Norberto e, foram reproduzidas por Péricles Eugênio da Silva Ramos na antologia, *Poesia do ouro* (1964).

A partir do conhecimento da produção literária e da vida dos autores, a leitura e análise das obras “*Vila Rica*” (1773) de Cláudio Manuel da Costa; “*Cartas chilenas*” (1788) de Tomás Antônio Gonzaga e

²² O ouvidor no Brasil – colônia tinha a função de aplicar a Lei da Metrópole. Ele não era um representante do povo e devia reportar ao rei o que se passava na colônia.

“Canto Genetliaco” (1793) de Inácio José de Alvarenga Peixoto, permitirão compreender como os poetas pensavam a construção de certa identidade para a nação desejada e qual território deveria compor essa nação independente.

A priori, apresentaremos um pouco da biografia dos autores no intuito de compreender aquilo que Goldmann (1979), considerou essencial para penetrar na “*visão do mundo*” dos literatos e o que durante sua formação pessoal e intelectual levou-os a se envolverem no projeto da Inconfidência. Iniciaremos por **Cláudio Manuel da Costa**, autor de *Vila Rica* (1773), nascido em 6 de junho de 1729 em Ribeirão do Carmo, atual município de Mariana.

O próprio Cláudio Manuel da Costa afirma no Prólogo ao leitor de suas *Obras* (1768), que “esta (paixão) me persuadiu a invocar muitas vezes, e a escrever a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, rio o mais rico desta capitania que corre e dava o nome **à cidade de Mariana, minha pátria quando era vila**” (COSTA, 1996 p. 47, 1ª Edição, 1768). Há poucos dados sobre sua infância, inclusive sua data de nascimento não é unânime entre os estudiosos do autor, mas o que se sabe é que o escritor que tanto exaltou Vila Rica descende de portugueses e imigrantes paulistas e, teve a oportunidade de estudar ainda na adolescência, por volta de quatorze ou quinze anos no Rio de Janeiro, em colégio de jesuítas, o curso de Letras, conquistando a láurea de mestre em artes. Nesse período, que se estendeu até os seus vinte anos de idade, Cláudio M. da Costa começou a delinear sua habilidade para compor versos (RIBEIRO, 1996).

Por volta de 1749, o autor foi para Coimbra para cursar a Universidade e, já em 1751, publicou o *Munúsculo Métrico*, concluindo em 1753 o curso de direito canônico. Na Europa, Cláudio Manuel da Costa conheceu os costumes e desfrutou das benesses da sociedade portuguesa “mais polida e cheia de outros ideais que não o das riquezas efêmeras ou súbitas” (RIBEIRO, 1996, p. 12).

De Portugal, o autor trouxe as referências para suas obras, todas advindas de poetas árcades como “Virgílio, Ovídio, Teócrito e Moscho, Quevedo, Metastásio e, Petrarca” (RIBEIRO, 1996, p. 13). Demais obras

como *Epicédio* (1753) e *Labirinto do Amor* (1753), também foram produzidas em Coimbra, seguindo os moldes arcadistas.

Ao regressar ao Brasil, provavelmente entre 1754 e 1758, Cláudio M. da Costa se denominava um “*árcade romano*” e, preferia ser chamado de “Glauceste Satúrnio”, fazendo referência ao planeta e, também ao mito de Saturno. Vale ressaltar que Cláudio Manuel da Costa, a princípio, não conseguiu se desvencilhar das paisagens europeias, visto que em terras mineiras o literato não encontrou belezas para exaltar.

Da poética Coimbra voltou Cláudio saudoso e desconsolado para o Brasil e para as margens da “feia e turva corrente”, entre rudes trabalhadores atreitos. à “ambiciosa fadiga de minerar a terra” (RIBEIRO, 1996, p. 15).

E ainda:

Durante quase a sua vida [sic] e na melhor porção dela, Cláudio não soube senão cantar o Mondego, o Tejo, as ninfas dos rios europeus, os campos de trigo, as montanhas e o céu estrelado do outro hemisfério. A natureza do Brasil não é estética ou não cabe na sua estética (RIBEIRO, 1996, p. 17).

Após anos negando-se a revelar em suas obras as belezas de sua pátria, Cláudio Manuel da Costa começou a se desvencilhar das imagens da Europa e das ninfas do Tejo e Mondego²³, e passou a perceber quão rica era a paisagem a sua volta. Antes de *Vila Rica*, Cláudio Manuel da Costa produziu ainda *Ribeirão do Carmo* e suas *Obras*, que foram marcantes dentre as composições do autor.

²³ Rios existentes em Portugal de grande extensão e importância. O Mondego tem todo seu curso em terras portuguesas e o Tejo nasce na Espanha, mas, banha Lisboa.

Além das produções literárias, entre os anos de 1762 e 1765, Cláudio Manuel da Costa atuou no governo da Capitania mineira em cargos administrativos, nomeado pelo conde de Bobadela, durante o Governo de Luís Diogo Lobo da Silva. Durante esse período, o autor ainda realizou uma excursão pelo sul da capitania, acompanhando o próprio governador. No Governo seguinte, do conde de Valadares, Cláudio Manuel da Costa assumiu novamente o mesmo cargo. Contudo, o interesse em atuar no governo não foi adiante e, o autor voltou-se para a tradução do *Tratado da riqueza das nações*, de Adam Smith, embora haja contradições acerca desse fato. O que se sabe, entretanto, é que Cláudio Manuel da Costa tinha certo interesse pelas questões econômicas que diziam respeito pelo menos a região das minas, visto que, no prólogo de *Vila Rica* o autor escreveu:

E se estas Minas, pelas riquezas que têm derramado por toda a Europa, e pelo muito que socorrem com a fadiga de seus habitantes ao comércio de todas as nações polidas, eram dignas de alguma lembrança na posteridade, desculpa o amor da Pátria, que me obrigou a tomar este empenho, conhecendo tanto a desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor pena uma terra que constitui hoje a mais importante Capitania dos domínios de Portugal (COSTA, 1996, p. 359, 1ª Edição, 1837).

Após ter produzido obras que deixaram marcas na literatura colonial brasileira, Cláudio Manuel da Costa teve uma morte trágica. Foi condenado à prisão em 1789 por seu envolvimento na Inconfidência Mineira, morrendo por lá, “talvez assassinado [...]” (ROMERO, 2001, p. 239). Diz-se talvez, pois há ainda especulações sobre um possível suicídio, tentando “evitar a ignomínia do carrasco” (RIBEIRO, 1996, p. 25).

O fato é que Cláudio Manuel da Costa, apesar das controvérsias acerca de sua morte, encontrava-se debilitado, com a idade avançada, além de temer pelas consequências de seus atos, tendo o poeta, portanto, motivos “suficientes” para cometer suicídio. Entretanto, episódio que não

pode ser posto de lado, deu-se no depoimento do poeta após sua prisão, em que o mesmo deixa a entender uma possível ligação “entre o Governador (Visconde de Barbacena) e a revolução” (JARDIM, 1989, p. 125). Teria aí, por sua vez, o Governador, motivos mais que suficientes para ‘encomendar’ a morte de Cláudio Manuel que ocorreu dois dias após o dito depoimento. Não há conclusões efetivas sobre o caso, apesar de já ter sido contestado o laudo pericial que atestou, na época, o suicídio (JARDIM, 1989).

O envolvimento do poeta na Conjuração, entretanto, foi questionado por Sílvio Romero (2001) ao afirmar que “Cláudio não foi, por certo, dos mais fervorosos comparsas daqueles prelúdios” e ainda, “Em nada teve a iniciativa; foi levado pela corrente” (ROMERO 2001, p. 260). O poeta, no entanto, participou de reuniões com os demais envolvidos e, esse fato era sabido por muitos em Vila Rica. Acusam-lhe, muitos autores de ter sido inativo e até traidor, ao delatar alguns companheiros em seu depoimento (tais como Alvarenga, Gonzaga e o padre Toledo, todos já presos), devido ao fato de Cláudio Manuel da Costa ter, em seu interrogatório, tentado livrar-se da morte, negando as acusações – como tantos outros o fizeram – e, acusando aos demais envolvidos (JARDIM, 1989).

No tocante à *Vila Rica*, obra de Cláudio Manuel da Costa a qual nos propusemos a desvendar, trata-se de uma composição que ao retratar a Vila Rica das Minas Gerais tornou aquela terra, “digna de ser cantada em metro heróico, com fôlego épico de fazer inveja às ninfas do Tejo” (ALCIDES, 2003, p. 29). Vê-se tal intento na primeira estrofe do Canto I do poema:

Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplauso de Albuquerque a história.
(COSTA, 1996, p. 377 – 1ª Edição, 1837).

Ao descrever os feitos heroicos realizados na região das minas durante a busca pelo ouro, o autor louvou os desbravadores paulistas em sua exploração pelos sertões, bem como o rápido estabelecimento de núcleos e povoações. Além disso, exaltou a iniciativa de Antônio de Albuquerque – fundador das três primeiras vilas de Minas Gerais (Vila do Carmo, Vila Rica e Vila do Sabará) – de levar “para o *sertão* uma determinada *ordem*” (ALCIDES, 2003, p. 29). Assim,

o tema principal do poema, portanto, não é propriamente a ação do herói que ele glorifica, mas sim seu resultado: o processo de normalização da região colonial aurífera, com a imposição de um certo regime político aos grupos que se aventuraram pela mata em busca de novos “descobertos” (ALCIDES, 2003, p. 30).

A empreitada de Fernão Dias Paes em busca das esmeraldas também teve seu espaço no poema. Durante suas entradas pelo *Sabarabuçu* ou *Sobra Bussu*, em busca do *Vupabussu*, passou por *Tucambira* até chegar em *Itamirindiba*. Não se sabe ao certo em que local as pedras foram encontradas, mas, sabe-se e é relato presente na obra de Cláudio Manuel da Costa, que Fernão Dias foi traído pelo seu próprio filho, vendeu tudo o que tinha e morreu junto ao Guaiacuí²⁴, sem jamais ter retornado a São Paulo, sua terra natal.

O segundo literato inconfidente que aqui trataremos é **Inácio José de Alvarenga Peixoto**, nascido em 1743 ou 1744 (há divergências sobre a data correta), na cidade do Rio de Janeiro. Frequentou o colégio dos jesuítas nessa cidade, mas criou-se em Braga (Portugal), onde iniciou sua carreira universitária no curso de Leis, retornando ao Brasil em 1761, sem concluí-lo. No ano de 1768, o poeta foi nomeado juiz - de - fora da vila portuguesa de Sintra, exercendo entre 1769 e 1772, a magistratura e sendo nomeado logo em seguida, no ano de 1775, ouvidor do Rio das Mortes.

²⁴ Que segundo Cláudio Manuel da Costa, “vale o mesmo que *rio das velhas*”.

Já instalado na região das minas, alguns anos mais tarde, Alvarenga Peixoto conheceu e se enamorou de Bárbara Eliodora e, com ela, no ano de 1779 teve uma filha a qual deram o nome de Maria Efigênia. Na época, o poeta, então proprietário da fazenda Boa Vista, decidiu dedicar-se apenas a exploração de suas terras, deixando seu cargo na ouvidoria da comarca (LAPA, 1996). Anos mais tarde, Alvarenga veio a adquirir a Fazenda Paraopeba, que, assim como muitas propriedades em Minas, fazia parte dos chamados, “latifúndios horizontalmente integrados, com grandes lavras de ouro, engenhos de açúcar, canaviais, cafezais e pecuária” (MAXWELL, 1977, p. 111).

Alvarenga Peixoto, ao contrário de Cláudio Manuel da Costa, não deixou uma vasta obra publicada. Segundo Malard (1996), “dos 33 de seus poemas até hoje conhecidos, somente três foram publicados em vida” (MALARD, 1996, p. 941). Uma de suas obras mais significativas, sobre a qual nos propusemos a trabalhar é, de fato, o *Canto Genetliaco*, composto no ano de 1782 em homenagem ao nascimento do filho do Governador da Capitania de Minas Gerais na época, D. Rodrigo de Meneses. O poema em questão foi, entretanto, publicado apenas em 1794, dois anos após o falecimento do autor durante o exílio na África.

De maneira geral, os poemas de Alvarenga Peixoto celebravam a beleza feminina e cultuavam o “corpo sem matizes eróticos explícitos” (MALARD, 1996, p. 945). O *Canto Genetliaco*, entretanto, ao louvar o nascimento do filho do Governador, propunha-se a exaltar a riqueza das terras brasileiras e seus homens mais notáveis. Alvarenga, diferentemente de seu amigo Cláudio Manuel, foi, desde o início, um admirador das belezas da terra em que vivia. De acordo com Lapa (1996):

Alvarenga, com seu entusiasmo e sua ambição, espírito de bandeirante da última hora, com os pés bem fincados no solo, com os braços e olhos abarcando os horizontes infinitos, sentiu de chofre como ninguém até então a presença e promessa magnífica da terra brasileira. Mais ainda: soube associar à grandeza e riqueza da terra o trabalho de seus filhos mais humildes, “os escravos duros e

valentes”. Comparando suas atividades com os feitos de Hércules, Ulisses e Alexandre, acentua a superioridade dos mineiros e remata, numa reticência que dá extraordinária significação à frase: “São dignos de atenção” (LAPA, 1996, p. 926).

O poeta enxergava além das belezas naturais de sua terra. Via ainda, o esforço do povo que desbravou e povoou os sertões das Minas Gerais. Havia nele uma simpatia pelos mais humildes, “que trabalhavam a terra, os pobres escravos que fizeram a grandeza do Brasil e que ele queria libertar em 1789” (LAPA, 1996, p. 937). Ao contrário dos demais inconfidentes, Alvarenga, “homem também generoso, não duvidava dar mesmo a liberdade aos escravos crioulos e mulatos, se tanto fosse necessário” (LAPA, 1996, p. 933).

Foi considerado por muitos autores o verdadeiro líder intelectual do movimento, pois, não escondia suas intenções revoltosas diante da situação da Capitania, e, buscava incessantemente novos interessados em compartilhar os ideais dos inconfidentes. Jardim (1989) conclui que, “Alvarenga [...] foi o tipo do revolucionário que se debatia no conflito entre querer e fazer. Como empresário, intelectual e pessoa racionalmente ativa, não podia deixar de ver e desejar a necessidade de mudanças no estado de coisas político e social da terra” (JARDIM, 1989, p. 140).

Por fim, resta-nos apresentar o último, mas não menos importante poeta inconfidente, **Tomás Antônio Gonzaga**. Nascido na cidade do Porto em 1744, filho de um carioca e uma portuguesa, o poeta veio para o Brasil em 1751 para iniciar seus estudos na Bahia em um colégio jesuíta. Dos estudos neste colégio, o autor levou para suas obras a influência humanística e dialética, que pode ser observada desde o *Tratado de Direito Natural* (1768), até os interrogatórios aos quais foi submetido na prisão (LAPA, 1996).

No ano de 1761, Tomás Antônio Gonzaga retornou a Portugal para estudar na Universidade de Coimbra, onde fez amizade com o futuro companheiro de Conjuração, Alvarenga Peixoto. Já em 1782, o poeta foi nomeado ouvidor de Vila Rica e, estreitou os laços de amizade com

Cláudio Manuel e com o próprio Alvarenga. No ano seguinte, tomou posse da Capitania de Minas Gerais o autoritário Governador Luís da Cunha Meneses, que alguns anos mais tarde, após diversos desentendimentos com Tomás Antônio Gonzaga e frente suas atribuições arbitrárias²⁵ no governo, viria a se tornar um personagem ridicularizado nas famosas *Cartas chilenas*.

A autoria das *Cartas* foi por vezes questionada, entretanto, “só um homem estava em condições de escrever tais versos, bem martelados, de clareza diamantina, de ironia pungente, às vezes: o ouvidor Gonzaga” (LAPA, 1996, p.542). Sabe-se ainda que Cláudio Manuel da Costa “dava uma ajuda revendo os versos, polindo aqui e acolá, pois o autor, todo engolfado naquela escrita ardente, mal tinha tempo para emendar o que escrevia” (LAPA, 1996, p. 542).

Em 1786, enquanto a situação se agravava e os ânimos se exaltavam, Gonzaga foi nomeado desembargador da Relação da Bahia, e, parece que essa foi uma tentativa de afastá-lo do fervor que tomava conta das Minas Gerais. Nesse meio tempo, soube-se que viria para tomar conta da administração da Capitania, o visconde de Barbacena, homem culto e que certamente iria corrigir os desatinos provocados pelo seu antecessor.

O visconde, contudo, chegou à Vila Rica apenas em 1788, devido a problemas de saúde em sua família e, trouxe consigo, de Lisboa, a ordem para cobrar o quinto do ouro que “andava atrasadíssimo em Minas Gerais, pelas dificuldades crescentes da mineração e por certa má vontade dos povos para com a metrópole, aliás amplamente justificada” (LAPA, 1996, p. 546).

²⁵ Segundo Valadares (2001), muitas das arbitrariedades cometidas pelos governantes nas Minas Gerais deviam-se ao fato de eles não conseguirem aplicar as instruções ultramarinas à realidade da vida na Capitania das Minas Gerais.

Ademais, como aponta Valadares (2001), José João Teixeira Coelho, em sua *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, afirma que o governador acumulava diversas funções, tais como, as de presidente das juntas da Fazenda e da Justiça e de inspetor do estado político da Capitania. Diante disso, os “governadores de Minas terem arrogado, em diversos tempos, uma autoridade sem limites, estabelecendo novas práticas sempre arbitrárias” (COELHO, 1994, p. 88).

Daí em diante, a exaltação apenas se intensificou e a ideia de um levante contra o governo se mostrava cada vez mais necessária. Gonzaga viu-se então envolvido na conspiração juntamente com seus amigos Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, situação que colocou o poeta das *Cartas chilenas* em um dilema: deveria partir para a Bahia, assumir o cargo que lhe foi designado e casar-se com Marília, ou deveria ficar, participar da sublevação que já era iminente, e ter papel fundamental na construção da República que todos almejavam?

A primeira opção lhe pareceu mais acertada ao saber que o levante havia falhado. Contudo, sua tentativa de fuga ocorreu tarde demais e o poeta foi condenado à prisão e enviado para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde, três anos mais tarde em 1792, partiu para a África, exilado juntamente com demais réus da Inconfidência. Em Moçambique, o poeta ficou encarcerado até o ano de 1810, data de sua morte (LAPA, 1996).

No tocante às obras, Tomás Antônio Gonzaga, não deixou nenhum de seus três livros finalizados e prontos para publicação. Trata-se do já mencionado *Tratado de Direito Natural* (1768), de *Marília de Dirceu* (1792) e das *Cartas chilenas* (1788). O *Tratado de Direito Natural*, foi a tese apresentada pelo poeta à Universidade de Coimbra, ainda na juventude, para formar-se em Direito.

Trata-se de uma obra dedicada ao Marquês de Pombal, com características bem diferentes das demais produções de Tomás A. Gonzaga, por ser fruto de um período em que o autor convivia com ideais conservadores. Tanto que o autor condena em seu *Tratado* a democracia e a participação popular no Governo, visto que, “viveríamos sempre em continuada discórdia, se por qualquer injustiça houvesse o povo de se armar contra o soberano para o castigar e depor” (GONZAGA, 1957, p. 103, 1ª Edição, 1768).

Com a vinda para o Brasil, o poeta teve contato com demais intelectuais e com novos ideais, perdendo, com o passar do tempo, toda a autoridade que demonstrou no *Tratado de Direito Natural*. Outra obra de destaque de Tomás Antônio Gonzaga, *Marília de Dirceu*, leva o nome de sua noiva e foi escrita em três partes, duas delas na prisão em Moçambique, após sua condenação. Cândido (1959), afirma que na

segunda fase das líras escritas por Tomás Antônio Gonzaga – quando ele já se encontrava encarcerado – o autor dá um depoimento de sua própria situação: biografia, história, paisagismo mineiro recorrente, dentre outros aspectos, fazendo-nos entrever “Dirceu de Marília” em *Marília de Dirceu*.

As *Cartas chilenas*, obra de Gonzaga que nos propusemos a trabalhar, foi vista por muitos como um dos incentivos à Conjuração Mineira, justamente por ter sido escrita durante um período de grandes tensões entre seu autor e o Governador da Capitania de Minas Gerais. Entretanto, segundo Pereira (1996), “ele (Gonzaga) nunca chegou a propor por escrito qualquer ato rebelde contra as autoridades constituídas” (PEREIRA, 1996, p. 771). O fato é que, as ideias acerca da instituição de uma democracia no Brasil ganharam força nos pensamentos de Gonzaga desde o *Tratado de Direito Natural* e de seu contato com os demais intelectuais que partilhavam essas concepções.

As *Cartas* refletem a insatisfação dos moradores da Capitania – leia-se aqui elite – diante dos desmandos de seu Governador na época, Luís da Cunha Meneses. O porta-voz encarregado de divulgar os desatinos do Governador no livro é *Critilo*. Luís da Cunha Meneses é representado como *Fanfarrão Minésio*, as Minas Gerais transformam-se em Chile e, a capital agora é Santiago e não Vila Rica. Sobre a escolha de Gonzaga, Pereira (1996), afirma que:

A fim de modelar esse anti-herói, Gonzaga dispunha de muitos modelos, entre os quais, provavelmente, a ácida comédia de Plauto, *O soldado fanfarrão*, que serviu de criptônimo ao valentão Meneses, bajulador das “farras atrevidas”; e, ao *D. Quixote*, de Cervantes, em que o Cavaleiro da Triste Figura se associa às loucuras cometidas pelo atrabiliário representante do poder metropolitano. Para o pretense autor das cartas, que colocava os costumes brasileiros em ferina análise crítica, Gonzaga serviu-se de *Critilo*, nome da personagem principal de *El criticon*, do padre jesuíta Baltasar Gracián (PEREIRA, 1996, p. 775).

A obra, escrita em versos decassílabos, foi dividida em “Dedicatória aos grandes de Portugal”, “Prólogo” e em treze “Cartas”, que são as correspondências trocadas entre *Critilo* e *Doroteu*. Segundo Pereira (1996), as *Cartas* “pelo panorama realista da administração portuguesa na capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, serve de modelo a uma visão geral do Brasil sob o domínio colonial” (PEREIRA, 1996, p. 777).

Vê-se, portanto, a partir das obras, da trajetória pessoal e profissional de cada poeta, a relevância de suas produções, bem como, a importância de sua participação no movimento pela Inconfidência, na tentativa de se constituir uma alternativa possível ao modelo colonial imposto em terras brasileiras.

DA ADESÃO À CONDENAÇÃO: OS ENVOLVIDOS, AS MOTIVAÇÕES E A LUTA PELA LIBERDADE DAS MINAS GERAIS

Como abordado no capítulo anterior, a Inconfidência Mineira apresentou-se como um projeto, uma possibilidade de autonomia para a capitania das Minas Gerais, enquanto tentativa de desvencilhar o território do domínio português. O movimento ou levante, como muitos o chamam, começou a articular-se, como revolução, no final de 1788, visto que, sua construção ideológica já vinha sendo feita algum tempo antes.

Muito antes do nascimento dos envolvidos da Conjuração Mineira, houve um evento no ano de 1720, chamado de “sublevação”²⁶ e, considerado por alguns autores, como o predecessor do movimento pela Inconfidência. Na ocasião, chefiavam a revolta Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Mosqueira da Rosa, Frei Antonio de Monte Alverne, dentre outros.

Entretanto, aquele que ficou conhecido como o ‘herói’ ou ‘mártir’ do movimento foi o português Filipe dos Santos, que, após ter liderado um grupo de homens – no intento de libertar os companheiros presos,

²⁶Movimento de revolta; rebelião, insurreição.

previamente mencionados, que estavam a caminho do Rio de Janeiro – foi condenado, sem julgamento, pelo então governador, o Conde de Assumar. Filipe foi “atado vivo à cauda de quatro fogosos animais bravios, arrastado pelas ruas acidentadas de Vila Rica. Consumado o suplício, o corpo dilacerado foi esquartejado e atirado em pedaços ao pasto das aves de rapina” (CARVALHO *apud* SOUZA, 1994, p. 21-22).

Há que se considerar aqui que a insatisfação dos revoltosos e sua oposição à metrópole, bem como, a morte de Filipe dos Santos e sua consequente elevação à ‘mártir’, foram marcos importantes na construção de uma nacionalidade que ali começava a germinar. “Afinal, quem pensaria em unidade nacional no início do século XVIII?!” (SOUZA, 1994, p. 21).

Ainda que a morte do “mártir” Filipe fosse considerada por alguns autores, como Teófilo Feu de Carvalho²⁷ como uma “balela, sem respaldo nos documentos” ou que o movimento fosse visto por esse mesmo autor como desprovido do “caráter popular ou republicano que se lhe atribuiu” (CARVALHO *apud* SOUZA, 1994, p. 22), não se pode descaracterizar o motim enquanto uma oposição à autoridade metropolitana, marcado por uma postura anticolonialista que ao se tornar um “mito”²⁸ nacional, contribuiu para a construção da identidade brasileira.

Adiante, apresentaremos outro “mito” nacional que foi fundamentalmente importante para na construção dos futuros ideais republicanos, a figura de Tiradentes. Segundo Carvalho (1990) esse foi um dos símbolos que se destacou dentre os demais, sendo selecionado dentre “alguns que pareceram mais evidentes e mais capazes de jogar luz sobre o fenômeno da República e de sua implantação” (CARVALHO, 1990, p. 13-14).

²⁷ Foi diretor do *Arquivo Público Mineiro* em três ocasiões: 1920; 1926 e 1933.

²⁸ Carvalho (1990, p. 10), cita Raoul Girardet ao dizer que o *mito* juntamente com ideologias, utopias, símbolos, alegorias e rituais, compõe o imaginário social. Ademais, o *mito* pode se tornar um poderoso elemento de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. E, uma vez que, tenham êxito em atingir o imaginário social, podem ainda moldar visões de mundo e modelar condutas.

O autor salienta ainda que, o “mito” do herói é extremamente importante para a construção de um regime político, visto que, essas figuras “mitológicas” servem de modelo para os membros da comunidade. Há que se ressaltar, no entanto, que no processo de mitificação ocorre a *transmutação* da figura real, a fim de que, as diversas imagens do “herói” atinjam diferentes setores da população, assim como ocorreu com Tiradentes (CARVALHO, 1990).

A tentativa de sublevação previamente mencionada, ainda que não concretizada, abriu em 1720, as portas para que, anos mais tarde, em 1789, novos homens se organizassem no intuito de proclamar a República. E isso aconteceu, não por coincidência, na mesma Vila Rica, região das minas. Vila Rica reunia condições econômicas, sociais, políticas, culturais e intelectuais, para “sediá” tais movimentos. Ademais, de acordo com o próprio “Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720”²⁹, “os motins são naturais das Minas, e que é propriedade e virtude do ouro tornar inquietos e buliçosos os ânimos dos que habitam as terras onde ele se cria” (SOUZA, 1994, p. 60).

Adiantando-nos na história, e voltando agora nossa atenção para a Conjuração de 1789, faz-se necessário destacar alguns aspectos do movimento. Como tratado no *Capítulo I*, os envolvidos no levante viram-se insatisfeitos com os sucessivos Governadores das Minas Gerais, bem como, com o domínio português sobre a colônia. O estopim da crise foi, entretanto, o lançamento da derrama que se daria em meados de fevereiro do ano de 1789.

Tendo em mente esta data, os revoltosos pretendiam aproveitar-se dela para “instigar um motim sob cuja cobertura, e com a conivência dos Dragões³⁰, o governador seria assassinado e se proclamaria uma república independente” (MAXWELL, 1977, p. 142). Desta feita, reuniões secretas vinham sendo realizadas e, nelas, falava-se dos projetos para a república,

²⁹ Discurso de autoria não confirmada (especula-se que teve seis autores diferentes), escrito na época da sublevação. Encontra-se hoje, na *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*.

³⁰ Espécie de Infantaria montada, composta por homens a cavalo, mas que, combatiam a pé.

do destino das autoridades e das modificações a serem feitas na política e na sociedade.

Reuniam-se os inconfidentes, nas residências dos envolvidos, por vezes na casa de Cláudio Manuel da Costa, outras na de Tomás Antônio Gonzaga. Entretanto, o local mais utilizado para tais encontros era sem dúvida, a “mansão de João Rodrigues de Macedo, localizada ao lado da ponte São José, em Vila Rica” (MAXWELL, 1977, p. 149). A residência de Macedo (proprietário da casa do Real Contrato das Entradas, atual Casa dos Contos, em Ouro Preto), continuou a ser o principal ponto de encontro dos revoltosos. Nesse local, tinham liberdade suficiente para tecer as tramas da revolta, entre uma partida e outra de gamão³¹ (SILVA, 1948, p. 106).

O grupo dos inconfidentes era formado basicamente por três categorias: os ativistas – liderados por Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), que tomariam a frente do movimento armado; os ideólogos – compostos pelos intelectuais que fundamentaram os ideais do levante (entre eles os poetas retratados nesse livro); e, por fim, os “financiadores” ou “fiadores” do movimento – que como Domingos de Abreu Vieira, asseguraria a pólvora necessária para os conspiradores concretizarem a revolução (MAXWELL, 1977).

O que planejava então, para a futura República, esse grupo tão misto, de interesses diferenciados e motivações diversas? Maxwell (1977), afirma que:

O programa da inconfidência refletia as compulsões imediatas e específicas que tinham alienado completamente os magnatas mineiros da coroa, forçando-os no rumo da revolução. Também refletia a presença entre eles de hábeis e preparados magistrados, advogados e padres obrigados à reavaliação das relações coloniais por outros motivos. [...] **Das informações fragmentárias que**

³¹ Jogo de tabuleiro, para duas pessoas, que necessita de pensamento estratégico, assim como o xadrez.

restaram evidencia-se um perfil sumário de seus propósitos (MAXWELL, 1977, p. 151).

Como se vê, o movimento foi construído sob óticas diferenciadas, todos os envolvidos, entretanto, esperavam que uma nova organização política, econômica e social se estabelecesse, trilhando um novo caminho para a colônia. Dentre as modificações vistas como necessárias para a concretização da República, estavam: a mudança da capital para São João d' El Rey, visto que a mesma vinha despontando no cenário econômico da capitania e atraindo grande contingente populacional; a Comarca do Serro Frio seria liberada das várias restrições que se impunham sobre o distrito diamantino, e ainda, manufaturas seriam criadas e a exploração de jazidas de ferro seria estimulada (MAXWELL, 1977).

Havia ainda a intenção de se criar uma fábrica de pólvora na região e se instalar uma Universidade em Vila Rica. O exército permanente seria extinto e a população serviria, quando fosse necessário. Seria instalado um parlamento em cada municipalidade, subordinado a um parlamento principal da Capital. O desembargador e poeta Tomás A. Gonzaga, seria o Governador durante os primeiros três anos e, posteriormente, seriam feitas eleições anuais (MAXWELL, 1977).

Não haveria distinção de vestuário entre os ricos e os pobres, já que, os primeiros deveriam usar os produtos manufaturados na região. Os padres e as paróquias poderiam recolher o dízimo, desde que, ele fosse utilizado para manter obras de caridade, professores e hospitais. Ademais, todos os devedores da Fazenda Real seriam perdoados de suas dívidas (MAXWELL, 1977).

Havia, em contrapartida, pontos controversos no tocante a algumas questões. A primeira delas recaía sobre o destino que seria dado ao Visconde Barbacena, autor dos desvarios que instigaram a revolta. Alguns eram a favor de simplesmente expulsá-lo da capitania, enquanto outros desejavam vê-lo morto. A segunda questão que não ficou acordada, dizia respeito à libertação dos escravos.

Como a maioria dos inconfidentes eram proprietários de terras e, possuíam escravos, houve desacordo sobre o que seria feitos com os cativos. Alvarenga Peixoto, por exemplo, senhor de muitos escravos e dono de vastas propriedades, defendia que os negros fossem libertados, visto que, se transformariam “nos mais apaixonados defensores da nova república e comprometidos com sua sobrevivência” (MAXWELL, 1997, p. 152).

Havia, entretanto, quem achasse que a liberdade dos negros comprometeria o trabalho nas minas, desestabilizando a fonte de riqueza da capitania. Uma possível solução encontrada pelos participantes do movimento foi a de libertar apenas os negros e mulatos nativos, mantendo os demais escravizados. José Álvares Maciel salientou, entretanto, que, haveria a possibilidade de nascer uma rivalidade entre os próprios negros, visto que, alguns seriam libertados enquanto outros permaneceriam cativos (SILVA, 1948).

No entanto, o problema da escravidão não viria a se resolver completamente nem após a abolição em 1888. Carvalho (1990), afirma que “o problema da incorporação dos escravos libertos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado” (CARVALHO, 1990, p. 24).

O terceiro ponto de desacordo, dizia respeito ao futuro dos europeus que residiam na capitania. Dono de uma opinião mais radical, o inconfidente Carlos Correia sugeriu que os mesmos fossem eliminados. Alvarenga, entretanto, com mais sensatez, intercedeu por seus amigos estrangeiros, já que, segundo seu argumento, nem todos os europeus seriam contrários à sublevação (MAXWELL, 1997).

A quarta e última questão que levantou discussão entre os inconfidentes, recaía sobre os símbolos da nova República, a bandeira e as armas. Tiradentes sugeriu que se utilizasse um símbolo triangular, representando a Santíssima Trindade e, fazendo alusão às cinco chagas de Jesus Cristo crucificado das armas portuguesas. Alvarenga Peixoto, discordando novamente da opinião dos companheiros, sugeriu que se utilizasse um índio “quebrando as cadeias da opressão e a inscrição de

Virgílio: *‘Libertas quae sera tamen’*” (MAXWELL, 1997, p. 153). Vê-se que, mais uma vez, a sugestão de Alvarenga foi mais bem aceita.

Tendo em vista tais questões, algumas bem resolvidas, outras nem tanto, os participantes do levante seguiam fazendo suas reuniões secretas, comungando dos mesmos ideais e sonhando com a liberdade que se aproximava. Apesar de estarem certos de seus atos, não foi marcado um dia exato para o levante. O mesmo dependeria do lançamento da derrama e do rumo que tomaria a insatisfação popular.

Enquanto esse dia não chegava, os sempre unidos, João Rodrigues de Macedo, Tomás A. Gonzaga e seus hóspedes, e o padre Carlos Correia de Toledo reuniam-se todas as noites para confabular e jogar. Aparecia por vezes nessas reuniões o alferes³² Tiradentes que vinha “alimentar as suas esperanças revolucionárias nestas palestras, que tinham seu veneno, o qual poder-se-ia infiltrar na massa da população, mas que não deixava de ser interessante para os homens de entendimento e ilustração” (SILVA, 1948, p. 129).

Vale ressaltar aqui que, Joaquim José da Silva Xavier, responsável por tomar frente do movimento armado na capitania, não nasceu em berço de ouro, vindo a conhecer dificuldade financeira ainda criança, aos sete anos de idade, quando ficou órfão de pai e mãe. A arte de tratar dos dentes lhe foi ensinada pelo padrinho, responsável por sua criação, nunca tendo Tiradentes frequentado o ensino superior, já que, para isso, teria que ser enviado à Europa (MOURÃO, 2012).

Ao ser preso pela participação na Conjuração e ter seus bens confiscados, Tiradentes já havia se tornado um homem de posses. Tendo descoberto 80 lavras de ouro na região da Serra da Mantiqueira e, obtendo licença para explorar 43 destas, tornou-se mais rico que o ouvidor Tomás A. Gonzaga (MOURÃO, 2012).

Tiradentes vangloriava-se dos contatos que fizera no Rio de Janeiro e, mesmo diante da descrença de homens como Gonzaga frente à possibilidade da capital da colônia aderir ao movimento, o alferes

³² “Posição hierárquica intermediária entre o tenente e o cabo, hoje não mais existente e que equivaleria ao atual 2º tenente” (JARDIM, 1989, p. 68).

afirmava com convicção que os “influentes do Rio de Janeiro aguardavam somente a sua adesão (do coronel José Aires) para se levantar” (SILVA, 1948, p. 112).

Deve-se ressaltar que, diante do exposto, ainda que o alferes Tiradentes dispusesse de recursos financeiros para envolver-se na organização do movimento, o que de fato lhe garantiu visibilidade dentre os demais envolvidos foi sua posição política enquanto membro do exército.

Certa noite, durante uma reunião em dezembro de 1788, após algumas discussões sobre o local exato onde se iniciaria o levante – visto que, o Rio de Janeiro por ser a capital do vice-reino foi cogitado como ponto de partida para a revolta armada – ficou decidido que o mesmo se iniciaria na capitania de Minas Gerais, e, posteriormente a ajuda da capital da colônia seria solicitada (SILVA, 1948).

Vale ressaltar que o tenente-coronel Francisco de Paula, responsável pela tropa que sairia às ruas, constatou a importância da união das capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro para o êxito do levante. Estando os contatos na capital da colônia estabelecidos, sabia o tenente-coronel que era necessário corresponder-se também com amigos que tinha em São Paulo, garantindo a participação dos paulistas no levante (SILVA, 1948).

Em 19 de dezembro do mesmo ano, o padre José da Silva ouviu do próprio tenente-coronel Francisco de Paula, que a derrama estava para ser lançada. Após dar a notícia a Tiradentes, que lhe revelou detalhes do levante, o padre retirou-se de Vila Rica, dirigindo-se ao arraial do Tijuco. No entanto, aos olhos do coronel Francisco de Paula, o padre Carlos Correia de Toledo, juntamente com seu irmão, comprometeu o movimento ao arrebatar novos participantes para a Conjuração sem critério algum. Moradores da Vila de São José, os irmãos Toledo, interessaram-se pelas notícias a respeito do levante e as espalharam sem cuidado (SILVA, 1948).

Um acontecimento inesperado, no entanto, surpreendeu a todos. No dia 14 de março de 1789, o governador da capitania, visconde de Barbacena, dirigiu às Câmaras da mesma, uma circular que suspendia a

tão esperada e temida *derrama*. Em conversa sobre o levante com o cônego³³ Luís Vieira, Gonzaga relatou que “a ocasião para isso perdeu-se” (SILVA, 1948, p. 178).

Assim que começaram a circular os boatos de um possível levante que vinha sendo organizado por homens de posse da região, todos passaram a ser suspeitos e andavam pelas ruas, desconfiados. O tenente-coronel Francisco de Paula arrependido de seu envolvimento começou a taxar o levante de “o maior crime que se podia cometer” (SILVA, 1948, p. 181), espalhando sua nova posição aos moradores de Vila Rica e receando consequências terríveis.

Alvarenga Peixoto, considerado o mais empreendedor do movimento e um de seus ‘cabeças’, receou-se por sua família, temendo que sua esposa Bárbara Heliodora e seus filhos fossem prejudicados por seu envolvimento no levante. Chegou a pensar em delatar os companheiros no ápice de seu desespero. O delator, entretanto, foi o coronel Joaquim Silvério dos Reis que se infiltrou entre os conjurados a mando do visconde de Barbacena, com intuito de obter informações sobre os envolvidos.

Joaquim, já certo de suas suspeitas, fez, no dia 15 de março de 1789, uma denúncia formal acerca dos planos dos inconfidentes. Cabe ressaltar aqui que, tendo sido a derrama suspensa no dia 14 de março de 1789, e a denúncia feita no dia seguinte, nada teve a suspensão a ver com a descoberta do movimento por parte do Governador (MAXWELL, 1977).

Outro fato que reforça a tese de que nada teve a ver a não execução da derrama, com a denúncia feita ao Governador, foi a viagem de Tiradentes ao Rio de Janeiro no dia 10 de março, com a permissão do Visconde. Sendo assim, nada poderia saber o mesmo a respeito do levante até 15 de março, quando foi feita a denúncia por Joaquim Silvério, caso contrário, ele teria proibido a viagem do alferes e possivelmente, o levaria preso (MAXWELL, 1977).

Aliado a Joaquim Silvério, estava o tenente-coronel Basílio de Brito, que se colocou no papel de espião e delator motivado pelo

³³Eclesiástico investido do canonicato.

sentimento de ódio e vingança que trazia contra Tomás A. Gonzaga. Ambos os delatores, fingindo-se amigos dos conjurados e daqueles que tinham conhecimento das articulações que vinham fazendo, levaram todos os detalhes a conhecimento do visconde e, ficou claro para o governador que:

Era Gonzaga, segundo a denúncia, o chefe da sedição, e seus cúmplices o coronel Alvarenga, o padre José da Silva e outros muitos filhos da capitania de Minas Gerais, cabendo ao Tiradentes o papel de recrutador para engrossar as fileiras do exército republicano (SILVA, 1948, p. 211).

Chegando a notícia em Portugal da tentativa de revolta que vinha se estruturando nas Minas Gerais, o visconde de Barbacena, tendo plenos poderes de governador, juntamente com o vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, colocaram-se a procurar e prender os inconfidentes. A esta altura, a notícia das possíveis prisões já havia se espalhado e, encontravam-se temerosos os envolvidos em Vila Rica.

Tiradentes que havia se retirado ao Rio de Janeiro para ver de perto como andava a organização para um possível levante – que independesse do lançamento da derrama – decidiu esconder-se para se livrar da prisão. Após passar pela casa de alguns conhecidos, que apesar do risco que corriam decidiram ajudá-lo, encontrou abrigo na residência de Domingos Fernandes da Cruz.

No dia 10 de maio de 1789, entretanto, tendo o padre Inácio Nogueira sido convocado pelo vice-rei para prestar esclarecimentos sobre as visitas que vinha fazendo ao esconderijo do alferes, acabou confessando a Luís de Vasconcelos que Tiradentes vinha se escondendo na casa de Domingos Fernandes. Após a prisão do fugitivo, Fernandes teve seus bens sequestrados e ficou, assim como demais cúmplices de Tiradentes no Rio de Janeiro, preso e incomunicável por muito tempo (SILVA, 1948).

Cabe destacar que, as causas da prisão do alferes Tiradentes não ficaram de início, bem esclarecidas para a população. Especulava-se que ele havia contrabandeado ouro e diamantes, ou que teria criticado o governo do vice-rei. Poucos sabiam, todavia, que sua prisão estava ligada à conjuração, que “era quase desconhecida” (SILVA, 1948, p. 46).

Por volta do dia 20 de maio daquele ano, o visconde de Barbacena ordenou que os demais envolvidos fossem presos. A esta altura, já sabiam os conjurados da prisão de Tiradentes, bem como, de seus “comparsas” no Rio de Janeiro. Gonzaga que planejava apressar seu casamento para retirar-se com sua esposa para a Bahia, onde ocuparia um cargo no governo, não teve tempo de fazê-lo.

Sucederam-se daí as prisões de Alvarenga Peixoto e Cláudio M. da Costa. Além destes, foram presos o contratador Domingos de Abreu; o padre José da Silva e seu escravo e confidente, Alexandre; o coronel Francisco Antônio; o sargento-mor Luís Vaz de Toledo; o cônego Luís Vieira; o também coronel Francisco de Paula Freire de Andrade; o doutor José Álvares de Maciel; o padre José Lopes de Oliveira; o doutor Domingos Vidal de Barbosa; dentre outros nomes de “menor importância” (SILVA, 1948).

Tendo sido estes presos enviados ao Rio de Janeiro – com exceção de Cláudio Manuel da Costa que permaneceu enclausurado na casa do Real Contrato das Entradas (atual Casa dos Contos) – ordenou o vice-rei que se procedesse com a devassa³⁴. Para tal, nomeou para juiz o desembargador José Pedro Machado Coelho Tôrres e, para escrivão, o ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, Marcelino Pereira Cleto.

Após decisão do próprio vice-rei, entretanto, a investigação foi transferida para Vila Rica, afinal, “o maior número de fatos se deram na capitania de Minas Gerais” (SILVA, 1948, p. 98). Foram nomeados, então, outro juiz e escrivão, sendo estes, o ouvidor-geral de Vila Rica, Pedro José Araújo Saldanha e o ouvidor-geral de Sabará, José Caetano César Manitti, respectivamente.

³⁴ Processo instalado pela Coroa Portuguesa para apurar os fatos ligados à Inconfidência Mineira, publicado em 18 de abril de 1792.

Tendo os novos nomeados examinado a denúncia feita pelo mestre de campo³⁵ Inácio Pamplona, bem como aquelas feitas pelos também delatores Joaquim Silvério, e Basílio de Brito, aliado à análise de documentos encontrados com Domingos de Abreu, Alvarenga Peixoto e Tomás Gonzaga, encontrava-se a devassa bem adiantada. Seguiram então, com os interrogatórios das testemunhas e dos réus, o ano era 1790. Apenas em abril de 1791, todavia, foi finalizada a devassa de Vila Rica (SILVA, 1948).

Cabe destacar aqui que os réus foram inquiridos diversas vezes, alguns mais, outros menos, tanto os que estavam presos no Rio de Janeiro, quanto os reclusos em Vila Rica. Dentre todos, todavia, os que mais sobressaíram em seus interrogatórios foram Tomás Gonzaga, Alvarenga Peixoto e o próprio Tiradentes. Sendo que, os dois primeiros, destacaram-se por suas negações a respeito de sua participação no movimento, enquanto que o terceiro deixou recair sobre si toda a responsabilidade pelo levante (SILVA, 1948).

Sabia muito bem Tiradentes das consequências de suas afirmações, contudo, manteve-se firme apesar da desconfiança dos próprios juízes acerca de sua posição enquanto “chefe da conjuração” (SILVA, 1948, p. 131). Tendo assumido o alferes toda a culpa pelo levante, cabe avaliar se a partir desse momento, deu-se a construção da imagem de Tiradentes como herói ou mártir da Inconfidência. Sabe-se que ele se tornou um dos símbolos mais conhecidos e prestigiados do movimento, sendo frequentemente lembrado como “mito” político que compõe o imaginário social brasileiro.

De fato, colocar-se como responsável por um movimento que teve grandes proporções na época e, que se estende até os dias de hoje como um marco na história nacional, transformou Tiradentes em culpado, quiçá “louco” – para os observadores daquele período – e em herói – nos dias de hoje – por transmitir ideais de liberdade, sacrifício, e patriotismo. Tais ideais, entretanto, como afirma Fonseca (2002), firmaram-se e foram

³⁵ Caçador de escravos. Patente que equivalia a Coronel.

difundidos largamente, apenas na segunda metade do século XIX, após a instalação da República no Brasil.

Nesse período, de construção do nacionalismo e fortificação de ideais patrióticos, a Inconfidência Mineira passou a ser valorizada como “fundadora da República” (FONSECA, 2002, p. 440), devendo ser amplamente divulgada como tal. Fonseca (2002) recorre às diversas obras que foram produzidas a partir do século XIX, acerca do tema³⁶, para fundamentar sua tese. *História da Conjuração Mineira* (1893), de Joaquim Norberto de Sousa Silva foi uma das obras de maior relevância, tendo sido acusada, em contrapartida, de “depreciar a imagem de Tiradentes”. Posteriormente, destacou-se a obra de Lúcio José dos Santos, *Inconfidência Mineira – papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira* (1927), que se incumbiu de revelar a “verdadeira” face do mártir³⁷.

A autora ressalta que tais textos preocupam-se em valorizar o caráter “exaltador, nacionalista e patriótico” da Inconfidência Mineira, embasando-se nos *Autos da Devassa*, para trazer à tona a “verdade” histórica do movimento. Fonseca (2002) afirma ainda que, tanto nas obras de Joaquim e Lúcio José, quanto de demais autores do período, nota-se uma

indisfarçável conotação regionalista que procura, por meio da exaltação da Inconfidência, afirmar uma identidade regional, talvez a chamada “mineiridade”. Esta forma de abordagem está fortemente marcada

³⁶ Ver: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)**. São Paulo, v. 22, n° 44, pp. 439-462, 2002. Artigo que resulta da pesquisa feita para sua tese de doutorado “*Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*” (2001).

³⁷ Há que se ressaltar aqui que a obra de Lúcio José dos Santos foi escrita em um período em que houve tentativas, por parte do governo republicano, em se apropriar do “mito” Tiradentes, transformando-o em um herói nacional. Carvalho (1990, p. 71), salienta que, isso ocorreu em 1926, ano em que 21 de abril foi decretado feriado nacional. A partir daí e, por diversas vezes, Tiradentes foi “apropriado” como “mito” por governos militares, esquerdistas e até mesmo por guerrilheiros na década de 1970, comprovando a “ambiguidade” intrinsecamente presente em sua imagem “mitológica”.

por uma concepção de história de herança tradicional, bem aos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobretudo em sua vertente republicana (FONSECA, 2002, p. 441-442).

Já entre as décadas de 60 e 90 do século XX, surgiram trabalhos que tratavam da Inconfidência por outros vieses, utilizando-a como suporte para compreender o período em que ela ocorreu, bem como, seu caráter revolucionário diante da sociedade que se colocava no século XVIII. Dentre esses trabalhos que deixaram de exaltar e glorificar a imagem de Tiradentes, distanciando-se da visão “apaixonada” que outros autores mostravam do movimento, estavam *Idéia de Revolução no Brasil* (1979), de Carlos Guilherme Mota; *A devassa da devassa* (1978), de Kenneth Maxwell. Há ainda trabalhos como os de Laura de Mello e Souza e Carla Maria Junho Anastasia³⁸, que buscaram inserir o movimento inconfidente no universo colonial das Minas Gerais dos setecentos.

Seguiram-se daí, obras como as de José Murilo de Carvalho, especialmente aquela intitulada, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), que trata pontualmente da construção do mito de Tiradentes no final do século XIX, assim como, dos diversos símbolos criados durante a estruturação da República no Brasil (FONSECA, 2002).

Nesta obra, Carvalho (1990), salienta que a vitalidade heroica do mito Tiradentes vem sendo construída graças a sua “ambiguidade” e adequação a todos os “gostos”. Isto é, a imagem do mártir foi utilizada em diversas esferas após a Proclamação da República, afinal, “Tiradentes era único a poder resumir e representar os três momentos. Podia ser aceito pelos monarquistas, desde que não se excluísse Pedro I; pelos abolicionistas (republicanos ou monarquistas); e pelos republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 70).

³⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

A imagem construída do mártir da Inconfidência ao longo dos anos, não se restringiu ao âmbito literário, ao cenário político ou às pesquisas científicas. Tiradentes foi retratado artisticamente pelas mãos do poeta, romancista e pintor, Pedro Américo, no ano de 1893, cem anos após o desterro dos conjurados e, pouco depois da Proclamação da República, em 1889. A tela, denominada “*Tiradentes Esquartejado*”, mostra o corpo do alferes separado em partes, sobre um manto branco e ao lado de um crucifixo.

A cabeça, já separada do corpo, jaz ensanguentada e coberta por longo cabelo e barba. Como não remeter essa imagem, cunhada de sofrimento e dor, ao martírio sofrido por Jesus Cristo em sua morte na cruz? Semelhança esta, vista nas palavras proferidas pelo próprio Tiradentes no dia de sua execução: “O meu Redentor morreu por mim também assim”³⁹(CARVALHO, 1990).

Durante o caminho percorrido pelo condenado rumo à força pelas ruas do Rio de Janeiro, via-se que o alferes levava consigo um crucifixo e dele não tirava os olhos. “O valor, a intrepidez e a pressa com que caminhava, os solilóquios⁴⁰ que fazia com o crucifixo que levava nas mãos encheram de extrema consolação os que lhe assistiam”, afirmou uma testemunha (SILVA, 1948, p. 209).

Arruda (1990) reforça ainda que,

o imaginário mineiro nasceu, em grande parte, do drama de Tiradentes, banido das serras rumo ao litoral, repetindo os episódios da via-sacra. O caminho do Inconfidente assemelha-se aos passos dolorosos de Jesus; Tiradentes, reeditando a paixão de Cristo, saiu, igualmente, da experiência da morte para a imanência da vida. Há, assim, analogia entre as duas trajetórias, ilusoriamente conectadas (ARRUDA, 1990, p. 113).

³⁹ No dia de sua execução, 21 de abril de 1792, ao colocar as vestes brancas a caminho da força, Tiradentes proferiu tais palavras, referindo-se a Jesus Cristo (SILVA, 1948, p. 208).

⁴⁰ Discurso de quem fala consigo mesmo. Monólogo.

Como se vê, a construção do “mito Tiradentes” perpassa por diversas instâncias – sejam elas políticas, religiosas e artísticas – em diferentes tempos históricos, no intento de ressaltar o heroísmo e a magnanimidade deste símbolo nacional. Carvalho (1990) salienta que o óbvio apelo à tradição cristã, aliado ao fato de o movimento ter se concretizado apenas no plano ‘ideológico’ – sem que houvesse derramamento de sangue em batalhas concretas – manteve Tiradentes como um mártir imaculado, mistificado por sua coragem e pureza (CARVALHO, 1990, p. 67-68).

Há que se ressaltar aqui que, Tiradentes despontou como “herói” republicano deixando para trás ‘concorrentes’ à altura, tais como, frei Caneca – representante do Norte em duas revoltas, pela independência e contra o absolutismo; e, Bento Gonçalves – representante do Sul, líder da republica farroupilha. O “herói” da Inconfidência Mineira, entretanto, foi o escolhido para representar não só a república, mas a nação como um todo, unindo “o país através do espaço, do tempo, das classes” (CARVALHO, 1990, p. 71).

O quadro de Américo, previamente mencionado, representa o dia fatídico do enforcamento e esquartejamento do mártir. Esse dia era 21 de abril de 1792, já haviam se passado cerca de três anos desde que o movimento fora descoberto, e seus primeiros réus, presos. Desde então, como já mencionado, houve sucessivos interrogatórios, acareações e prisões. Os suspeitos que ocupavam há tanto tempo as celas de Vila Rica ou do Rio de Janeiro, já haviam sido condenados. Não à morte, ou ao degredo, mas, a viver em cárceres imundos, “sem luz para ver, sem ar para respirar [...] oprimidos e dilacerados pela saudade do lar, pela lembrança das consortes⁴¹ e imagem dos seus penates⁴²” (SILVA, 1948, p. 172).

Um dos presos na casa do Real Contrato das Entradas, não resistiu, contudo, a essas condições. Devido à sua idade avançada, o corpo já debilitado e, às perturbações que tomaram conta de seu ser, Cláudio Manuel da Costa, autor do poema *Vila Rica*, abordado neste livro, foi encontrado morto em sua cela, no dia 4 de julho de 1789, anos antes do

⁴¹ Sinônimo, neste caso, de cônjuge.

⁴² Deuses do lar, adorados pelos romanos.

juízo de seus companheiros. A morte por enforcamento foi considerada “espontânea”, resultado do ato suicida praticado por Cláudio M. da Costa. Há quem acredite como já relatado anteriormente, na possibilidade de assassinato, já que, vê-lo vivo, não era interesse daqueles que o cercavam. Após terem encontrado seu corpo dependurado por uma corda sobre um armário da cela, o poeta foi sepultado “sem as formalidades religiosas e em chão profano” (SILVA, 1948, p. 161).

As condições em que o poeta fora enterrado também levantaram suspeitas, e, a afirmação feita por Joaquim Norberto de S. Silva, foi revogada por aqueles que sustentam a hipótese de assassinato. Uma vez que, o poeta, não poderia ter sido enterrado sem as honras religiosas já que, teve sua alma encomendada, tendo sido rezadas trinta missas pela sua salvação, costume que até bem pouco tempo, não era permitido pela Igreja às pessoas que cometessem suicídio (JARDIM, 1989).

Aos demais presos restava apenas aguardar por sua sentença. Já estando todos em cárcere no Rio de Janeiro, ouviram durante duas longas horas, no dia 19 de abril de 1792, a leitura da mesma, proferida pelo desembargador Francisco Luís Alves. A pena mais dura seria aquela reservada ao “mentor” confesso do movimento: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o qual

devia ser conduzido pelas ruas públicas ao lugar da fôrca [sic] e nela morrer morte natural, e depois de morto lhe seria cortada a cabeça e levada à Vila Rica, onde em lugar mais público se elevaria sobre um poste até que o tempo a consumisse. Seu corpo esquartejado, pregar-se-ia em postes pelo caminho de Minas, nos sítios da Varginha, Cebolas, e de outras povoações, até também a consumação. Declarar-se-ia infame, e infames seus filhos e netos, tendo-os e [sic] seus bens aplicados para o fisco e câmara real, e seria a casa em que vivia em Vila Rica arrasada e salgada para que nunca mais no chão se edificasse. Não sendo própria a casa avaliar-se-ia para pagar-se pelos bens confiscados, e levantar-se-ia no mesmo chão um padrão pelo qual se

conservasse em memória a sua infâmia (SILVA, 1948, p. 187-188).

Os demais réus foram condenados à morte na forca ou ao exílio na África. O coronel e poeta do *Canto Genetliaco*, Alvarenga Peixoto, foi sentenciado ao enforcamento, tendo, após sua morte, sua cabeça decepada e colocada à vista de todos na vila de São João d'El-Rei. O desembargador e autor das *Cartas chilenas*, Tomás A. Gonzaga, foi condenado ao degredo em Moçambique, pelo resto de sua vida.

Fato que surpreendeu a todos, entretanto, foi a carta régia escrita meses antes, em 15 de outubro de 1790, prevendo que o juiz responsável pelo caso, tivesse compaixão dos revoltosos, melhorando sua “sorte”. A carta, escrita por D. Maria I, na época, Rainha de Portugal, determinava que os réus fossem classificados em “três categorias”, uma vez que, na primeira delas, àquela que seria punida com a pena de morte, deveria corresponder aos “chefes” do levante, no caso, o confesso Tiradentes. As duas outras categorias seriam punidas com o desterro pelos anos que merecessem, ou por toda a vida (SILVA, 1948).

Cabe ressaltar que, Alvarenga, sentenciado à morte na forca, teve sua pena permutada para o degredo eterno. Gonzaga, que se encontrava na condição de degredado perpétuo, teve, ao final, sua pena reduzida para dez anos. Os eclesiásticos envolvidos no levante foram, a pedido da Rainha, enviados para Lisboa onde permaneceram presos durante alguns anos, tendo alguns deles, retornado ao Brasil após o cumprimento da pena.

Tiradentes, como é de conhecimento de todos, foi enforcado em 21 de abril daquele ano e teve, como constava em sua sentença, seu corpo desmembrado e espalhado pelas Minas Gerais, para que servisse de lição para possíveis ‘agitadores’. Um mês depois do sacrifício, em 23 de maio de 1792, partiram da costa brasileira os navios que levaram os demais condenados ao exílio (SILVA, 1948, p. 216). Alvarenga e Gonzaga foram enviados respectivamente para Angola e Moçambique, sendo forçados a viver uma realidade que não lhes pertencia, saudosos de sua pátria e família e, padecendo, em terras africanas anos mais tarde, sem jamais desfrutar do sonho de liberdade que lhes custou a vida.

CAPÍTULO 3

*As influências liberais no
movimento dos Inconfidentes das Minas Gerais*

AS INFLUÊNCIAS LIBERAIS NO MOVIMENTO DOS INCONFIDENTES DAS MINAS GERAIS

IDENTIDADE NACIONAL: CONCEITUAÇÃO E DISCUSSÃO

Diante da necessidade de compreender a maneira pela qual se processou a formação territorial brasileira a partir da leitura e análise das obras dos literatos inconfidentes, cabe aqui discorrer sobre um conceito essencial a esta temática: o de identidade nacional.

Definir a identidade nacional de um povo em específico, ou mesmo o conceito em si, perpassa pelo conhecimento de dois outros conceitos essenciais à discussão: o de Nação e o de Estado. O primeiro é apontado por Gellner (1983) como um grupo que se constrói a partir do reconhecimento de certos direitos e deveres comuns. Pertencer à mesma Nação, portanto, implica em partilhar a mesma cultura, as mesmas ideias, os mesmos signos e associações – é o reconhecimento mútuo entre os indivíduos que os coloca do ‘mesmo lado’, transformando-os em uma categoria particular e, diferenciando-os dos demais membros de outros grupos.

O Estado, por sua vez, é a instituição que rege esses grupos e, que garante a manutenção da ordem nas sociedades. O autor ressalta, entretanto, que a existência do Estado depende, como afirmou Max Weber, da presença da divisão do trabalho. Ademais, essa divisão foi fundamental para definir o que Gellner (1983) classificou como sendo as três fases fundamentais da história da humanidade: a pré-agrária, a agrária e a industrial, sendo que, apenas na última a presença do Estado foi inevitável, enquanto que nas demais, sua existência foi inexistente (pré-agrária) ou incipiente (agrária).

Apoiando-se firmemente na concepção de que “a humanidade está irreversivelmente destinada à sociedade industrial” (GELLNER, 1983, p. 65), o autor se dedica a explicar que a passagem para uma cultura erudita e universal, que se afasta cada vez mais da ‘era agrária’, depende dos

mecanismos utilizados pelo Estado para evoluir, tais como a educação e a transformação das culturas locais, de cunho ‘agrário’.

Sendo assim, conceber – a *priori* e, desvendar – a *posteriori*, a identidade de um povo, tornando-a um pilar para a construção de uma Nação é um desafio que perpassa

por todas as instâncias constituintes do Estado Moderno. Desvincular, portanto, o conceito de identidade nacional da construção do Estado-nação, parece-nos inconcebível, uma vez que, como afirma Rovisco (1990), “os esforços de imposição de uma cultura homogênea [sic] dentro dos limites do Estado-nação não podem, no entanto, ser dissociados dos esforços de afirmação de uma ‘cultura singular’ no quadro internacional” (ROVISCO, 1990, p. 01).

O papel do Estado-nação na construção identitária de seu povo recorre à homogeneização das características socioculturais concebidas no seio das sociedades. Para tal, é imprescindível que haja o desmantelamento de culturas tradicionais – no que se refere àquelas ancestralmente concebidas – dissolvendo-as e concebendo uma nova cultura, compartilhada por todos os membros de uma sociedade.

Cabe aqui ressaltar que é recorrente o uso do termo “construção”, seja para explicar a formação do Estado-nação ou para dimensionar a edificação da identidade nacional. Para além de seu significado enquanto elaboração, formação, o termo “construção” é fulcral para compreender o contexto em que ocorreu o desenvolvimento do Estado-nação, uma vez que, sob a ótica da vertente *construtivista*⁴³ se aceita que as nações e o próprio nacionalismo foram historicamente construídos.

Em oposição ao *construtivismo* histórico do Estado-nação, há outra vertente que, como salienta Rovisco (1990), promove a diferença para fundamentar a edificação da identidade, essa tendência é denominada *essencialismo*. Para os autores *essencialistas*, a identidade vai muito além de uma “construção” promovida pelo Estado e engendrada no seio dos

⁴³ Teoria que sustenta que as categorias do pensamento humano, da organização social, psíquica e até biológica, são culturalmente construídas. Constituinte concepções criadas pela ideologia e pelo poder político e social (ROVISCO, 1990).

grupos dominantes, ela remete diretamente a conceitos como raça, grupo étnico e nação, que “apresentam contornos claramente delimitados que persistem ao longo do tempo” (ROVISCO, 1990, p. 02), não sendo, portanto, meramente fruto de uma “construção” social e histórica específica do Estado Moderno.

Dentro da primeira concepção, de que a Nação e o nacionalismo foram historicamente construídos, há que se considerar as ponderações de Eric Hobsbawm (1990), acerca da temática. Para o autor, a “nação” é uma entidade social historicamente recente, que deve ser relacionada ao Estado-nação, enquanto uma construção moderna, de modo que, a mesma não deve ser discutida fora dessa relação.

Ademais, a “nação” para o autor, em seu sentido político – que se refere diretamente ao “povo”, à “união”, à “comunidade”, nos dá a ideia de “independência e unidade política”, sendo definida com base em critérios comuns como a língua ou a etnia, aliadas a uma “consciência nacional”. Consciência esta, que apesar de se desenvolver desigualmente entre os grupos e regiões de um país, foi suficientemente forte para compor a equação que definiu o “princípio da nacionalidade” – especialmente em sua origem, na Europa do século XIX – baseado na inseparabilidade: Estado = nação = povo.

Há que se ressaltar ainda que Hobsbawm (1990), afirma que tal “princípio da nacionalidade” não se aplicava universalmente na Europa do século XIX, por mais que a “construção das nações” fosse central na história da era liberal clássica, ela não correspondia a todas as nações. A partir de 1880, entretanto, o debate em torno da “questão nacional” se intensificou – especialmente entre os socialistas que se utilizavam dele para chegar às massas. O autor acredita que os movimentos nacionalistas, especialmente aqueles que surgiram na segunda metade do século XIX e no início do século XX, foram essenciais para desenvolverem a ‘ideia de nacionalidade’ que, associada às mudanças sociais e políticas, criavam as “condições necessárias para pensar a ‘nação’ como uma ‘comunidade imaginada’” (ROVISCO, 1990, p. 04).

Por sua vez, o conceito de “comunidade imaginada” foi proposto por Benedict Anderson (2008) em oposição à concepção de outros autores,

como Ernest Gellner. O autor aponta que as “nações” são mais que “invenções”, são “imaginações” no sentido de que constituem objetos de desejos e projeções. Anderson revela a importância da imprensa e do fenômeno denominado por ele de “capitalismo editorial”, permitindo que haja mudanças nos modos de “aprender o mundo” e “pensar a nação”. Assim, as por ele chamadas de “línguas impressas nacionais”, cumprem um papel fundamental, uma vez que, permitem a unificação da leitura e a compreensão dos modos pelos quais a nação é narrada e imaginada.

Anderson, compartilhando também da perspectiva *construtivista*, afirma ainda que, para se compreender o nacionalismo deve-se alinhá-lo “não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los” (ANDERSON, 2008, p. 39).

Dentre esses sistemas, Anderson (2008) destaca dois em particular, a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico*. O autor reflete sobre o alcance, por exemplo, dos textos sagrados, que, além de atingir pouquíssimos letrados, declinaram em virtude das explorações do mundo não europeu (que ampliaram o horizonte cultural e geográfico dos indivíduos). Concluindo que, “por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou “pensar” a nação” (ANDERSON, 2008, p. 52).

Partindo do exposto e, tendo em vista o caráter *construtivista* do Estado-nação, enquanto perspectiva adotada neste livro cabe avaliar de que maneira a identidade – historicamente construída, ou reconstruída, devido ao desmantelamento de comunidades “tradicionais” ou “originais” e “linhagens” como apresentou Anderson – alcançou os indivíduos e a sociedade como um todo. Ou seja, as “narrativas da nação” foram amplamente divulgadas a ponto de suprimir as diferenças existentes em uma sociedade e fundamentar a identidade nacional? Quais são essas “narrativas” e o que propõe?

Gellner (1983) afirma que os meios de comunicação na atualidade – tais como a televisão e o rádio – são fundamentais para difundir as

“narrativas da nação”. A facilidade com que a informação e as ideias circulam entre os indivíduos, possibilita a difusão das narrativas que contribuem para a construção e fortificação da identidade nacional.

Voltando o olhar para o período estudado, entretanto, e considerando as peculiaridades e limitações existentes naquele tempo e espaço, questionamo-nos sobre qual o papel desempenhado pela literatura dos poetas inconfidentes na construção da identidade para o Estado independente que propunham. Como apresentado anteriormente, o período em que Cláudio M. da Costa, Tomás A. Gonzaga e Alvarenga Peixoto escreveram suas obras, compreendia o momento literário denominado Arcadismo, fundamental para dar suporte às ideias libertárias dos autores.

Deve-se ressaltar que, apesar das dificuldades de reprodução e circulação das obras produzidas naquele período – visto o Brasil ainda não possuía tipografias autorizadas pela Cora Portuguesa (PEREIRA, 1996), o conteúdo das obras dos poetas inconfidentes nos revela quais os desejos e projeções desses sujeitos para a nação independente que almejavam construir. Reservamos a seguir, espaço para apresentar alguns aspectos das *Obras e Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, que denotam a intenção do poeta em registrar suas opiniões e projeções para a futura nação.

A INTENCIONALIDADE SUBJETIVAMENTE PRESENTE NO TEXTO DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Os textos arcádicos se debruçavam na busca da *verossimilhança*. Como afirma Bosi (1980, p.62), estes se fundamentavam na “noção de arte como cópia da natureza”. Ademais, a busca constante pelo realismo e pela valorização da verdade, foi fundamental para sustentar as obras dos poetas inconfidentes, visto que, os textos são reflexos da percepção e da compreensão de cada autor sem, no entanto, perder de vista a realidade das Minas setecentistas.

A influência arcádica em textos de poetas mineiros se deveu, como apresentado anteriormente, ao fato de o Arcadismo ter se desenvolvido na Europa ao longo do século XVIII, servindo a esses poetas que trouxeram consigo os ideais Iluministas, após concluírem anos de estudo no “Velho Mundo”. Segundo Bosi (1980), foi neste período, durante o momento ideológico do Arcadismo, também chamado de *Ilustração*, que se formou a bagagem teórica dos poetas árcades setecentistas, no Brasil.

O Iluminismo foi a explosão das ideias que valorizavam a racionalidade, desenvolvendo-se ao longo do século XVIII, o “Século das Luzes” e, espalhando-se por toda a Europa. Entretanto, Alemanha, Inglaterra e França se destacaram dentre os demais países no que diz respeito às produções filosóficas e científicas da época, apresentando ao mundo, pensadores como Kant, Locke, Voltaire e Rousseau, respectivamente (ARANHA; MARTINS, 2003).

Os ideais de liberdade presentes na França Iluminista do século XVIII se fortaleceram diante da Revolução Francesa que, em 1789, levou operários, camponeses e burgueses para as ruas no intuito de derrubar o clero e a monarquia francesa, acabando assim, com o monopólio absolutista do Antigo Regime. Para Hobsbawn (1990) esse movimento é tomado como o marco inicial do estabelecimento dos nacionalismos na Europa. O autor salienta a Revolução Francesa foi um marco histórico para o estabelecimento dos nacionalismos – europeus ou não –, sendo que, os demais movimentos pela independência que se seguiram, tomaram-na como base e construíram a partir dela sua própria nacionalidade. Como exemplo da influência francesa na fundação dos Estados nacionais daquele período, Hobsbawn (1990), afirma que:

Os EUA e a Austrália são exemplos evidentes de Estados-nações nos quais todas as características nacionais específicas e critérios de existência de nação foram estabelecidos desde o final do século XVIII, e de fato poderiam não ter existido antes da fundação de seus respectivos Estados e países (HOBSBAWN, 1990, p. 93).

Cabe enfatizar que 1789, ano da Revolução Francesa, foi também o mesmo ano da Conjuração Mineira, um dos movimentos de emancipação fora da Europa, influenciado pelos ideais franceses (ARANHA; MARTINS, 2003).

Deve-se destacar que havia, no entanto, certa incoerência entre as diferentes realidades do movimento iluminista na Europa e a proposta de independência dos inconfidentes, bem como, sua viabilidade de aplicação no contexto das Minas. Mesmo tendo a França entrado “no mundo moderno por uma via muito diferente” da inglesa, visto que, a nobreza francesa “tornou-se um apêndice decorativo do rei” enquanto a nobreza inglesa encontrou a “independência em relação à coroa” anos antes (MOORE JR, 1975, p. 63), ambos os países vivenciaram o iluminismo acompanhados pela Revolução industrial. Enquanto que, nas Minas Gerais, assim como no Brasil - colônia como um todo, o processo de industrialização não se apresenta naquele período.

Entretanto, Cláudio Manuel da Costa, em *Vila Rica*, expõe com clareza a influência desses ideais libertários, valorizando o direito do homem de gozar de sua liberdade. Estaria o autor antecipando os princípios que o levariam a participar do movimento pela independência das Minas Gerais? Seus escritos levam a crer que sim.

Desconhecer inda a Justiça: a idade
Tem [] a humana inteligência
Para abraçar sem susto o que á violência:
Que tormento maior a um livre peito
Que a um homem, a um igual viver sujeito?
A liberdade a todos é comua;
Ninguém tão louco renuncia à sua.
As leis que um ente humano lhe prescreve,
Cego capricho sustentar-nos deve
Neste, diga-se embora fanatismo,
Embora seja abismo de outro abismo
(COSTA, 1996, p. 403, 1ª Edição, 1837).

Ademais, por vezes o autor remete-se às Minas Gerais como “nação” ou “pátria”, reforçando ainda mais os ideais de liberdade que o moviam, uma vez que, os princípios por ele valorizados são, posteriormente, direcionados para o movimento inconfidente.

Houvera de lograr-se o ousado intento,
 Mas o Gênio, que guarda **as Pátrias Minas**,
 E seus descobridores de benignas
 Influências enchera, percebendo
 A crua idéia do atentado horrendo [...]
 (COSTA, 1996, p. 403, 1ª Edição, 1837).

Há que se ponderar aqui sobre a multiplicidade de sentidos que envolvem a palavra “pátria” ou “país”, assim como apresentado por (DEL GAUDIO; PEREIRA, 2013). Segundo as autoras, isso se deve ao fato “país constitui um vocábulo que remete a algo para além de si mesmo, que une tempos e espaços diferentes e possibilita aos sujeitos se compreenderem como parte dos mundos sócio-históricos” (THERBORN, 1991 *apud* DEL GAUDIO; PEREIRA, 2013, p. 187). A “maleabilidade” da palavra poderia, portanto, estimular a “produção de exclusões, cartografias omissas, novos totalitarismos, fundamentalismos e colonização” (DEL GAUDIO; PEREIRA, 2013, p. 187).

Tendo sido conferido ainda, a país, o sentido de “nação” ou “lugar de nascimento”, a escolha feita por Cláudio Manuel da Costa, ao referir-se às Pátrias Minas pode remeter a sua terra natal. No entanto, sabendo do envolvimento do poeta no movimento inconfidente e de seus ideais pela libertação da capitania mineira, resta-nos crer que as Pátrias Minas seriam uma alusão ao território que seria libertado.

Deve-se destacar aqui, a importância de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo de origem suíça que, vivendo na França durante o período que antecedeu a Revolução Francesa e, tendo contato com as

ideias liberais que borbulhavam no seio da sociedade europeia, desenvolveu discursos sobre a democracia, a desigualdade, o governo e a natureza humana. Uma de suas proposições mais conhecidas é a que trata do “estado de natureza”, em que, os homens são considerados “sadios, bons e felizes” até que a propriedade privada separa os ricos dos pobres e gera desigualdade e miséria (ARANHA; MARTINS, 2003).

Se a preocupação popular com os abusos cometidos pela monarquia foi o sustentáculo da Revolução Francesa, a concepção política de Rousseau não era alheia a essa questão. Uma vez que o intento era (*re*)fundar o Estado Moderno – modelo de Estado estabelecido séculos antes, responsável por fortalecer os poderes da monarquia – Rousseau apresentou concepções democráticas acerca do poder, baseando-se em conceitos de “soberania popular” e “vontade geral”. Seria possível, portanto, garantir que a vontade de todos fosse colocada acima da vontade de poucos, havendo apenas um povo para um território nacional.

Ademais, Rousseau expõe suas ideias de maneira sensível sem deixar de lado o cunho racionalista. Estar envolto nos ideais Iluministas o faz desenvolver teses que caracterizam a natureza humana em seu estado original, deixando entrever, ainda, os motivos pelos quais os homens foram corrompidos.

A preocupação com o *estado natural* dos indivíduos também é recorrente nas obras dos poetas arcadistas. Cláudio Manuel da Costa em suas *Obras* se preocupa em descrever a paisagem que tem diante de si comparando-a, entretanto, com a alma e os sentimentos do pastor que observa:

Destes penhascos fez a natureza
O berço, em que nasci: oh! Quem cuidara,
Que entre penhas tão duras e criara
Uma alma terna, um peito sem dureza!
(COSTA, 1996, p. 95 – 1ª Edição, 1768).

A intencionalidade e a preocupação em direcionar seus textos, seja para discutir questões relacionadas ao homem, à natureza ou à política, são recorrentes nas obras de Cláudio Manuel da Costa. Em seu poema *Vila Rica* – texto épico que se propõe a exaltar a fundação de Vila Rica (atual Ouro Preto), a ocupação das Minas Gerais e suas belezas e riquezas naturais – há uma Carta Dedicatória ao Conde de Bobadela, Governador das Minas Gerais entre 1735 e 1752.

Protocolo integrante da retórica clássica, a carta dedicatória é a inscrição oficial e formal, no paratexto do livro, de uma homenagem, muitas vezes remunerada, a um superior e protetor. [...] Cláudio Manuel da Costa submete-se naturalmente ao estatuto do escrito numa sociedade seiscentista, bem como às convenções do texto clássico, e endereça sua Carta Dedicatória ao marquês de Bobadela [...] (MUZZI, 1996, p. 351).

Cláudio Manuel da Costa, preocupando-se em agradecer ao Governador pela oportunidade que lhe foi dada em advogar em Vila Rica e ocupar cargos administrativos na Capitania, demonstra em sua dedicatória clara gratidão pelos “benefícios” por ele recebidos. Em sua condição de “servo”, o poeta exalta o ‘bom governo’ de Gomes Freire – o Conde de Bobadela, que deixa satisfeito o povo e a monarquia.

[...] Há muito que ansiosamente solicito dar ao Mundo um testemunho de agradecimento aos benefícios que tenho recebido da Excelentíssima Casa de Bobadela. [...] Quem ignora que por quase trinta anos descansaram com felicidade nas mãos dos Exmos. Freires as Minas do Ouro do nosso Portugal? Quem não viu alegres os povos, satisfeito o Monarca e conseguida em toda a sua extensão a igualdade da Justiça por todo este espaço do saudoso governo

daqueles Heróis? (COSTA, 1996, p. 357, 1ª Edição, 1837).

Por outro lado, Cláudio Manuel da Costa se interessa em levar seu poema, que é uma exaltação clara das “*propriedades*” naturais das terras mineiras, ao conhecimento de uma figura política influente. Pode se supor que o poeta, ao fazer o elogio da terra, valoriza as riquezas ali existentes, e já antecipa um elemento central para a composição da identidade necessária à construção da Nação que almejavam os inconfidentes. De fato, era de extrema importância que um texto com tamanho conteúdo idealista estivesse em mãos de um agente político com poder de ação no Governo.

Ademais, ao construir um texto que reflete a “consciência de uma identidade cultural que não mais se confunde coma lusitana, e que se afirma gradativamente [...]” (MUZZI, 1996, p. 349), Cláudio M. da Costa coloca diante de seus leitores aspectos culturais, naturais e históricos que servirão de base para a construção de uma consciência nacional – ainda que incipiente – diretamente relacionada com as Minas Gerais que compõe a pátria almejada pelos inconfidentes e, não englobando o Brasil - colônia como um todo.

CONTRADIÇÕES E DESACORDOS ENTRE AS PROPOSTAS DE IDENTIDADE NACIONAL DOS INCONFIDENTES

Cabe aqui destacar algumas particularidades e desacordos entre os poetas inconfidentes no que dizia respeito ao que deveria constituir e, representar as Minas Gerais quando estas alcançassem a independência. Como apresentado anteriormente, Cláudio M. da Costa levou ao conhecimento de uma autoridade da época – o Conde de Bobadela – sua obra repleta de exaltações às terras mineiras e aos que nela se instalaram.

Ademais, como será apresentado mais adiante, apesar de ter feito referência aos portugueses e suas expedições às Minas Gerais, Cláudio Manuel manifesta respeito aos bandeirantes paulistas, exaltando-os por

sua bravura e disposição em ocupar os sertões inóspitos da capitania mineira, dizendo o autor em um trecho de *Vila Rica*: “Ó grandes sempre, ó imortais Paulistas!” (COSTA, 1996, p. 408, 1ª Edição, 1837).

Alvarenga Peixoto, em contrapartida, volta-se para a exaltação do nobre português, dedicando sua obra *Canto Genetliaco* ao batizado do filho do governador Dom Rodrigo de Meneses, descendente de portugueses da família do Marquês de Marialva, que esteve no comando da capitania entre 1780 e 1783. Ao dedicar um poema ao filho do governador da capitania, de descendência portuguesa, Alvarenga Peixoto buscava valorizar o “transplante da boa raça portuguesa para a América [...] criando uma grande civilização, que ia bastar-se a si mesma” (LAPA, 1996, p. 926).

Ao exaltar o nascimento do filho do governador, o poeta acaba por revelar o desejo de que a criança, nascida em “berço de ouro”, venha um dia, a governar a capitania mineira. Isso denota certa contradição em Alvarenga Peixoto, de modo que, lutando juntamente com os demais inconfidentes anos mais tarde, ele se coloca, no momento em que escreve o *Canto Genetliaco*, a favor da nobreza portuguesa e, a vê como fundamental para a instituição do governo nas Minas Gerais.

Amado filho meu, torna a meus braços,

Permita o Céu que a governar prossigas,

Seguindo sempre de teu pai os passos,

Honrando as suas paternas fadigas.

Não receies que encontres embaraços

Aonde quer que o teu destino sigas,

Que ele pisou por todas estas terras

Matos, rios, sertões, morros e serras.

(PEIXOTO, 1996, p. 979, 1ª Edição, 1794).

E mais,

Quando algum dia permitir o Fado
Que ele o mando real moderar venha,
E que o bastão do pai, com glória herdado,
Do pulso invicto pendurado tenha,
Qual esperais que seja o seu agrado?
Vós exp'rimentareis [sic] como se empenha
Em louvar estas terras e estes ares
E venerar, gostoso, os pátrios lares.
(PEIXOTO, 1996, p. 979, 1ª Edição, 1794).

Alvarenga Peixoto exalta ainda, o próprio governador D. Rodrigo e seus feitos durante o mandato. E, ao fazê-lo – sendo D. Rodrigo descendente de uma família nobre portuguesa, que recebeu um título diretamente do rei de Portugal séculos antes – valoriza a criação e manutenção, de um Estado nacional que se assemelhe ao modelo absolutista europeu. Em que, a burguesia unindo-se à nobreza, apoiou a formação dos estados nacionais, mantendo a centralização do poder nas mãos do rei, mas, não deixando de garantir a prosperidade almejada pela classe no comércio nacional. Sobre o governador e sua família, Alvarenga escreveu:

Feliz governo, queira o Céus agrado
Que eu chegue a ver esse ditoso dia,
Em que nos torne o século doirado
Dos tempos de Rodrigo e de Maria
Século que será sempre lembrado

Nos instantes de gosto e de alegria,
Até os tempos, que o Destino encerra,
De governar José a pátria terra.
(PEIXOTO, 1996, p. 979, 1ª Edição, 1794).

Como se vê, mesmo estando unidos sob os mesmos ideais, os poetas inconfidentes, valorizaram diferentes sujeitos na construção do Estado independente que propuseram. Tanto a obra de Cláudio M. da Costa, quanto a de Alvarenga, foram escritas anos antes de o movimento eclodir, entretanto, já pudemos constatar, que seus escritos revelam posições políticas, opiniões pessoais e críticas ao sistema vigente, essenciais para compor o ideal de independência que, anos mais tarde, uniu-os em uma mesma luta por liberdade.

Colocando-se do lado oposto de seus companheiros que deixaram transparecer em suas obras – sutilmente, como o fez Cláudio Manuel na Carta Dedicatória de *Vila Rica* ao Governador, ou incisivamente tal como Alvarenga Peixoto em seu *Canto Genetliaco*, dedicado ao filho do governador – exaltações e admiração pelos dirigentes da Capitania de Minas Gerais, Tomás Antônio Gonzaga recorre às *Cartas chilenas* para desvelar todo seu desprezo pelo representante do Governo.

Deve-se destacar que as diferentes inclinações dos inconfidentes já revelavam posicionamentos políticos que anos mais tarde, em 1822, norteariam os rumos da nação na independência do Brasil. Tais inclinações revelavam, por exemplo, a necessidade de se considerar a unidade territorial como fator fundamental no processo de independência e consequente formação do Estado brasileiro. Embora, Machado (1990) afirme que, “será la expansión de la economía cafetera a partir de 1830 la que abrirá el camino para la consolidación de la unidad” (MACHADO, 1990, p. 231), pode-se observar que a intenção dos inconfidentes em unir a capitania das Minas Gerais às de São Paulo e Rio de Janeiro, foi uma tentativa de fortificar a unidade da nação independente.

Machado (1990) aponta ainda que, uma das condições para se garantir a unidade territorial no âmbito da formação do Estado nacional

brasileiro, era manter o regime de trabalho escravo, o tráfico negreiro e, conseqüentemente, a organização das propriedades de terra tal qual ela se apresentava. Os inconfidentes, que não possuíam a intenção de libertar os escravos – ainda que o poeta Alvarenga Peixoto e demais envolvidos fossem a favor de fazê-lo – compartilhavam, portanto, desta inclinação que como dito, foi anos mais tarde, um dos norteadores da consolidação da nação independente.

AS CARTAS CHILENAS DE GONZAGA E A REJEIÇÃO AO GOVERNO PORTUGUÊS: FUNDAÇÃO DO MOVIMENTO INCONFIDENTE

Como se sabe, as *Cartas chilenas*, obra de Tomás Antônio Gonzaga, compõem-se de treze cartas acrescidas de uma “Dedicatória aos Grandes de Portugal”, apresentada com a acidez típica presente em toda a obra, uma vez que, a inspiração necessária para a escrita vem daquilo que se passa a sua volta. Nas palavras do poeta, “[...] Dois são os meios por que nos instruímos: um quando vemos ações gloriosas, que nos despertam o desejo da imitação; outro, quando vemos ações indignas, que nos excitam o seu aborrecimento [...]” (GONZAGA, 1996, p. 795, 1ª Edição, 1863).

Há ainda, um “Prólogo” ao leitor que revela a intencionalidade das *Cartas*, colocando-as como “um artificioso compêndio das desordens que fez no seu governo Fanfarrão Minésio, general de Chile” (GONZAGA, 1996, p. 796, 1ª Edição, 1863). A seguir, aparecem as cartas em si, de modo que, das treze, a sétima está incompleta e, da décima terceira existe apenas um pequeno fragmento. Aparece também, no início da obra, uma “Epístola a Critilo” escrita por Cláudio Manuel da Costa e, direcionada ao seu companheiro Gonzaga.

O texto escrito por Cláudio M. da Costa, composto por 208 versos decassílabos – acompanhando o estilo clássico de Camões em sua obra “Os Lusíadas” – tem como finalidade louvar o tema abordado nas cartas. Verifica-se a maturidade das ideias do autor diante dos desmandos do governador, bem como, seu espírito racionalista e sua sensibilidade diante dos assuntos de cunho político e social, abordados na obra. A epístola de

Cláudio não deixa de destoar do restante da obra, visto que, manteve o tom de aspereza e argúcia valorizadas por Gonzaga.

Ó senhores! ó reis! ó grandes! quanto
São para nós as vossa leis inúteis!
Mandais de balde, sem julgada culpa,
Que o vosso chefe, a arbítrio seu, não possa
Exterminar os réus, punir os ímpios.
É cos [sic] ministros de menos esfera
Que falam vossas leis. Nos chefes vossos
Somente o despotismo impera e reina.
(COSTA, 1996, p. 796, 1ª Edição, 1863).

Reforçando então a ideia de que as *Cartas chilenas* foram escritas no intuito revelar o posicionamento de Tomás A. Gonzaga diante dos feitos – por ele considerados – inoportunos do governador, cabe aqui levantar os principais aspectos que delinearão sua obra, colocando-a como um importante documento da época, responsável por desvendar características marcantes de um governo conservador e autoritário, presente não apenas na capitania mineira ou em Vila Rica, mas, na colônia como um todo.

Pereira (1996) salienta que:

As *Cartas chilenas*, contemporâneas das reuniões que preparavam o levante dos magnatas de Minas Gerais, retratam o confronto de poderes entre o ouvidor-geral, representante de um Judiciário emasculado pelo centralismo autoritário do absolutismo monárquico, e o governador da capitania, **símbolo tipificador de um Executivo**

ditatorial que se imiscui em todas as esferas
(PEREIRA, 1996, p. 772).

No intento de periodizar os acontecimentos, deve-se destacar que as *Cartas chilenas* foram escritas e circularam por entre os intelectuais de Vila Rica nas décadas finais do século XVIII. Não há consenso sobre a data exata de sua escrita, entretanto, tendo sido as mesmas fundamentadas nas críticas ao governador Luís da Cunha Meneses, que tomou posse da capitania de Minas Gerais no ano de 1783, supõe-se que elas tenham sido escritas entre as décadas de 80 e 90 do século XVIII.

Tendo ainda a redação e circulação das cartas coincidido com a eclosão do movimento inconfidente, que culminou em 1789, com a prisão de seus integrantes, especula-se sobre a possível influência dos manuscritos de Gonzaga nos ideais dos conjurados. O que se sabe, no entanto, é que as cartas foram divulgadas e passaram pelas mãos do demais poetas e intelectuais envolvidos na Inconfidência Mineira. O modo como esse material circulou por Vila Rica levanta indagações, visto que, no Brasil colonial não era permitida a existência de tipografias. Contudo, assim como havia excelentes bibliotecas na capitania mineira – tais como a de Luís Vieira da Silva, também envolvido no movimento – deveria haver bons copistas que se ocupavam de reproduzir manuscritos que dificilmente seriam aprovados para publicação pela censura portuguesa (PEREIRA, 1996).

Cabe destacar aqui que, os escravos enquanto responsáveis por realizar o trabalho como copistas, não compreendiam o que escreviam, pelo fato de serem analfabetos. O trabalho consistia em, meramente, reproduzir “desenhando” o que lhes era dado.

As temáticas das cartas giram em torno de críticas diretas e agressivas direcionadas ao governador Cunha Meneses, revelando seus ditames e abusos no comando da capitania. Tais colocações feitas por Gonzaga deixam claro que o poeta se sentia insatisfeito com o representante designado pela Coroa portuguesa, e mais, tendo o autor das *Cartas chilenas* se envolvido no levante anos mais tarde, verifica-se que sua insatisfação ia muito além do desgosto para com o governador. O que,

na verdade parecia incomodá-lo era a forma de governo vigente, marcada pelos abusos de poder da monarquia absolutista. Gonzaga, portanto, delineou em sua obra – assim como fez seus companheiros Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto – suas concepções, insatisfações e desejos (ainda que implícitos) no que dizia respeito à construção da Nação por eles almejada.

É necessário destacar que as críticas direcionadas ao governador da capitania estavam também relacionadas à insatisfação advinda da proibição da instalação de indústrias na colônia. Tal proibição alcançou seu auge em 1785, quando D. Maria I proibiu a implantação de qualquer manufatura no Brasil. Diante disso, os inconfidentes colocaram entre seus projetos de governo, assim chamados por Resende (1983), a instalação de manufaturas que, no intuito de diminuir a dependência de produtos importados, produziriam tecidos, pólvora e ferro. Um dos envolvidos no movimento, o padre Rolim, menciona Borda do Campo, atual Barbacena, como o local ideal para a instalação das fábricas de ferro (RESENDE, 1983, p. 47).

Assim sendo, pode-se afirmar que o desejo de lançar um “novo” país, partindo da independência das Minas Gerais, dar-se-ia não somente no contexto político, mas também econômico. A instauração da República viria, portanto, acompanhada de mudanças no sistema produtivo da capitania, que deixaria de importar produtos manufaturados para produzi-los em seu próprio território.

Retornando às *Cartas chilenas*, deve-se mencionar que as mesmas são escritas por Tomás Antônio Gonzaga que se autodenomina *Critilo* – nome do principal personagem da obra *El criticon*⁴⁴, responsável por inspirar o poeta inconfidente. Os textos se direcionam à *Doroteu*, que representa Cláudio M. da Costa e, relatam acontecimentos peculiares ocorridos em Vila Rica, que se transfigura em *Santiago*, capital do *Chile* (que corresponde a Minas Gerais). Tais pseudônimos são utilizados, uma vez que, fazia-se necessário manter o anonimato devido à

⁴⁴ Romance de Baltasar Gracián, clássico da literatura espanhola, publicado no século XVII, em três partes: nos anos de 1651, 1653 e 1657.

violência com que nas Cartas chilenas se desmoralizam o governador e capitão geral Luís da Cunha Meneses e seus mais próximos auxiliares na administração da capitania de Minas Gerais. Mas esse anonimato em que se manteve o autor, utilizando-se do pseudônimo de Critilo, produziu, talvez, o mais famoso caso de identificação na história literária brasileira, a ponto de seu significado estético haver sido relegado a uma situação secundária (PEREIRA, 1996, p. 775).

A primeira carta relata a chegada de *Fanfarrão Minésio* (Luís da Cunha Meneses) ao *Chile*. De início, Gonzaga já pretende colocar *Doroteu* e também seus leitores, à par do que está por vir em seu *Chile* com a chegada do novo governador. A descrição da figura de Meneses, de maneira extremamente pejorativa, faz com que vejamos claramente o sentimento de desprezo do poeta pelo novo dirigente da capitania.

Tem pesado semblante, a cor é baça,
O corpo de estatura um tanto esbelta,
Feições compridas e olhadura feia;
Tem grossas sobrancelhas, testa curta,
Nariz direito e grande, fala pouco
Em rouco, baixo som de mau falsete;
Sem ser velho, já tem cabelo ruço,
E cobre este defeito e fria calva
À força de polvilho que lhe deita.
Ainda me parece que o estou vendo
No gordo rocinante escarranchado,
As longas calças pelo umbigo atadas,

Amarelo colete, e sobre tudo

Vestida uma vermelha e justa farda.

(GONZAGA, 1996, p. 799, 1ª Edição, 1863).

Após chamar a atenção para a aparência desagradável do governador, Gonzaga narra o dia da posse e ressalta a maneira indiferente e até mesmo rude, com que Meneses trata seus subordinados e demais membros do governo. Ao que parece, o governador não aprendeu com os “grandes homens” na Europa, uma vez que, “os mesmos reis não honram aos vassallos?”. Ao contrário, *Fanfarrão Minésio*, desrespeitoso, proferiu ao povo “injúrias, descortejos e carrancas” (GONZAGA, 1996, p. 804, 1ª Edição, 1863).

Diante dessa cena, no mínimo chocante, resta à Gonzaga lamentar-se pelo futuro das Minas Gerais, proferindo palavras de desespero diante do destino de seu amado *Chile*.

Ah! Pobre Chile, que desgraças te esperas!

Quanto melhor te fora se sentisses

As pragas, que no Egipto se choraram,

Do que veres que sobe ao teu governo

Carrancudo casquilho, a quem rodeiam

Os néscios, os marotos e os peraltas!

(GONZAGA, 1996, p. 801, 1ª Edição, 1863).

A segunda carta demonstra a indignação do poeta diante dos desmandos do governador. A narrativa gira em torno do vários descumprimentos das leis por parte de Fanfarrão Minésio, visto que, o mesmo, no intuito de “chamar a si todos os negócios” (GONZAGA, 1996, p. 804 – 1ª Edição, 1863), começa a perdoar criminosos e libertar presos que já haviam, inclusive, sido julgados e condenados por seus delitos. Tais atitudes são particularmente ofensivas para Gonzaga, uma vez que, o poeta

tendo defendido sua tese em Direito, desempenhava, ainda, a função de ouvidor de Vila Rica. Portanto, quaisquer atitudes que ferissem a integridade das leis vigentes eram vistas por ele, como uma afronta de cunho pessoal. Descreve então, o poeta, a permissividade de *Fanfarrão*:

Então, o chefe, compassivo,
Manda tirar os ferros dos seus braços,
Dá-lhe um salvo-conduto, com que possa,
Contanto que na terra não se saiba,
Fazer impunemente insultos novos.
(GONZAGA, 1996, p. 808, 1ª Edição, 1863).

O povo, por sua vez, seduzido pela ‘caridade’ do bom governador, vem em busca do perdão de seus crimes e da absolvição de suas culpas:

O povo, Doroteu, é como as moscas
Que correm ao lugar, aonde sente
O derramado mel; é semelhante [sic]
Aos corvos e aos abutres, que se ajuntam
Nos ermos, onde fede a carne podre.
À vista, pois, dos fatos, que executa
O nosso grande chefe, decisivos
Da piedade que finge, a louca gente
De toda a parte corre a ver se encontra
Algum pequeno alívio à sombra dele.
(GONZAGA, 1996, p. 809, 1ª Edição, 1863).

Na terceira e quarta cartas, Gonzaga põe-se a descrever o ‘novo’ devaneio de *Fanfarrão*, que dizia respeito à construção da Casa de Câmara

e Cadeia⁴⁵. A obra, idealizada por Meneses, teve início em 1784, tendo sido finalizada, entretanto, apenas no século XIX. O projeto, extremamente oneroso, foi questionado pelo poeta, uma vez que, na época de sua idealização a mineração já se encontrava decadente e, tamanho gasto parecia desnecessário.

Pretende, Doroteu, o nosso chefe
Erguer uma cadeia majestosa,
Que possa escurecer a velha fama
Da torre de Babel e mais dos grandes,
Custosos edifícios que fizeram,
Para sepulcros seus, os reis do Egito [...]
Verás se pede máquina tamanha
Humilde povoado, aonde os grandes
Moram em casas de madeira e pique.

(GONZAGA, 1996, p. 814, 1ª Edição, 1863).

Ademais, sabendo o governador dos excessivos gastos que viriam por conta da construção do prédio e, procurando erguê-lo sem despender muito dinheiro, colocou-se *Fanfarrão* a utilizar-se de mão-de-obra escrava na execução da obra, uma vez que, sendo a sociedade essencialmente escravocrata, não poderia ter sido feito de outra forma. No entanto, aborrece o poeta o fato de *Minésio* permitir que fossem cometidos abusos e violências para com os negros.

Para haver de suprir o nosso chefe
Das obras meditadas as despesas,
Consome do senado os rendimentos

⁴⁵ Hoje, Museu da Inconfidência de Ouro Preto.

E passa a maltratar o povo
Com estas nunca usadas violências:
Quer cópia de forçados, que trabalhem
Sem outro algum jornal mais que o sustento,
**E manda a um bom cabo que lhe traga
A quantos quilombolas se apanharem,
Em duras gargalheiras.** Voa o cabo,
Agarra um e outro, e num instante
Enche a cadeia de alentados negros.
(GONZAGA, 1996, p. 815, 1ª Edição, 1863).

E ainda:

**Às vezes, Doroteu, se perde a conta
Dos cem açoutes [sic], que no meio estava,
Mas outra nova conta se começa.
Os pobres miseráveis já nem gritam:
Cansados de gritar, apenas soltam
Alguns fracos suspiros, que enternecem.**
Que é isso, Doroteu, tu já retiras
Os olhos do papel? Tu já desmaias [...].
(GONZAGA, 1996, p. 818-9, 1ª Edição, 1863).

Cabe aqui ressaltar que, mesmo não tendo havido consenso entre os inconfindentes sobre o destino dos escravos após a instauração da pretendida República, a condição dos negros foi tema recorrente em suas discussões. De fato, apenas Alvarenga Peixoto, posicionou-se a favor da

libertação dos mesmos, contudo, o maltrato e a violência contra os mulatos, não agradava aos envolvidos no movimento, visto que, imbuídos de ideais libertários na construção de uma sociedade mais justa, não poderiam manter costumes autoritários e violentos (LAPA, 1996).

Deve-se destacar, no entanto, que a própria elite da época enfrentou dificuldades para proceder à abolição da escravatura visto que não possuía recursos suficientes para bancar a instalação completa do capitalismo industrial, conforme vinha ocorrendo na Europa. A essência do capitalismo na colônia brasileira, bem como na metrópole portuguesa, mantém-se essencialmente mercantil. Nesse sentido Faoro (1977) afirmou que:

O comércio europeu alcança, nos seus tentáculos, a colônia americana, estruturalmente incapaz de buscar do seu largo território e de suas riquezas interiores a autonomia das próprias determinações, agrilhoadas aos padrões comerciais instalados nas costas portuguesas, persistente herança do mundo mediterrâneo. As origens impõem um destino. O pólo imantado pelo pau-brasil será o mesmo do açúcar, do ouro e do café. Sobre suas correntes de expansão para o interior pesarão, advertidos ou invisíveis, os cordéis do rígido tecido internacional, que colherá nas suas malhas o Estado (FAORO, 1977, p. 108).

Na quinta e sexta cartas, Gonzaga narra as festividades que ocorreram em Vila Rica, em virtude do casamento do príncipe D. João VI com Carlota Joaquina de Bourbon, no dia 08 de maio de 1785. São apresentadas as “desordens” feitas por *Fanfarrão* para realizar os festejos, visto que, os cofres públicos já se encontravam exauridos diante de tantos gastos promovidos pelo governador. O poeta ressalta que o senado, mesmo relutante, acaba cedendo aos desejos de *Fanfarrão* e, autorizando os gatos com as comemorações.

Com esta sábia lei replica o corpo
Dos pobres senadores e pondera
Que o severo juiz, que as contas toma,
Lhes não há-de [sic] aprovar tão grandes gastos.

(GONZAGA, 1996, p.830, 1ª Edição, 1863).

Por fim, no entanto, cedem aos caprichos do governador:

**À força do temor, o bom Senado
Constância já não tem; afrouxa e cede.**

Somente se disputa sobre o modo
De ajudar-se o dinheiro, com que possa
Suprir tamanho gasto o grande Alberga⁴⁶.
Uns dizem que, das rendas do Senado,
Tiradas as despesas, nada sobra.
Os outros acrescentam que se devem
Parcelas numerosas, impagáveis
Às consternadas amas dos expostos.

(GONZAGA, 1996, p. 831, 1ª Edição, 1863).

As cartas sétima (incompleta) e oitava se ocupam em denunciar alguns escândalos em que Fanfarrão se envolveu. Dentre eles, está a

intromissão do governador em questões jurídicas, em irregularidades ocorridas com a venda de despachos

⁴⁶ Presidente da Câmara Municipal de Vila Rica, encarregado de conseguir dinheiro para os festejos idealizados por Fanfarrão (PEREIRA, 1996, p. 780).

na Demarcação Diamantina, que afetou o padre José da Silva e Oliveira Rolim [...] um dos inconfidentes, amigo de Gonzaga (PEREIRA, 1996, p. 782).

Ademais, Gonzaga denuncia o envolvimento do governador e de seu afilhado, o capitão José Pereira Marques, na venda do contrato das entradas, “negócio” que rendia vultosa quantia fruto da cobrança de impostos na capitania mineira. Pereira (1996, p. 782), ressalta que, o poeta, que fazia parte da Junta de Fazenda, nada pôde fazer diante da audácia de Cunha Meneses:

As leis do nosso reino não consentem
Que os chefes dêem [sic] contratos, contra os votos
Dos retos deputados que organizam
A Junta da Fazenda, e o nosso chefe
Mandou arrematar ao seu Marquêsio⁴⁷
O contrato maior, sem ter um voto
Que favorável fosse aos seus projetos.
(GONZAGA, 1996, p. 852, 1ª Edição, 1863).

Há que se ressaltar, que na oitava carta, Gonzaga ataca incisivamente o coronel Silverino (Joaquim Silvério dos Reis), que, pouco tempo depois, foi o responsável pela denúncia do levante que vinha sendo preparado por Gonzaga e seus companheiros, ao visconde de Barbacena. Havia entre Silvério e Gonzaga certa desavença, especula-se que tenham sido as denúncias feitas pelo poeta nas *Cartas chilenas*, o motivo de tais dissabores. O próprio Gonzaga, no entanto, ao final da carta oitava, decide ‘deixar de lado’ as acusações contra Silvério: “Apenas apareces... Mas não

⁴⁷ José Pereira Marques, afilhado do governador.

posso só contigo gastar papel e tempo. Eu já te deixo em paz, roubando o mundo [...]" (GONZAGA, 1996, p. 854-855, 1ª Edição, 1863).

A nona carta se ocupa de discorrer sobre o papel nocivo dos militares na sociedade “mineira”. Gonzaga salienta que, assim como o governador, os militares cometiam abusos contra a população. Havia ainda, sabida corrupção dentro da carreira militar – um dos motivos pelos quais Tiradentes se mostrou insatisfeito com o governo vigente, visto que, o alferes, alegou que a promoção na carreira se daria apenas mediante o nepotismo (PEREIRA, 1996). Sobre o excesso de liberdade dada aos militares, Gonzaga escreveu:

**Conhece, Doroteu, o próprio chefe
Que vai passando a muito a liberdade**

Das fardas atrevidas, e, querendo

A tais ordens pôr remédio e freio,

Não manda que se cumpram as leis santas

Que aos delitos arbitraram justas penas;

Manda sim, um cartaz, aonde inova

Que todos os domingos na parada

Se leia o militar regulamento [...].

(GONZAGA, 1996, p. 861-862, 1ª Edição, 1863).

A décima carta vem para reforçar o desprezo do poeta pelo governador. O ataque é explícito em alguns trechos da obra e Gonzaga não parece se preocupar com as consequências ao ofender *Minésio*/Meneses, arriscando-se a iniciar um conflito direto com o dirigente. O poeta atribui o governo de Meneses a um ‘castigo’, uma ‘punição’ dada à capitania das Minas Gerais. Gonzaga afirma que “[...] um chefe destes só vem para castigo de pecados” (GONZAGA, 1996, p. 876, 1ª Edição, 1863). E mais:

**Assim o nosso chefe não descansa
De fazer, Doroteu, no seu governo,
Asneiras sobre asneiras; entre muitas,
Que menos violentas nos parecem,
Pratica outras que excedem muito e muito
As raias dos humanos desconcertos.**
(GONZAGA, 1996, p. 869, 1ª Edição, 1863).

A décima primeira carta se volta para a exposição da vida privada de *Fanfarrão Minésio*. O texto narra a ocasião do casamento de uma conhecida concubina de Meneses com o cabo Jerônimo Xavier de Sousa, que pelo ‘feito’ – que visava não comprometer a imagem de *Fanfarrão* – foi promovido a alferes. Essa carta apenas fortalece a imagem que *Critilo* vem construindo ao longo da obra, de que o governador é imoral, tanto no âmbito político, quanto no pessoal. Sobre isso, Gonzaga escreve:

[...] mas tu, prezado amigo, não conheces
O sistema que tem tão vil canalha.
Uma mui [sic] grande parte desses chefes
Assenta em procurar seu interesse
Por todos os caminhos, e acredita
Que o brio e o pundonor, que nós prezamos,
São umas vãs fantasmas, que só devem
Honrar de simples voz aqueles homens
Que vêm de uma distinta e velha raça.
(GONZAGA, 1996, p. 884, 1ª Edição, 1863).

A carta de número doze se coloca a descrever o dia em que um criado de *Minésio* rouba uma escrava por quem estava apaixonado e, a mantém presa em seus aposentos. Gonzaga se mostra indignado com o fato do governador – mesmo tendo sido procurado pelo dono da escrava – nada ter feito a respeito do roubo, tendo sido o dono prejudicado por perder sua ‘mercadoria’. Salienta-se aqui, a posição do poeta, que, mesmo indiretamente, defendeu a condição de “mercadoria” da escrava, colocando-se contra *Minésio*, que não forçou seu criado a reembolsar o dono da moça pelo prejuízo.

Roubou um seu criado a certa escrava
E dentro lha meteu do seu palácio.
Conheceu o senhor quem fez o furto,
E foi pedir ao chefe que mandasse
Que o terno roubado restituísse
A serva, com os lucros, pois cedia
De toda a mais ação, que a lei lhe dava.
Que entendes, Doroteu, que obrou o chefe?
Que fez um sério exame sobre o caso?
Que, conhecendo ser a queixa justa,
Meteu em duros ferros o criado?
Que não lhe perdoou, enquanto o mesmo
Ofendido queixoso não lhe veio
Suplicar o perdão da culpa grave?
Devias esperar que assim fizesse,
Mas quando a razão pede certa coisa,
Ele, então, executa o seu contrário.
Não zela, Doroteu, a sã justiça,

Nem zela a honra própria, maculada
Na sua habitação, que o servo muda
Em trope lupanário⁴⁸. Não, não zela;
Antes, prezado amigo, austero, estranha
Ao mísero queixoso que se atreva
A supor que os seus servos são capazes
De poderem obrar excessos destes.
Maldita sejas tu, pouca vergonha,
Que tanto influxo tens sobre este lesão!
(GONZAGA, 1996, p. 892, 1ª Edição, 1863).

Por fim, a décima terceira carta (que também está parcialmente completa), salienta as benesses da aliança entre Estado, enquanto Coroa Portuguesa e, Igreja, tendo salientado o poeta que tal vínculo facilita o exercício do poder. É sabido que a ‘parceria’ entre as duas instituições estabeleceu-se – nas Minas Gerais – no século XVIII, após as primeiras descobertas de jazidas pelos bandeirantes e expedicionários, conforme já discutido anteriormente.

A Coroa, interessada nas riquezas que vinham sendo descobertas, iniciou um processo de dominação daquele território, estabelecendo as chamadas “freguesias coladas” (FONSECA, 2011), que lhe permitia supervisionar de perto toda a movimentação naquelas terras longínquas. Sobre a união entre Igreja e Estado, Gonzaga escreveu:

Não há, meu Doroteu, não há um chefe,
Bem que perverso seja, que não finja
Pela religião um justo zelo,

⁴⁸ Casa de prostituição; prostíbulo.

E, quando não o faça por virtude,
Sempre, ao menos, o mostra por sistema.
(GONZAGA, 1996, p. 896, 1ª Edição, 1863).

Assim, tendo observado toda a narrativa de Gonzaga/*Critilo* e, a construção que o poeta faz em torno do governo de Meneses/*Minésio*, verifica-se que a insatisfação que dominou seu texto revela mais que desavenças de cunho pessoal. Tomás Antônio Gonzaga deixa transparecer sua “opção” de Estado, sendo esta, bem diferente daquela exercida por Meneses – que representa todo um sistema articulado em torno da monarquia absolutista. Ao revelar a desonestidade, a falta de caráter, a permissividade e, sobretudo, os abusos de poder do governador, o poeta busca construir a imagem de um representante da nobreza que não preza pelo povo, mas sim, pelo seu próprio ego. Desta feita,

a ampla crítica de fundo político e moral que atinge o autocratismo⁴⁹ dos governantes em defesa da sociedade dá ao poema de Gonzaga o sentido universal em que o direito coletivo prepondera sobre os interesses particulares (PEREIRA, 1996, p. 785).

Portanto, as *Cartas chilenas* vêm para revelar a posição do poeta diante da realidade que lhe é colocada, na sociedade mineira do século XVIII. A obra, ao que tudo indica, circulou entre os intelectuais de Vila Rica e pode ter influenciado os demais inconfidentes a participarem do movimento, independentemente disso, as *Cartas* foram, de fato, a visão do poeta acerca do regime absolutista e, sua tentativa de alertar seus leitores sobre os desmandos de um governante autoritário e pedante que era exatamente o contrário daquilo que se almejava para as Minas Gerais independentes.

⁴⁹ Condição de autoritário, despótico.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA: “REVOLUÇÃO VINDA DE CIMA”?

Para se fazer essa discussão há que se considerar que essa terminologia, da “revolução conservadora vinda de cima” (MOORE JR., 1975), foi utilizada para definir os movimentos revolucionários que durante a transição para o ‘mundo moderno’ trilharam um caminho desprovido de cunho revolucionário, indo em direção ao fascismo e às ditaduras, assim como aconteceu na Alemanha e no Japão.

Desta feita, o processo de modernização ocorreu sem que se perdessem os elementos tradicionais da sociedade pré-industrial, impulsionando a industrialização através de pactos entre a burguesia industrial e a oligarquia rural. Em contrapartida a essa via para a modernidade industrial, segundo Moore Jr. (1975) há ainda as revoluções burguesas, que aliaram o capitalismo à democracia parlamentar após diversas revoluções, tais como a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana. Por fim, há ainda as revoluções camponesas, que culminaram no comunismo, assim como ocorreu na Rússia e na China.

O conceito elaborado pelo autor nos é caro uma vez que, após ter apresentado a Inconfidência Mineira como uma proposta dos intelectuais da sociedade mineira do século XVIII ao modelo colonial imposto por Portugal – modelo este inspirado pelos ideais Iluministas presentes na Revolução Francesa e, republicanos instaurados nos EUA a partir da Revolução Norte Americana, ambas do mesmo período – é imprescindível ressaltar qual foi, de fato, o verdadeiro caráter do movimento inconfidente.

Concordamos com Moore Jr. (1975), quando o mesmo diz ser *inegável a contribuição dos intelectuais para a constituição de uma sociedade livre* (MOORE JR., 1975, p. 559). Apoiamo-nos neste trabalho na hipótese da influência direta dos poetas setecentistas, enquanto intelectuais da época, para a constituição de uma identidade nacional que definisse a formação territorial brasileira. Como apresentado anteriormente, as obras dos literatos inconfidentes Cláudio M. da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás A. Gonzaga, refletem os anseios e temores de homens que tendo convivido com a cultura europeia extremamente requintada e desenvolvida para os moldes coloniais na época, deixaram

transparecer em suas obras perspectivas e possibilidades de mudança e evolução para uma sociedade colonial ‘atrasada’.

Entende-se que, propor uma Nação independente de Portugal em um território no interior da colônia que até pouco tempo era inóspito e desconhecido, por meio de um movimento revolucionário de cunho nacionalista moldado pela elite intelectual da época que tinha proposições audaciosas para o período, tais como agregar as capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro foi, de fato, corajoso e memorável. Especialmente por se tratar de um período em que não se podia falar em um nacionalismo consolidado, afinal nem a colônia como um todo, nem as Minas Gerais constituíam uma Nação.

Há que se ponderar, entretanto, até que ponto as proposições de liberdade feitas pelos inconfidentes abarcariam a sociedade como um todo, sem acontecer o que Moore Jr. (1975) relatou acerca da reação dos camponeses europeus e asiáticos quando a modernização se impôs sobre o tradicionalismo e o ‘atraso’ do campo. Sobre tal acontecimento o autor escreveu: “*Em resumo, os camponeses perguntavam: qual é o significado dos vossos belos sistemas políticos, se os ricos continuam a oprimir os pobres?*” (MOORE JR., 1975, p. 571). Guardadas as devidas proporções, devemos nos questionar sobre o destino das classes mais pobres caso o movimento inconfidente tivesse saído vitorioso.

Como já mencionado, os inconfidentes possuíam alguns projetos para o Estado independente, dentre os quais havia um que gerava debates constantes, tratava-se da questão da libertação dos escravos. Ao contrário de seus companheiros que acreditavam que a libertação dos negros traria prejuízos para o desenvolvimento da Nação recém surgida, uma vez que não haveria mão-de-obra para trabalhar nas terras e na extração do ouro, Alvarenga Peixoto, apesar de ser proprietário de “muito extensas propriedades territoriais [...]” que contavam com cerca de “cento e trinta escravos”, tanto na Fazenda dos Pinheiros, como na Fazenda Paraopeba (COSTA FILHO, 1959, p. 23), era um dos membros do movimento que se posicionava favoravelmente à alforria dos escravos.

A simpatia pelos trabalhadores, humildes e escravos, pode muito bem ser observada em seu poema, *Canto Genetliaco* – que além de ser

uma exaltação do nobre português representado pelo filho do governador Dom Rodrigo de Meneses, de descendência portuguesa e a quem o autor dedicou o poema – reflete também a consciência do poeta para com a condição dos escravos, uma vez que Alvarenga ressalta a importância do trabalho dos mesmos na lida das terras mineiras.

Estes homens de vários acidentes,
 Pardos e pretos, tintos e tostados,
 São escravos duros e valentes,
 Aos penosos trabalhos costumados:
 Eles mudam os rios as correntes,
 Rasgam as serras, tendo sempre armados
 Da pesada alavanca e duro malho
 Os fortes braços feitos ao trabalho.
 (PEIXOTO, 1996, p. 977, 1ª Edição, 1794).

Cabe destacar que, apesar de o poeta posicionar-se favoravelmente à libertação dos escravos e destacar em *Canto Genetliaco* a importância do trabalho por eles realizado, era inviável naquele momento que se efetivasse a Abolição, uma vez que, a falta de mão-de-obra na extração do ouro, levaria as minas à falência. Portanto, a libertação dos escravos defendida por Alvarenga Peixoto, restringia-se ao campo das ideias, sendo de aplicação difícil no cenário das Minas Gerais setecentistas.

Há que se considerar ainda que, Alvarenga Peixoto, como já mencionado, dedicou este poema ao nascimento do filho do governador da capitania das Minas Gerais, desejando que a criança siga os passos do pai e venha a governar um dia. Ademais, ao se referir no mesmo poema às terras mineiras como àquelas que “*têm as ricas entranhas todas cheias / de prata, oiro [sic] e pedras precisas*” e sua natureza repleta de “*matos negros e fechados*” e “*sertões feios e escuros*” (PEIXOTO, 1996, p. 977,

1ª Edição, 1794) – responsáveis por esconder tamanha riqueza, parece-nos que Alvarenga pretende mostrar o patrimônio natural e mineral da colônia ao governador e ao seu filho, revelando-os as possibilidades de exploração das matérias-primas das terras mineiras.

Não nos parece, nesse momento, que o poeta estivesse preocupado com a independência da colônia nem com a valorização de uma nacionalidade que não fosse a portuguesa. Há que se ressaltar ainda, que Alvarenga Peixoto aparenta defender de uma forma ou de outra a manutenção do *status quo* colonial, seja através da defesa de que o comando da capitania continue nas mãos da mesma família, ou dos apontamentos feitos por ele acerca das riquezas naturais das Minas Gerais – no intuito de apresentá-las ao atual e ao ‘futuro’ representante do governo.

Tendo sido o *Canto Genetliaco*, entretanto, escrito em 1782, sete anos antes de o movimento ser descoberto, é bem possível e tudo nos leva a crer, que as concepções políticas e sociais do poeta tenham mudado, ou ainda, que tudo isso não tenha passado de uma farsa, como especulam alguns especialistas no assunto (MALARD, 1996, p. 954).

Há que se ponderar ainda que, como já dito, apenas referir-se aos escravos com simpatia e atenção, não era o suficiente. Não havia uma proposta definida pelos inconfidentes no que dizia respeito ao destino dos negros na sociedade, nem se seriam libertos, nem o que fariam caso o fossem. Os líderes do movimento preocupavam-se em investir em demais atividades produtivas, além da mineração e agricultura (RESENDE, 1983).

Uma dessas propostas, que cumpriria a função de dinamizar a economia e desenvolver a produção local ou ‘nacional’ como eles almejavam, era o investimento em manufaturas que produziriam tecidos, ferro e pólvora, diminuindo a dependência de produtos importados de alto custo. O padre Rolim chegou inclusive a sugerir que, uma fábrica produtora de ferro fosse instalada na região de Borda do Campo, atual Barbacena (RESENDE, 1983).

Não há relatos, no entanto, de que os inconfidentes tivessem uma proposta concreta de mudança do sistema de trabalho, substituindo o

regime escravista, por outro que se utilizasse de mão-de-obra livre. Ademais, mesmo com a intenção de se instalarem manufaturas na região das minas, não foi feito nenhum tipo de menção sobre a possibilidade de se absorver os ex-escravos nessas fábricas, o que os deixaria à margem da sociedade “libertária” que se desejava.

A afirmação de Gellner (1983), que se refere à industrialização como o único destino possível das sociedades e coloca a indústria como extremamente dependente da presença do Estado em sua concepção e gestão, faz-nos refletir que, os inconfidentes no intento de formar uma Nação independente de Portugal – que se autossustente e que se desenvolva pelos seus próprios meios – não tiveram a iniciativa ou a oportunidade, de propor um novo sistema de trabalho como o capitalismo, por exemplo, que empregaria mão-de-obra assalariada e que vinha ganhando força na Europa justamente no século XVIII com a Revolução Industrial.

Diante do exposto, resta-nos concluir que não havia, de fato, propostas completamente definidas para o governo da Nação independente almejada pelos inconfidentes. As divergências entre os participantes do movimento eram muitas, especialmente no que dizia respeito à condição dos escravos na sociedade mineira, como apresentamos anteriormente. Desta feita, apesar de lutarem pela libertação das Minas Gerais do domínio português, os inconfidentes não propuseram uma mudança estrutural, feita nas ‘bases’ da sociedade escravocrata o que nos leva a crer, que após a constituição da Nação independente, a organização social se manteria inalterada.

Sendo assim, a Conjuração Mineira pode ser considerada uma “revolução-passiva”, assim como aquela que ocorreu na década de 1930 e, foi apontada por Lahuerta (1997), como um movimento que apesar de ter sido construído⁵⁰ por alguns como um marco na história nacional – por

⁵⁰ Dizemos aqui que o movimento foi “construído” apoiando-nos nas ponderações de Chaui (2000) que considera os diversos “símbolos” utilizados na construção do *mito fundador* do Brasil, cujas raízes, segundo a autora, “foram fincadas em 1500” Chaui (2000, p. 09). A Conjuração Mineira e seu mártir *Tiradentes*, nos são constantemente apresentados como *mitos fundadores*, que podem “repetir-se indefinidamente” mesmo que sob “novas roupagens” Chaui (2000, p.10).

constituir o próprio Estado brasileiro e uma cultura nacional unificada, não mais dissipada pelas diversas regiões do país – não teve o mesmo caráter de uma revolução popular, em que há uma ruptura definitiva com o sistema vigente.

Isso é reforçado por Carvalho (1990) ao afirmar que, diante das dificuldades em se encontrar um *herói* para a República recém surgida, Tiradentes “aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação” Carvalho (1990, p. 57). Desta feita, o *herói* da Inconfidência Mineira, tornou-se o “escolhido” para representar a nação republicana forjada pelas elites, desbancando “candidatos” como Frei Caneca e Bento Gonçalves. Assim, o movimento inconfidente que outrora teve um caráter elitista é recuperado pelas elites anos mais tarde e utilizado para representar a República.

CAPÍTULO 4

*Identidade Nacional e Formação Territorial
nas Minas Gerais do século XVIII*

IDENTIDADE NACIONAL E FORMAÇÃO TERRITORIAL NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII

O “BRAZIL” INDEPENDENTE PROPOSTO PELOS INCONFIDENTES

A ideia central, cerne do movimento da Inconfidência Mineira, girava em torno da independência. Entretanto, a liberdade do domínio português não se daria sobre toda a colônia, restringindo-se apenas às Minas Gerais e possivelmente às capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo – caso o levante em terras mineiras fosse bem-sucedido e alcançasse as capitanias acima citadas. Afinal, “não há, porém, dados suficientes para se afirmar que o movimento abarcaria toda a América Portuguesa” (RESENDE, 1983, p. 45).

Ainda a esse respeito, Carvalho (1990) afirma que, os inconfidentes buscavam libertar, em um primeiro momento, a capitania das Minas Gerais e juntamente com ela, as de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso se deveu segundo o autor, a um cálculo tático, visto que, libertadas as três capitanias – de maior importância na colônia – as demais seguiriam com maior facilidade (CARVALHO, 1990, p. 67).

É bem verdade que articulações vinham sendo feitas fora de Minas Gerais. Tiradentes, que viera fazendo contatos com pessoas influentes na capital do Vice-Reino, afirmava que com a adesão do coronel José Aires, outros poderosos se juntariam ao movimento. No tocante a São Paulo, o tenente-coronel Francisco de Paula se responsabilizaria a contatar amigos que garantiriam a participação dos paulistas no levante (SILVA, 1948).

A expansão do movimento a outras Capitanias era prevista e desejada. Percebia-se, porém, claramente que a possibilidade de articulação só se daria depois de desencadeado o movimento em Minas. O caráter nacional do movimento era o objetivo final de um

processo que se desencadearia a partir de Minas Gerais e contaria, preliminarmente pelo menos, com o apoio do Rio de Janeiro e de São Paulo (RESENDE, 1983, p. 45).

Ademais, o Padre Toledo, procuraria garantir que contatos fossem feitos em São Paulo por meio de suas relações de família, engrossando o número de participantes. Portanto, o levante que teria início em Vila Rica, espalhar-se-ia por outras localidades da capitania mineira – tais como Serro Frio, Minas Novas, São José, Borda do Campo, Tamanduá – e, posteriormente, chegaria a São Paulo e Rio de Janeiro, garantindo assim, o envolvimento das três mais importantes capitânicas da colônia, o que certamente aumentaria as chances de sucesso do mesmo (RESENDE, 1983).

A independência sonhada pelos inconfindentes viria acompanhada da instauração de uma República, nos moldes daquela fundada pelos colonos ingleses da América. Os Estados Unidos serviram de inspiração ao instituírem “uma forma de governo popular e livre, como pregavam os filósofos franceses [...]” (RESENDE, 1983, p. 45).

Os inconfindentes, portanto, ao voltarem com interesse seu olhar para o caso norte-americano, bem como, para os ideais liberais que fomentavam os textos dos filósofos europeus do período da Revolução Francesa, pretendiam colocar em prática o “conjunto de idéias [sic] éticas, políticas e econômicas da burguesia, em oposição à visão de mundo da nobreza feudal” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 246), que compunham o *liberalismo* político da época.

Foi nas idéias [sic] liberais dos pensadores franceses Voltaire, Rousseau, Abade Raynal, e na vitória da Revolução de Independência das 13 Colônias da América, realizada sob influência das mesmas idéias [sic], que os conjurados mineiros encontraram a inspiração ideológica e o modelo do Estado que sonharam criar. Assim, a França foi a origem das

ideias políticas e os Estados Unidos, o modelo concreto da prática das idéias [sic] (RESENDE, 1983, p. 42).

Interessante destacar aqui, a diferença essencial entre o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus – que já possuíam um sistema bem solidificado – e o andamento do capitalismo no Brasil, por excelência, ainda centrado na exploração agrícola de exportação e, na exploração de minérios e matérias primas. Há claramente um descompasso entre as ideias liberais advindas da Europa e o desenvolvimento real do capitalismo entre as áreas em questão, o que, de certa forma, inviabilizaria o transplante *ipsis litteris* dos ideais e das práticas europeias para o Brasil-colônia.

Soma-se a isto, o fato de a Revolução Francesa ter incorporado camponeses e operários, diferentemente do movimento inconfidente que além de ter sido idealizado por membros da oligarquia agrária e mineradora, teria apenas indígenas e escravos para integrar o processo revolucionário. Há que se considerar ainda que, os princípios que delinearão a Revolução Francesa, foram essenciais para a formação da sociedade de classes e do Estado burguês, diferentemente das condições que levaram à formação do Estado para o Brasil do século XVIII.

Mesmo diante de tais contradições, os inconfidentes propuseram alguns projetos de governo que serviriam de suporte para a República que seria implementada nas Minas e, possivelmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre eles, previa-se a mudança da capital da capitania mineira de Vila Rica para São João d' El Rey, visto que esta vinha desenvolvendo sua agricultura e pecuária, além de estar localizada em uma área favorável a essas produções – cabe ressaltar que diversificar e expandir o que era produzido na capitania tornou-se fundamental, uma vez que a mineração já se encontrava em crise. Havia uma preocupação em instalar manufaturas e fábricas de ferro e pólvora, diminuindo assim, a dependência de produtos importados (RESENDE, 1983).

Preocupavam-se ainda em equilibrar a população incentivando o aumento da natalidade, visto que, havia um grande contingente de negros

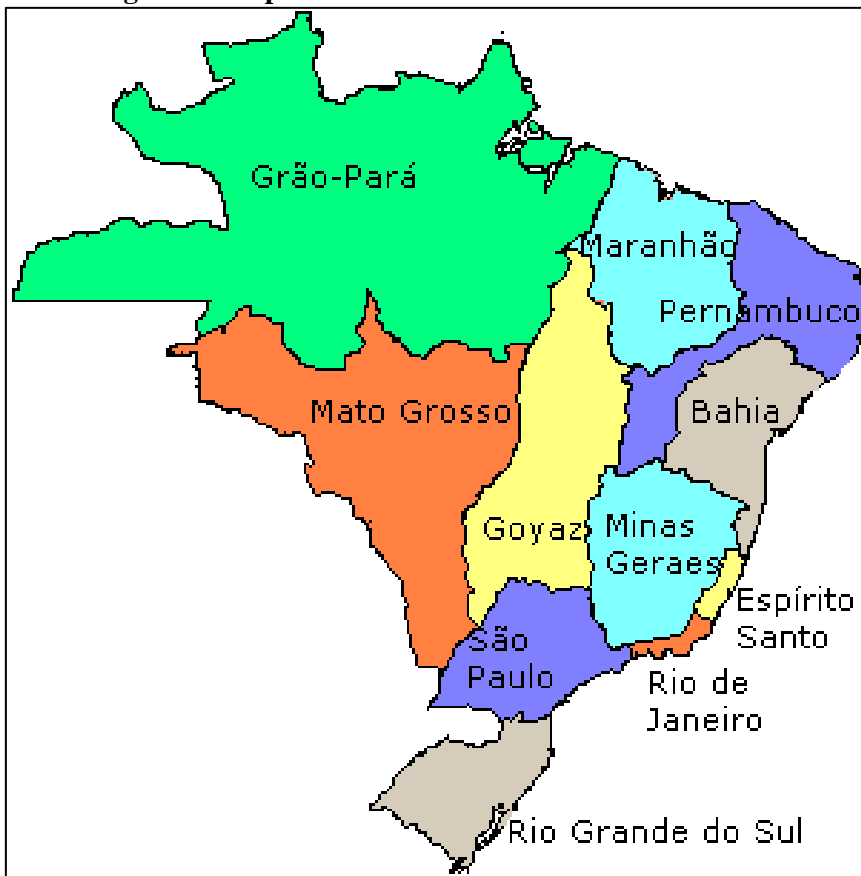
e portugueses. Com relação aos negros escravos, os inconfidentes não eram unânimes, havia aqueles que se posicionavam a favor da libertação dos mesmos, já que, mantê-los cativos iria contra os princípios de liberdade propostos para a República. Outros, entretanto, não compartilhavam dessa opinião, uma vez que, libertando-os não haveria mão-de-obra para trabalhar nas minas e nas lavouras. Preocupavam-se também com a possibilidade de os negros libertos organizarem-se entre si e, rebelar-se contra os demais. Como salienta Resende (1983):

Com a questão da alforria transparece a questão da marginalidade do negro. A visão é a de que a população negra, escrava ou forra, poderia potencialmente, ameaçar a revolução dos colonos brancos, talvez até combatendo ao lado dos portugueses. Libertar os escravos para obter apoio e correr o risco de ficar sem mão-de-obra era, em síntese, o problema colocado por alguns conjurados (RESENDE, 1983, p. 46).

Após delinear os ideais que fundamentariam a construção do Estado desejado, e, algumas diretrizes que norteariam o governo, fazia-se necessário conhecer e demarcar estrategicamente o espaço das Minas que abrigaria a Nação independente. Como já sinalizado, este espaço, que comporia o território livre almejado pelos inconfidentes, correspondia, em um primeiro momento, à capitania das Minas Gerais, sendo que, sua configuração não era a mesma que temos hoje no estado.

No final do século XVIII e início do XIX, o território mineiro ocupava parte do norte do estado de São Paulo como o conhecemos atualmente e, não possuía a porção oeste – correspondente ao Triângulo Mineiro, que pertencia à Goiás (figura 4). Vale ressaltar que, as áreas localizadas nas porções norte e oeste do estado foram efetivamente ocupadas apenas em meados do século XIX.

Figura 4 - Capitânicas do Brasil no início do século XIX



Fonte: santarosadeviterbo.wordpress.com (ARAÚJO, 2014).

Em *Vila Rica*, Cláudio M. da Costa ao narrar e exaltar a fundação das Minas Geraes sinaliza em seu “Fundamento Histórico”, quais eram as principais vilas que compunham aquele território, bem como, sua localização exata, de que maneira foram ocupadas e quando deixaram de ser arraiais, tendo sido elevadas à condição de Vila.

As quatro Comarcas da Capitania das Minas Gerais se denominavam, Comarca do Rio das Mortes, Comarca de Sabará, Comarca de Vila Rica e Comarca do Serro Frio (figura 5). As principais vilas que as compunham, sendo consideradas as “cabeças” das Comarcas eram a Vila do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará, Caeté ou Vila Nova da Rainha, Vila de São João, Vila de São José e, Vila do Príncipe (COSTA, 1996).

Figura 5 - Comarcas de Minas Gerais em 1821



Fonte: www.acervos.ufsj.edu.br. Adaptações próprias (ARAÚJO, 2014).

Cláudio Manuel da Costa salienta a importância de levar ao conhecimento dos leitores tais informações históricas e geográficas e, mesmo não sendo sua intenção “[...] cansar ao Leitor [sic] com a multiplicidade dos nomes de tantos que têm a glória de descobridores [...]” (COSTA, 1996, p. 364, 1ª Edição, 1837), ressalta:

Persuadido o Autor desta obra de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos a instruir ao Leitor da notícia mais completa do descobrimento das Minas Gerais, da sua povoação e do aumento a que têm chegado os seus pequenos Arraiais, se resolveu a escrever esta preliinação [sic] histórica, em que protesta não pertender [sic] alterar a verdade a benefício de alguma paixão, e só regula pelo mais crítico e incontestável exame, que por si e por pessoas de conhecida inteligência e probidade pôde conseguir sobre fatos que eu ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista. (COSTA, 1996, p. 360, 1ª Edição, 1837).

A partir daí, o poeta inicia sua narrativa com fidedignidade de nomes, datas e características gerais do descobrimento das Minas. Nesse sentido, a obra literária cumpre um papel que vai além das potencialidades artísticas, revelando-se como um trabalho tradicionalmente tido como científico. Partindo das entradas feitas pelos primeiros paulistas nos sertões ainda inóspitos, durante o século XVII, Cláudio M. da Costa valoriza a empreitada por eles realizada, dizendo que “são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino” (COSTA, 1996, p. 360, 1ª Edição, 1837).

O poeta faz um apontamento daqueles que poderiam ser considerados os primeiros paulistas a ‘descobrir’ as Minas Gerais, responsáveis por levar ao conhecimento do Governador do Rio de Janeiro as primeiras amostras de ouro encontradas nas terras mineiras. Os nomes de “Carlos Pedroso da Silveira” e “Bartolomeu Bueno de Siqueira” aparecem como responsáveis por essa empreitada.

No Segundo Canto de seu poema épico, Cláudio Manuel narra a descoberta do ouro no “Córrego do Ouro Preto”, ocasião em que “Antônio Rodrigues Arzão”, da Vila de Taboaté, penetra os sertões com uma comitiva composta por mais de cinquenta homens. Após a morte de Arzão,

entretanto, “Carlos Pedroso Silveira” dá continuidade à empreitada e, estimula os

paulistas a armarem tropas, a prevenirem-se de alguma fábrica mais proporcionada ao uso de minerar, e a desampararem a Pátria, rompendo os matos gerais desde a grande Serra do Lobo, que divide a Capitania de São Paulo, até penetrarem o mais recôndito das Minas, menos já na conquista do Gentio, que na diligência do ouro (COSTA, 1996, p. 363, 1ª Edição, 1837).

Outro evento que ganha destaque no poema *Vila Rica* é por nós conhecido como a Guerra dos Emboabas em que, paulistas e portugueses (pejorativamente denominados “*buabas*” ou “*emboabas*”), enfrentaram-se pelo direito de exploração das jazidas recém descobertas. O autor descreve o conflito em seu “Fundamento Histórico” como sendo fruto da “soberba, da ambição e do orgulho” (COSTA, 1996, p. 369, 1ª Edição, 1837), que já dominavam àqueles que ali se instalaram.

O descobrimento das esmeraldas, narrado no Canto Oitavo do poema, refere-se à empreitada encabeçada por Fernão Dias Paes, levado ao sertão movido pelo mito do “*Sabarabuçu*”, serra em que haveria uma quantidade inimaginável de pedras preciosas. Cláudio M. da Costa transcreve no “Fundamento Histórico”, o poema de Diogo Grasson Tinoco, escrito em 1689, sobre a empresa de Fernão Dias, no intento de dar uma ideia do descobrimento das esmeraldas.

Diante da exposição dos detalhes que compunham a região das minas naquele período presente no poema *Vila Rica*, do interesse de Cláudio M. da Costa em relatar com clareza e precisão as características daquela terra e daqueles que a ocuparam, pode-se argumentar que havia intenção por parte do autor em demarcar, mapear e limitar o território das Minas Gerais que comporia a Nação independente almejada por ele e pelos demais inconfidentes.

Cláudio Manuel da Costa traz em seu “Fundamento Histórico” a localização exata de cada uma das Vilas fundadas nas quatro Comarcas da Capitania mineira, além de destacar aspectos naturais como a fertilidade ou infertilidade da terra, a abundância ou escassez de nascentes, rios, cursos d’água e, claro, a facilidade ou dificuldade em se encontrar ouro e metais preciosos. Vila do Carmo (hoje, Mariana) foi descrita pelo autor como sendo local de difícil acesso devido à

frialdade das águas, despenhadeiros e matos cerradíssimos [sic] que o cercavam (Ribeirão do Carmo) de ambas as margens, tanto, que só permitia trabalhar-se dentro dele quatro horas do dia, além da grande penúria dos mantimentos, que chegou a trinta, e quarenta oitavas o alqueire de milho, e o de feijão a oitenta oitavas, foi fácil desampararem os mineiros por algum tempo a sua Povoação [...] (COSTA, 1996, p. 364, 1ª Edição, 1837).

Traz ainda sua localização, distando-se “este Ribeirão até a barra do Rio Doce 16 té [sic] 18 léguas, e pela volta do Rio se compunham 30. Está situada em 20 graus e 21 minutos⁵¹” (COSTA, 1996, p. 364, 1ª Edição, 1837). Pode-se observar que a povoação da Vila do Carmo ocorreu no entorno do Ribeirão que leva o mesmo nome e, que a produção de víveres e a mineração no rio compunham o sustento dos habitantes.

A Vila Rica (atual Ouro Preto) é descrita como compreendendo “em si vários ribeiros e morros com diferentes denominações, como são Passadez, Bom Sucesso, Ouro Fino, ou Bueno etc.” (COSTA, 1996, p. 365, 1ª Edição, 1837), vê-se aí, a descrição da paisagem acidentada que compõe a região de Ouro Preto. Localidade esta, marcada pela abundância

⁵¹ Deve-se ressaltar aqui que a localização das vilas tal como apresentadas por Cláudio Manuel da Costa, não é compatível com a que temos hoje, uma vez que, o Meridiano de Greenwich foi estabelecido por George Biddell Airy em 1851 e, definido como um acordo internacional apenas em 1884.

de pedras preciosas, situando-se em “20 graus e 24 minutos ao poente” (COSTA, 1996, p. 365, 1ª Edição, 1837).

Sabará, juntamente com as duas vilas anteriormente citadas, foi elevada a essa condição em 1711, justamente por ter sido uma das primeiras ocupações efetivas em terras mineiras. Como salienta Cláudio M. da Costa, as primeiras entradas feitas pelos paulistas em busca de indígenas para serem escravizados e, posteriormente em busca de ouro, levou os desbravadores às margens do Rio das Velhas, fundado nessa região a vila de Sabará, localizada em “19 graus e 52 minutos” (COSTA, 1996, p. 365, 1ª Edição, 1837), e descoberta por volta de 1700, após seus fundadores terem

atravessado o dilatadíssimo [sic] sertão do Sabará-Bussu muito antes de qualquer outro das Minas, porque os primeiros conquistadores demandavam o Rio das Velhas, cujas dilatadas campinas eram mais povoadas dos Gentios e férteis de caça, e as primeiras diligencias do ouro e pedras se fizeram ao norte de São Paulo [...] (COSTA, 1996, p. 365, 1ª Edição, 1837).

Caeté ou Vila Nova da Rainha, localizada entre “Sabará e o Arraial de Santa Bárbara [...] Está situada em 19 graus e 55 minutos” (COSTA, 1996, p. 365-366 – 1ª Edição, 1837), tendo sido elevada à categoria de vila em 1714. A Vila de “São João está em 21 graus e 20 minutos; São José em 21 e 5” (COSTA, 1996, p. 366, 1ª Edição, 1837), ambas localizadas nas proximidades do Rio das Mortes e na Comarca que leva o mesmo nome.

Por fim, a última vila descrita no poema é àquela denominada Vila do Príncipe, “situada em 18 graus e 23 minutos” (COSTA, 1996, p. 366, 1ª Edição, 1837), na Comarca do Serro Frio, assim batizada devido à descoberta de Antônio Soares, que, ao atravessar os sertões ao norte de São Paulo

descobriu o grande Serro vulgarmente chamado o do Frio, que na língua gentílica era tratado por *Hivituraí*, por ser combatido de frigidísimos [sic] ventos, todo penhascoso [sic] e intratável (COSTA, 1996, p. 366, 1ª Edição, 1837).

As riquezas encontradas em abundância nessas terras também foram descritas e valorizadas no poema. Cláudio Manuel da Costa salienta que “as grandes preciosidades deste continente em ouro, diamantes e todo o gênero de pedras estimáveis são bem conhecidas por toda a Europa: nele se estabeleceu o Real Contrato Diamantino⁵², que tem devido aos Senhores Reis de Portugal a maior vigilância e zelo” (COSTA, 1996, p. 366, 1ª Edição, 1837).

Diante dos escritos do autor no “Fundamento Histórico” de seu poema *Vila Rica*, vimos, portanto, o mapeamento do território mineiro, correspondente à região da mineração em desenvolvimento no século XVIII. Mostrava-se uma tarefa de fundamental importância descrever, expor e valorizar diante de seus leitores, as terras que seriam o berço da Nação independente.

Vale ressaltar que, as vilas citadas por Cláudio M. da Costa são apenas uma parte do território almejado para compor a República. Elas

⁵²O **Distrito Diamantino** foi oficialmente constituído em 1734, quando a Coroa enviou para o arraial do Tejuco: Martinho de Mendonça Pina e Proença e Rafael Pires Pardiniho, a fim de organizar a extração das pedras. Pelo sistema o arraial do Tejuco era a sede da demarcação que tinha seus limites nos arraiais de Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, o que poderia ser modificado com a descoberta de novas áreas de extração. Administrativamente o distrito continuou depende da Câmara e da Ouvidoria da Vila do Príncipe e Rafael Pires Pardiniho foi nomeado o primeiro intendente dos diamantes. Como os preços internacionais do diamante foram afetados pela exploração livre que inicialmente ocorreu na região, a partir de 1729, a extração só foi reaberta em 1739 quando os preços se normalizaram. A partir desse ano, a mineração das pedras passou a funcionar sobre o sistema de contratos onde particulares arrematavam a extração por quatro anos. Ver: RODRIGUES, Carmem Marques. "**Distrito Diamantino**". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/biblioatlas/Distrito_Diamantino. Data de acesso: 23 de setembro de 2013.

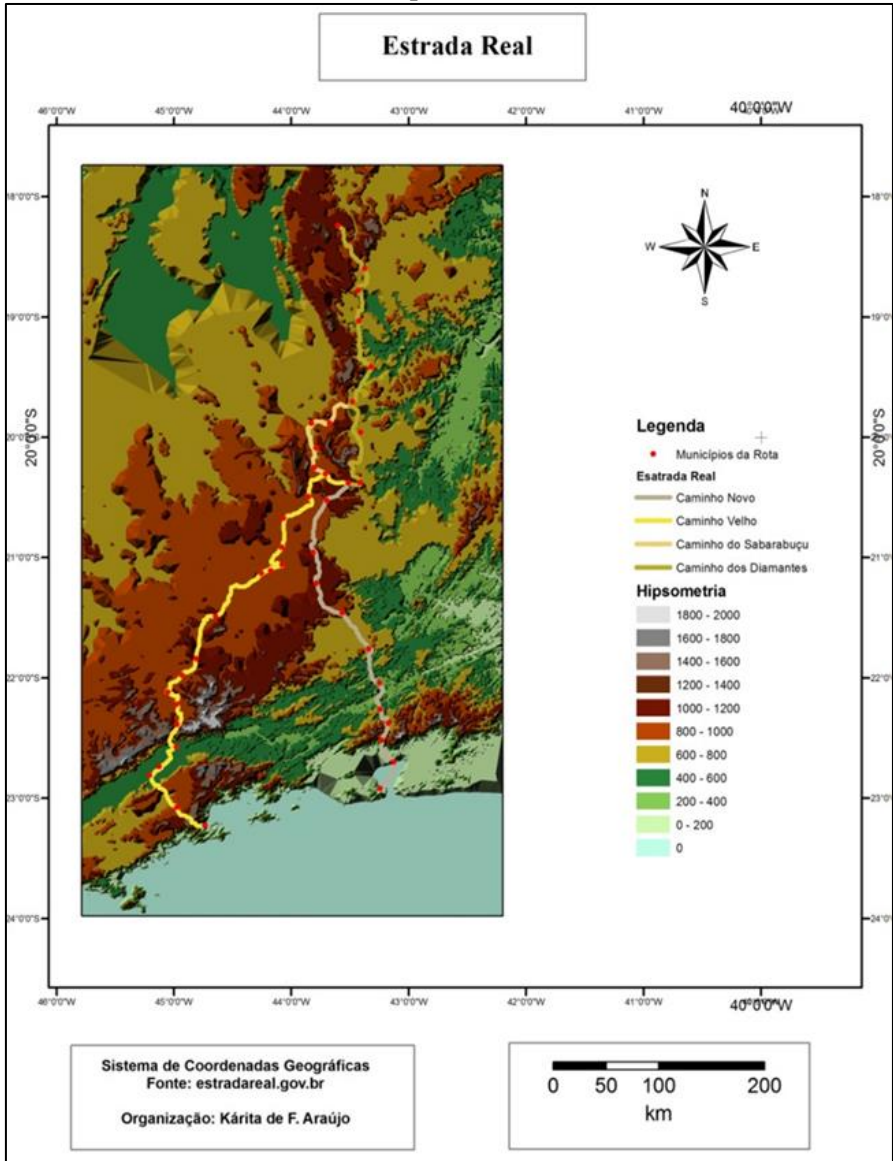
representam localidades descobertas há mais tempo tendo sido elevadas a vilas, devido sua posição estratégica dentro dos caminhos pela busca de pedras preciosas, juntamente com o considerável contingente populacional que nessas localidades se fixou. Havia ainda um grande número de arraiais e povoações de menor porte, que juntos, constituíam a região mineradora.

É interessante frisar que os caminhos percorridos pelos viajantes e desbravadores e, que foram posteriormente utilizados para escoar as pedras preciosas extraídas, em direção aos portos no litoral da colônia com destino à Europa, acabaram por criar novos pontos de paragem que se tornariam arraiais e vilas. Essas localidades desenvolveram ainda atividades como agricultura e pecuária que davam suporte à extração do ouro na região. As vilas previamente citadas, que aparecem no poema de Cláudio M. da Costa, compõem juntamente com outras localidades como Pitangui, Serro, Diamantina e Minas Novas, núcleos hierarquizados que se tornam redes estruturadas, características tipicamente urbanas precocemente observadas na região mineradora dos séculos XVII e XVIII (PAULA, 2000).

Vê-se claramente que tal “rede urbana” se organizou e se desenvolveu formando os caminhos do que foi sendo denominado ao longo da história, como *Estradas Reais*. As ‘estradas do ouro’ compunham-se, basicamente, de quatro caminhos distintos que durante o ciclo do ouro serviram de passagem para escoar a produção aurífera, bem como, para levar mantimentos e bens manufaturados aos povoados. Os caminhos denominam-se: Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho do Sabarabuçu e Caminho dos Diamantes, como se pode observar no mapa 1, identificado na página seguinte.

O Caminho Velho foi o primeiro utilizado e mais antigo dentre os demais, tendo sido oficialmente aberto pela Coroa Portuguesa ainda no século XVII, já tendo sido, no entanto, utilizado para se atingir o interior da capitania. Originando-se no litoral paulista, mais precisamente em Paraty, o Caminho Velho atravessava municípios como Tiradentes, São João Del Rei, São Lourenço e Passa Quatro, em direção à região mais central da capitania mineira, findando-se em Ouro Preto.

Mapa 1 - Estrada Real



Fonte: Elaboração própria (ARAÚJO, 2013).

Ao observar o mapa 1, pode-se perceber que o *Caminho Velho* trilhado pelos viajantes e utilizado para escoar a produção, era o mais longo, uma vez que, a duração da travessia de São Paulo a Ouro Preto ou a região do rio das Velhas era cerca de 74 dias de viagem (COSTA, 2005). Além disso, por ele se percorria áreas de maior altitude (entre 1000m e 1400m), o que dificultava o transporte das pedras e das mercadorias. Ademais, após a abertura do porto no Rio de Janeiro, tornou-se inviável o transporte pelo mar entre Paraty e Rio, surgindo a necessidade de utilização de um novo caminho.

Assim surgiu o *Caminho Novo*, que teve sua abertura autorizada pela Coroa Portuguesa no final do século XVII, sendo concluído já no início do século seguinte, por volta de 1707 (CARVALHO, 2011). Esse caminho, como uma alternativa mais viável ao primeiro, levava cerca de doze dias para ser percorrido (COSTA, 2005) e, boa parte da rota passava por áreas de menor altitude, entre 200m e 800m, como se pode observar no mapa.

Deve-se destacar que, ao contrário do *Caminho Velho* – que em um primeiro momento teve um papel de abertura das frentes expansionistas de desbravamento do sertão – o *Caminho Novo* já foi construído para exercer fundamentalmente o papel de “corredor de exportação”, responsável por escoar a maciça produção da região das minas de ouro.

Cabe ressaltar aqui, que Cláudio Manuel da Costa, percorreu o *Caminho Novo* durante sua viagem de volta de Lisboa, em direção à Vila Rica, no ano de 1754, tempos depois de o caminho já ter sido inaugurado, o que não diminuía a dificuldade da viagem. Tendo partido o poeta, durante o verão – a estação das chuvas naquela região, o caminho que saía do Rio de Janeiro, transformava-se em um verdadeiro pântano, tendo poucos trechos carroçáveis e sendo feito, em sua grande parte, a pé, em meio aos lamaçais. Na ocasião, o poeta que já se encontrava relutante em retornar ao Brasil, ao deparar-se com tal situação, ponderou: “Não são estas as venturosas praias da Arcádia...” (ALCIDES, 2003, p. 111).

Há ainda dois outros caminhos que compõem a *Estrada Real* e devem ser destacados. Um deles é o *Caminho do Sabarabuçu*, que liga o

Caminho Velho ao dos *Diamantes* por um pequeno trecho que sai da região de Ouro Preto, com destino ao município de Caeté. O *Caminho do Sabarabuçu* leva o mesmo nome da serra lendária que motivou diversas expedições à região, inclusive a mais conhecida delas, liderada por Fernão Dias.

Por último, há o *Caminho dos Diamantes*, localizado mais ao norte da capitania mineira, ligando o município de Diamantina à Ouro Preto. O trajeto passa por municípios como Bom Jesus do Amparo, Santa Bárbara e Mariana. Este *Caminho* começou a ser utilizado em meados da década de 30 do século XVIII, com a descoberta e extração de diamantes naquela região. O chamado “distrito dos diamantes” teve sua primeira delimitação feita em 1737 e foi sucessivamente ampliado em função da descoberta de novas jazidas (FONSECA, 2011).

Os mais de 1500 km que com a união desses quatro caminhos compõe a *Estrada Real*, estendendo-se desde o sul da então capitania de Minas Gerais até o interior do estado, atravessam ainda as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, passando por municípios como Lorena e Guarantiguetá em São Paulo e, Itaipava e Petrópolis no Rio de Janeiro.

Esses caminhos, hoje definidos com certa facilidade, foram sendo traçados ao longo dos anos de acordo com as expedições realizadas e a descoberta de novas jazidas. Abreu (1989) salienta que “os primeiros descobertos lavraram-se em águas do rio Doce, do rio das Velhas, mais tarde, do rio das Mortes e do Jequitinhonha” (ABREU, 1989, p. 45). A bacia do rio Doce, por exemplo, abrange municípios como Ouro Preto e Mariana, enquanto que, o rio das Velhas tem suas nascentes localizadas também em Ouro Preto, passando ainda por Sabará, outro município de importância durante o ciclo do ouro.

O rio das Mortes também perpassa por localidades de relevância da época, tais como, São João Del-Rei, Tiradentes e Barbacena. O rio Jequitinhonha, por sua vez, localizado mais ao norte do estado de Minas Gerais, tem suas nascentes próximas à Diamantina e Serro. Como se vê, os quatro rios mencionados atravessam ou situam-se próximos aos municípios que, no século XVIII, compunham o cenário da exploração do ouro. Como afirmado por Abreu (1989), o rio Jequitinhonha foi,

juntamente com o rio das Mortes, os últimos a serem alcançados, visto que, as bandeiras partiam do sul em direção ao norte da capitania.

Portanto, os caminhos traçados pelos viajantes e exploradores ‘coincidiram’, muitas vezes, com o próprio curso dos rios, já que, os mesmos acabaram por levar até a região central do estado onde foi encontrada maior abundância de pedras preciosas. Ademais, rios como o Doce e o das Mortes – que nascem na Serra da Mantiqueira, estão localizados em áreas onde foram descobertas diversas jazidas de importância para o período.

Os caminhos da *Estrada Real*, entretanto, não se compunham apenas das vilas e arraiais das Minas Gerais que vinham prosperando graças ao ouro descoberto. A capitania de São Paulo, segundo Abreu (1989), já possuía grande número de vilas anteriores a 1680, tais como, Moji das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiá e Sorocaba. Cada vila, por sua vez, possuía a função de direcionar os viajantes para partes específicas do território, “as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiá apontava para Goiás, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba” (ABREU, 1989, p. 45).

Como se pode observar, o trajeto que compunha a *Estrada Real*, bem como seus arredores, unia em um ‘mesmo’ território três capitanias de grande relevância para a época. Apesar de a extração do ouro e das pedras preciosas ocorrerem nas Minas Gerais, era imprescindível que a produção atravessasse uma das outras duas capitanias em direção ao oceano. Portanto, a ligação entre essas três capitanias era fundamental para que a produção aurífera mineira continuasse a ser escoada em direção à Europa.

Com isso, pensar em um território independente do domínio português seria considerar uma área de abrangência que se estendesse também a São Paulo e Rio de Janeiro. Os inconfidentes, em suas tentativas de firmar acordos com agentes políticos e pessoas influentes nessas duas capitanias, certamente pressupunham que as três capitanias, juntas,

formariam uma Nação forte que seria capaz de se firmar e se sustentar independentemente da Coroa portuguesa.

Vale lembrar que, de nada adianta um território com a extensão que se tinha na capitania mineira se, não houvesse ocupações e povoamentos que o solidificasse. A criação das vilas que ocorreu com maior intensidade na primeira metade do século XVIII, foi fundamental como salienta Fonseca (2011), para definir a hierarquia urbana mineira. Assim, com uma “rede urbana” minimamente estruturada, tornaria mais fácil garantir a unidade do território que contemplava o projeto de independência dos inconfidentes.

Cabe ressaltar que, se em um primeiro momento – o da ocupação dos sertões mineiros iniciado no século anterior – o intenso deslocamento de pessoas que se mobilizaram nessa empreitada era vantajoso, uma vez que permitiu a descoberta de novas jazidas, posteriormente, tornou-se uma necessidade da Coroa portuguesa garantir que os viajantes se fixassem para facilitar a cobrança dos impostos e a vigilância sobre a circulação do ouro descoberto e explorado (FONSECA, 2011).

Ademais, a criação das vilas na segunda metade do século XVIII, esteve ligada a fatores como “necessidade de justiças” (FONSECA, 2011), ou seja, a reivindicação da população dos arraiais em ter nas proximidades, juízes e tabeliães, para evitar longas viagens até as vilas. As fundações também estavam relacionadas às políticas governamentais que pretendiam expandir os limites da Capitania de Minas Gerais.

A preocupação com as fronteiras, principalmente as de São Paulo e Goiás, fez com que vilas fossem criadas como “uma estratégia de legitimação da posse dos espaços periféricos, que foi posta em prática pelos dirigentes de Minas Gerais” (FONSECA, 2011, p. 194).

Portanto, a mineração foi decisiva para estruturar os limites e a “rede urbana” da capitania mineira, tendo sido a atividade mineradora o alicerce da economia e a responsável por definir os contornos daquele espaço antes inexplorado. Desde o povoamento inicial, que partia dos centros mineradores para as zonas circunvizinhas, caracterizado como “centrífugo” (FONSECA, 2011, p. 66), até meados do século XIX, com a criação de novas vilas em outras regiões da capitania, a mineração – ou a

sua decadência, suscitando o fortalecimento de atividades como agricultura e pecuária, que tinham papel secundário – foi essencial para a evolução da malha territorial e urbana mineira.

A IDENTIDADE NACIONAL PRESENTE NO MOVIMENTO PELA INCONFIDÊNCIA: O CONTEXTO DAS OBRAS LITERÁRIAS E A QUESTÃO DA “MINEIRIDADE”

Tendo visto o modelo de Estado proposto pelos inconfidentes, bem como o território que comporia a Nação independente, faz-se necessário compreender agora, de que maneira a identidade nacional, enquanto “sentimento de cultura partilhada” (ROVISCO, 1990, p. 01), esteve presente no movimento pela Inconfidência. Para tal, partiremos do pressuposto assinalado por Hobsbawm (1990), que teve como base os estudos de Hroch⁵³ e, que afirma que: “a ‘consciência nacional’ se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país” (HOBSBAWM, 1990, p. 21).

Considerando que o Brasil – colônia ainda se encontrava, no século XVIII, distante do que se poderia considerar uma Nação, o apontamento de Hobsbawm (1990) nos serve para ponderar sobre a ‘consciência nacional’ ou a identidade comum aos membros de uma Nação. Esse sentimento desenvolveu-se particularmente no grupo dos poetas setecentistas e demais sujeitos envolvidos no movimento, porém, não se expressou em todos os grupos que compunham a sociedade colonial naquele período.

Sendo assim, há que se verificar quais elementos compunham o estereótipo de Nação almejado pelos inconfidentes, elementos esses que promoveriam a “homogeneidade cultural” no interior do território. A busca por essas informações deve, portanto, perpassar pelas obras literárias produzidas pelos poetas inconfidentes e, escolhidas para compor a discussão deste livro.

⁵³Miroslav Hroch, historiador e teórico político na Universidade Charles, em Praga.

Um dos elementos presentes na obra de Cláudio Manuel da Costa, *Vila Rica*, que pode ser considerado uma tentativa de delinear o que de fato era necessário para compor o sentimento nacional comum que vinha sendo construído nos ideais inconfidentes, é a exaltação do bandeirantismo, e a busca por um elemento que marcasse a identidade desejada.

Discorrendo por entre a grande extensão destas quatro Comarcas, apenas se achará rio, córrego ou serra que não devesse aos Paulistas o descobrimento das suas faisqueiras, e estes são os serviços com que se têm acreditado, além de muitos outros, os naturais da Cidade de São Paulo. (COSTA, 1996, p. 366, 1ª Edição, 1837).

Cláudio M. da Costa, em seu “Fundamento Histórico”, traz a passagem acima citada no intuito de atribuir aos bandeirantes paulistas as mais diversas descobertas feitas em terras mineiras. Ressalta, em outro trecho, a façanha de Fernão Dias, D. Rodrigo e Manuel de Borba Gato, dizendo que “foram eles os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco, e povoaram e encheram de gados as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo de Minas Gerais” (COSTA, 1996, p. 368, 1ª Edição, 1837).

Os feitos paulistas têm aparições recorrentes em *Vila Rica*, as expedições por eles organizadas, em um primeiro momento buscando indígenas a serem escravizados – em que os desbravadores enfrentaram os gentios com braveza – são relatadas na obra:

Conta Camargo, que o vizinho monte
Subira com os seus, e que de ponte
Um madeiro, que o tempo derribara,
Lhe servira, e por ele além passara,

Que desde ali por entre as brenhas via
Uma pequena Aldeia, a quem fazia
Baixa e comprida choça a cobertura
Aos queimados Tapuias: desde a altura
Do monte disparou por meter medo
Um tiro de espingarda; nenhum quedo
Se deixa então ficar: todos se apressam,
Fogem, nem mais às flechas se arremessam.
(COSTA, 1996, p. 380, 1ª Edição, 1837).

O enfrentamento com os indígenas foi certamente, inevitável e, a violência desses encontros gerava temores em ambos os lados. Tanto para os paulistas,

Eu também discorrera de outra Serra
O mesmo que Faria, aonde a guerra
De feroz Botecudo inda me assusta,
Mas pouco à conjectura se me ajusta
Toda a confrontação (disse Camargo).
(COSTA, 1996, p. 388, 1ª Edição, 1837).

Como, para os gentios:

[...] Assaltastes de noite a nossa gente,
E mortos os mais destros na peleja,

Fosse rigor do céu, ou fosse inveja
Da Fortuna, eu, que a Aldeia governava,
Passei com minha filha a ser escrava.
(COSTA, 1996, p. 383, 1ª Edição, 1837).

A devoção dos paulistas às expedições cresceu após a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Motivados pelos incentivos vindos da Coroa Portuguesa, os viajantes passaram a deixar de lado a captura dos gentios e começaram a buscar, com afinco, os metais preciosos que despertavam o interesse de todos.

Levados do fervor que o peito encerra
Vês os Paulistas, animosa gente,
Que ao Rei procuram do metal luzente
Co'as [sic] próprias mãos enriquecer o Erário⁵⁴.
(COSTA, 1996, p. 408, 1ª Edição, 1837).

Cláudio Manuel da Costa não deixa de exaltar a bravura e a disposição dos paulistas em buscar no sertão os metais preciosos que eram visados tanto por eles, quanto pela própria Coroa.

Os claros feitos do seu grande Gama,
Dos meus Paulistas louvarei a fama.
Eles a fome a sede vão sofrendo,
Rotos e nus os corpos vêm trazendo;
Na enfermidade a cura lhes falece,

⁵⁴ Termo que indica genericamente as finanças do Estado.

Em seu zelo outro espírito não obra

Mais que o amor do seu Rei: isto lhes sobra.

(COSTA, 1996, p. 408, 1ª Edição, 1837).

Vale ressaltar que as expedições foram – *a priori*– organizadas e financiadas pelos próprios desbravadores, uma vez que a Coroa, desconhecendo as riquezas existentes nas Minas Gerais e não dispendo de recursos, não pôde fazê-lo. Fonseca (2011) salienta que o povoamento das Minas Gerais ocorreu de maneira “espontânea”, já que, a ocupação da região foi mais consequência da iniciativa de particulares, do que devido a uma política de colonização e urbanização guiada pela metrópole. Entretanto, deve-se reforçar que, não tardou para que o Estado se impusesse sobre a região, fazendo com que os povoados e arraiais se desenvolvessem segundo aos interesses da metrópole.

Ainda no que diz respeito ao bandeirantismo e à maneira como ele é abordado em *Vila Rica*, cabe destacar que apesar das sucessivas referências às expedições paulistas, Cláudio M. da Costa procura salientar – ainda que não o faça tão intensamente quanto Alvarenga Peixoto em seu *Canto Genetliaco* – que os portugueses também tiveram seu quinhão na ocupação dos sertões mineiros. Afinal, como descreve o próprio poeta, eles também organizaram expedições, movidos pela “ambição” e, foram em busca do “rico metal da terra fria”, deixando para trás as lembranças de Portugal, “a Penha, a Ninfa e o Ribeiro”.

A margem deste rio povoada

Vejo da portuguesa gente amada,

Toda entregue à solícita porfia,

Com que o rico metal da terra fria

Vai buscar a ambição: vejo de um lado

Erguer-se uma Cidade, e situado

Junto ao monte, que um vale aos pés estende,

Vejo um povo também: tudo surpreende,

Tudo encanta a minha alma, estou detido
No fantástico objeto. Eis que um gemido
Arranca desde o seio o mostro escuro,
E diz: “Entre as imagens do futuro
Talvez te espera... mas...” e nisto em nada
Se torna toda a máquina ideada
Desfez-se a Penha, a Ninfa e o Ribeiro,
Solto dos olhos o sopor grosseiro.

(COSTA, 1996, p. 366-367, 1ª Edição, 1837).

Fosse exaltando os bandeirantes paulistas, ou elogiando a empreitada dos portugueses, Cláudio M. da Costa procurava construir em sua obra uma inter-relação entre as figuras importantes no processo de desbravamento e ocupação das Minas Gerais, sinalizando, possivelmente, qual “povo” deveria compor a Nação por ele e, por seus companheiros, almejada. Portanto, ao enaltecer a bravura e o caráter expansionista de paulistas e portugueses, Cláudio M. da Costa aponta o ‘tipo nacional’ necessário para alavancar a pátria independente.

A discussão em torno do ‘tipo nacional’ é posterior ao século XVIII, período em que vivia o autor. As obras literárias que caracterizaram o chamado *Romantismo* tiveram, no século XIX, extrema importância ao incutir na população a identidade almejada, garantido assim, a unidade nacional.

O movimento romântico tem suas raízes na Alemanha do século XVIII, com o chamado “*Sturm und Drang*”, de 1770, que traz para a discussão o conceito de “espírito nacional” ou “caráter nacional”. Na tentativa de justificar a unidade alemã através da história, os românticos passaram a criar a ideia de Nação, por meio do *mito* (VELLOSO, 1983).

A construção de um “tipo nacional” ideal foi uma discussão que encontrou maior expressão praticamente um século após os apontamentos feitos por Cláudio Manuel da Costa e pelos demais poetas inconfidentes em suas obras. A busca pelo “Brasil original”, assim chamada por Cassiano Ricardo⁵⁵, só seria possível quando os imperativos históricos, geográficos e psicológicos que singularizam a Nação, emergissem.

Ainda no século XIX, durante a incessante busca por uma referência que definisse o caráter da nacionalidade brasileira, o indígena passa a ser visto pelos românticos como o representante autêntico da Nação e, a busca pela “originalidade brasileira” volta seus olhares para este símbolo recém ‘descoberto’. Isso se deveu principalmente ao fato de o Romantismo valorizar as teorias da bondade natural do homem, tendo sido o indígena apresentado como o “bom selvagem”. Velloso (1983) salienta que:

O símbolo tupi [...] constituiria a célula-mater da nacionalidade. Com o tempo, o totem evoluiria progressivamente para o clã, tribo e Nação. Dentro desta perspectiva, o Estado passa a ser concebido como o resultado natural de uma evolução que aponta para um “caminhar uniforme”, cuja direção já está determinada pelas origens (VELLOSO, 1983, p. 58).

Nesse sentido, obras como “O Guarani” e “Iracema” de José de Alencar tornaram-se verdadeiros símbolos para o período – que perdurou até o final do século XIX. Posteriormente, o indígena volta a ser valorizado durante o *Modernismo*, já na década de 1920.

⁵⁵ Cassiano Ricardo foi um jornalista, poeta e ensaísta brasileiro, representante do modernismo e de tendências nacionalistas. Esteve associado aos grupos Verde-Amarelo e da Anta, tendo sido ainda, o fundador do grupo da Bandeira. Sobre o intelectual, ver: VELLOSO, M. P. **O Mito da Originalidade Brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)** (Dissertação de Mestrado em Filosofia) Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1983.

A contínua busca pela brasilidade passa então, a ser condição da existência dos sujeitos, instituindo laços comuns com a própria Nação. Diante disso, e tendo em mente a necessidade de se construir uma nova imagem para o Brasil, surge um discurso nacionalista – sustentado por movimentos como ‘*os verde-amarelos*’ – que pretende “elevar o moral da Nação”.

Como se vê, diferentemente de Cláudio Manuel da Costa, há nos textos de Cassiano Ricardo, José de Alencar e de outros intelectuais do final do século XIX e início do século XX, uma valorização do indígena enquanto responsável, juntamente com o português, por impulsionar “o movimento bandeirante em direção ao Oeste [...] pelos laços sanguíneos e sentimentais, a nova raça estaria preparada para realizar o destino nacional, efetuando a integração racial e territorial” (VELLOSO, 1983, p. 58).

Assim como demonstrado anteriormente, o poeta setecentista valorizava o bandeirantismo e a disposição dos desbravadores em explorar o sertão, entretanto, esse papel cabia aos paulistas e portugueses, sendo que o indígena, sempre aparecia como o escravizado e dominado. Há, portanto, a rejeição do ‘homem local’ e exaltação dos que vêm de ‘fora’. Essa posição do autor pode ser percebida no momento em que Cláudio M. da Costa, ao falar de duas escravas aprisionadas, Aurora e sua mãe, remete, simultaneamente às ninfas europeias, dizendo: “Uma Ninfa na areia as porções de ouro, com que esmalta o cabelo e o torna louro” (COSTA, 1996, p. 386, 1ª Edição, 1837).

Ademais, verifica-se uma sobreposição entre a escrava – elemento que representa as Minas Gerais e, a ninfa loura, responsável por representar as musas europeias cantadas pelo poeta. Muzzi (1996) ressalta que, “a imagem recorrente da ninfa que, apropriando-se de um gesto característico das escravas das Minas, empoa os cabelos com ouro em pó para torná-los louros, é a **alegoria do lugar ambíguo de onde fala o poeta**” (MUZZI, 1996, p. 349).

Nesse trecho, portanto, o indígena é de certa forma, europeizado ao ser descrito pelo poeta como possuindo cabelos louros. A ‘índia loura’ se torna uma figura mítica que, apesar de não ser vista por Cláudio M. da

Costa como o símbolo da Nação – assim como ocorreu séculos mais tarde com o chamado “elemento-tupi” – acaba ganhando destaque no poema por remeter características europeias, extremamente valorizadas por Cláudio na maioria de suas obras.

É possível estabelecer certa relação entre a forma como Cláudio M. da Costa descreve sua índia com características europeias, e Gonçalves Dias, poeta da primeira geração romântica do século XIX, que transforma o índio de “I-Juca Pirama” em um herói europeizado. Assim sendo, o poeta das Minas Gerais dos setecentos, acaba por antecipar uma caracterização do indígena que virá a ser valorizada apenas um século mais tarde, durante o Romantismo.

Cláudio Manuel da Costa, portanto, ao valorizar o bandeirantismo, elogiar o homem branco expedicionário e rejeitar o indígena, acaba por delinear em sua obra, o povo que deveria compor a Nação por ele, e por seus companheiros, almejada. Como já dito, a necessidade de se criar um ‘tipo nacional’ – que represente as características desejadas para compor a identidade de um povo – aparece apenas com o movimento romântico do século XIX, tendo o autor, novamente, antecipado um dos princípios do próprio Romantismo.

Ademais, além de anteceder um “tipo nacional”, delineando assim a identidade do povo que viria a constituir a Nação independente, Cláudio Manuel da Costa trata as bandeiras como base da constituição desse território, em que, explorar, ocupar e descobrir riquezas nas terras mineiras era de fundamental importância para constituir e unificar aquele espaço, originando um território independente. Assim, o bandeirantismo é descrito em *Vila Rica* como um sonho a ser perseguido, uma meta a ser alcançada – alimentada pela esperança de sucesso nas empreitadas.

O sonho muitas vezes repetido,

Desde que tenho a idéia [sic] concebido

De entrar para estas Minas, me figura

Um mistério na sombra e na pintura.

Vós que por tantas vezes discorrido
Tendes estes Sertões, tereis ouvido
O nome de Itamonte; esta lembrança,
Este sinal só tenho de esperança;
Talvez tomando o cume desta Serra,
Acharemos um dia o Rio, a Terra,
A Ninfa e os mais portentos, donde tome,
Dos tesouros que espero, a Vila, o nome.
(COSTA, 1996, p. 387, 1ª Edição, 1837).

Novamente, o poeta antecipa temas que permeiam as discussões acerca do Estado nacional e da formação da identidade do povo brasileiro, que se deram apenas no início do século XX. Velloso (1983) salienta que, na obra *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, “é o espírito bandeirante que determina o desenvolvimento da história brasileira” (VELLOSO, 1983, p. 115).

Desta feita, Cassiano Ricardo, ao descrever o episódio da Bandeira, acaba por reforçar o mito – antecipado por Claudio Manuel, das origens do Estado nacional, buscando a originalidade da Nação brasileira em sua própria origem, ou seja, nos movimentos expansionistas e no bandeirantismo que se fez presente em diversos momentos da história do país – fosse nas expedições bandeirantes dos séculos XVII e XVIII, ou, nas políticas getulistas de ocupação do interior brasileiro, na década de 1930.

A busca pela compreensão das origens da identidade do povo brasileiro sempre permeou as discussões entre os intelectuais de nossa sociedade. Arruda (1990) salienta que, segundo algumas concepções – como a do sociólogo Fernando Henrique Cardoso – pode-se caracterizar o pensamento político brasileiro do século XX, segundo duas tendências – uma que privilegia o Estado enquanto irradiador da nação e, outra que separa a sociedade em classes, estamentos, categorias, etc. Dentro da

primeira tendência, costuma-se discutir a questão da identidade nacional e da construção do Estado.

No sentido de compreender de que maneira ocorreu a formação nacional brasileira, Maria Arminda do Nascimento Arruda, busca nas origens do povo mineiro o suporte para sustentar seu trabalho. Para ela, a originalidade intrínseca ao mineiro resulta da junção de componentes arranjados entre si ao longo da história, de modo que, a identidade é concebida “enquanto síntese de traços sociais produzidos na realidade e incorporados por agentes determinados” (ARRUDA, 1990, p. 27).

Assim, ao trabalhar a identidade regional do povo mineiro a autora busca desvendar as elaborações produzidas por sujeitos sociais em momentos da história. A relação entre mineiridade e identidade cultural ocorre de diversas maneiras, capazes de definir um perfil para os mineiros, marcado por mesclas entre o caráter pacato, a altivez e a sensibilidade para a política. Tais características podem ser verificadas especialmente nas obras literárias dos mineiros – como salienta a autora, já que, “a maior originalidade mineira está na literatura” (ARRUDA, 1990, p. 30).

Dentre os literatos, destacam-se Guimarães Rosa e os poetas inconfidentes aqui abordados, Cláudio M. da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás A. Gonzaga. Para a autora, a “boa literatura” produzida em terras mineiras se deve ao gosto do mineiro pela cultura (ARRUDA, 1990) – outro traço característico apontado que vem sendo construído desde as primeiras ocupações em terras mineiras, observada também pelos viajantes do século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire.

Aliando o gosto cultural “natural” dos mineiros à oportunidade que tiveram os poetas dos setecentos em desenvolver, na Europa, sua intelectualidade, somado ainda ao já mencionado interesse pela política e desejo de liberdade, não surpreende segundo Arruda (1990), que Minas Gerais tenha alcançado mérito de ser o berço dos ideais de liberdade da nação brasileira. Tendo tido, ainda, a literatura como o movimento que embalou a cultura e ofereceu alicerces para que se lutasse pela liberdade de Minas e de todo o Brasil. Diante da importância dos poetas inconfidentes, Cândido (2010), afirma que o Brasil apenas se tornou uma pátria, por ter sido antes uma Arcádia.

Tendo, portanto, os intelectuais mineiros dos setecentos, convivido com a cultura, a literatura e ideais que remetiam à democracia e à liberdade do povo, torna-se mais fácil compreender porque a Inconfidência Mineira, moldada e executada pelos intelectuais da região das minas, naquele período, é considerada por muitos como a primeira amostra do surgimento do *povo brasileiro* (TORRES, 1944).

Essa ideia é reforçada pela própria necessidade de se forjar um *herói* que represente o *povo brasileiro*, escolhido não por acaso, dentre os inconfidentes. Como já discutido anteriormente, Tiradentes é elevado a *herói* e se consagra como *representante* da nação brasileira no período Republicano. E, é justamente a necessidade de forjar uma identidade republicana para o *povo brasileiro* que coloca o mártir da Inconfidência em um pedestal “alcançado” por todos, visto que, ele é um símbolo ambíguo e multifacetado (CARVALHO, 1990, p. 141).

Desse modo, a manifestação do “espírito mineiro” e suas peculiaridades durante o movimento inconfidente, revelaram ideais libertários que foram além da construção política e social existente na época e, sendo assim, Arruda (1990), reforça que “a identidade de Minas começou a ser gerada a partir da experiência de uma derrota, e, pois, dentre os elementos mais significativos da construção imaginária está o ideário da Inconfidência” (ARRUDA, 1990, p. 89).

À parte o ufanismo da autora em relação aos valores da mineiridade, há de se levar em conta a força da construção da identidade para o país. A literatura desenvolvida pelos inconfidentes teve, sem dúvida, o mérito de ser um elemento original na construção de um discurso literário propriamente brasileiro, conforme destacado por Cândido.

MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII: A IDENTIDADE NACIONAL E A FORMAÇÃO TERRITORIAL SOB O OLHAR DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Dentre os elementos que auxiliam a compor a ligação entre a identidade que vinha sendo construída pelos poetas inconfidentes e, a

própria formação territorial, há um em particular que já tendo sido apontado anteriormente, deve ser retomado devido sua importância na construção da territorialidade do espaço brasileiro. A temática que retomaremos, diz respeito ao desbravamento do sertão ou do grande interior. Como já salientado, a capitania de Minas Gerais era, até a descoberta das primeiras jazidas, uma vastidão de terras inexploradas e ocupadas, quando muito, por indígenas e por negros fugidos das fazendas. Situação que se modificou intensamente após as investidas feitas pelos viajantes e desbravadores, em busca de metais preciosos. Sobre isso, Fonseca (2011), ressalta que:

O topônimo “sertão dos Cataguases” constitui o único vestígio de sua presença que se manteve vivo após a chegada dos colonos, tendo sido utilizado durante a primeira década do século XVIII para designar as vastas extensões de terras (em grande parte auríferas) situadas ao norte da serra da Mantiqueira (FONSECA, 2011, p. 62).

Essa caracterização feita pela autora – e apropriada por ela de demais obras⁵⁶ sobre o assunto – configura um viés da análise sobre o “sertão”, havendo, entretanto, demais olhares possíveis para defini-lo. Diferentemente de caracterizá-lo considerando sua vastidão e desocupação – especialmente conferida por sua composição natural, que dificulta acessos e define caminhos específicos, ou ainda, descrevê-lo segundo a ocupação que lhe foi conferida e, a ação humana que ocorreu sobre ele – o que possivelmente o fez perder sua característica original, de isolamento, integrando-o a outros espaços, Moraes (2009), destaca que,

[...] não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades

⁵⁶ Sobre o “sertão dos Cataguases”: VASCONCELOS. **História antiga das Minas Gerais**, v.1, p. 125; BARBOSA. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**, p. 85.

sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, possível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno (MORAES, 2009, p. 88).

Sendo assim, vê-se que a apropriação do conceito de sertão feita pelo autor vai além de definir esse espaço como uma localidade facilmente caracterizável pela paisagem, ou pela ação humana em seu interior. Pelo contrário, sua conceituação nos possibilita enxergá-lo para além de uma reserva de terras para ocupação futura, um espaço passível de expansão – que será utilizado de acordo com as necessidades impostas pelo sistema econômico – no intuito de transformá-lo em um lugar ocupado valorizado, assim como as demais áreas em seu entorno, ou no restante do território (concebidas pelo autor como o “outro”, o “não-sertão”). Desse modo, o sertão concebido por Moraes (2009), “não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (MORAES, 2009, p. 89).

Caminhando no sentido de compreender de que maneira se constituía e se definia o sertão mineiro do século XVIII – considerando-o um espaço materialmente e também ideologicamente construído, segundo o olhar daqueles que o compuseram, que o vivenciaram – cabe salientar que, dentre os poetas inconfindentes, foi Cláudio Manuel quem se utilizou desse conceito em sua obra, para referir-se à região inexplorada das Minas Gerais.

Na concepção do poeta, o sertão deveria ser desbravado e cabia aos bandeirantes fazê-lo, concepção expressa em diversos momentos em que destaca a bravura e astúcia dos bandeirantes paulistas que se arriscaram por aquelas terras. Havia, no entanto, inúmeras dificuldades e obstáculos a serem superados, desde caminhos tortuosos e incertos, repletos de barreiras geográficas, até o enfrentamento com indígenas que de tudo fariam para defender a terra que lhes pertence.

Temos dobrado a grande Serra; temos
Rompidos os matos, onde ver podemos
As feras e o Gentio que a brenha oculta [...].
(COSTA, 1996, p. 379, 1ª Edição, 1837).

O poema *Vila Rica* é escrito no intento de chamar a atenção para os inúmeros feitos heroicos daqueles que ousaram desbravar o sertão mineiro. Cláudio M. da Costa revela a todo o momento os desafios enfrentados durante a descoberta e exploração do ouro. Há que se ressaltar ainda, que o poeta, demonstrando uma “preocupação civilizacional” (ALCIDES, 2003, p. 29), já verificada em outros poemas como o *Parnaso*, deixa transparecer, novamente, em *Vila Rica*, o desejo em levar ao sertão alguma ocupação e ordem, exaltando os desbravadores que ali se arriscaram e iniciaram a colonização.

A preocupação em enaltecer os viajantes e fundadores da capitania, pode ser vista no momento em que Cláudio M. da Costa menciona a fundação das três primeiras vilas de Minas Gerais, sendo essas: Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila do Carmo (atual Mariana) e Vila do Sabará. O poeta remete-se a Antônio de Albuquerque, responsável por fundar as vilas, no ano de 1711. Sobre a fundação e o fundador, Cláudio M. da Costa diz:

De vendar a empresa toma
O famoso Albuquerque, e a grande soma,
Dos tesouros que guardo eu lhe preparo.
[...]
Do Carmo a Vila, e a Vila do Ouro Preto
Formarão das conquistas o projeto;
Junto ao Rio, a que as Velhas deram nome,
A terceira erguerá, que o foral tome.
(COSTA, 1996, p. 431, 1ª Edição, 1837).

A tarefa de descrever e desvendar o sertão mineiro, a qual se propôs Cláudio M. da Costa em *Vila Rica*, mostra-nos que há um desejo por parte dos viajantes e desbravadores do século XVIII em buscar no desconhecido sertão mineiro, a fortuna. Ainda que essa busca seja movida por um *mito*, uma história passada adiante por gerações, um “sonho muitas vezes repetido” (COSTA, 1996, p. 387, 1ª Edição, 1837), foi responsável por motivar diversas expedições que acabaram por ocupar o interior da capitania e descobrir, de fato, uma incomparável riqueza ali “escondida”.

Tendo, portanto, as terras mineiras, oferecido tamanha fortuna aos desbravadores, Cláudio M. da Costa coloca-se a exaltar não somente os que nela se arriscaram, mas também, as Minas Gerais em si. *Vila Rica* é, de fato, uma obra dedicada à glorificação da capitania mineira, com suas belezas e peculiaridades. No Canto I de seu poema, a primeira estrofe abre o texto épico apresentando a história de Minas como algo a ser resgatado e repassado por gerações.

Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplausos de Albuquerque a historia.
(COSTA, 1996, p. 377, 1ª Edição, 1837).

Mais adiante, já no Canto VIII, o poeta utiliza-se das riquezas minerais para demonstrar o quão bela é a terra mineira, ressaltando que a fortuna oriunda da extração das pedras, servirá pra desenvolver a capitania e enriquecer aqueles que se aventurarem pela região em busca do ouro e dos diamantes.

O nome de Gerais por atributo
Estas Minas terão; vês os diamantes,
Mas tudo corre a encher os meus tesouros;

Hão de brilhar os séculos vindouros
Com esta fina pedra; em abundância
Vencerão os que vêm de outra distância [...].
(COSTA, 1996, p. 427, 1ª Edição, 1837).

Não apenas a capitania como um todo foi exaltada por Cláudio M. da Costa. *Vila Rica*, que deu nome ao poema, tendo sido a capital das Minas Gerais e a municipalidade mais desenvolvida econômica e socialmente daquele período, também ganhou versos em sua homenagem.

O mármore virá, que aos Céus levante
Edifícios soberbos; a elegante
Mão do artífice, a Vila edificada,
Fará que sobre as outras respeitada
De Rica tenha o nome, derivado
Dos tesouros o epíteto prezado.
(COSTA, 1996, p. 428, 1ª Edição, 1837).

Ao final do poema, já na última estrofe, Cláudio M. da Costa fecha sua narrativa com mais uma bela glorificação de Vila Rica, desejando um futuro auspicioso, àquela que foi por ele considerada, o fruto concreto da fortuna advinda das descobertas minerais que enriqueceram Minas Gerais.

Enfim serás cantada, Vila Rica,
Teu nome impresso nas memórias fica;
Terás a glória de ter dado o berço
A quem te faz girar pelo Universo.
(COSTA, 1996, p. 446, 1ª Edição, 1837).

A paixão do poeta por Minas Gerais e a exaltação da terra, suas riquezas e a grandiosidade natural nela existentes, não foi, entretanto, reconhecida por Cláudio M. da Costa logo de início. Como se sabe, o poeta retornou ao Brasil insatisfeito e desconsolado em deixar para trás, as belezas do Tejo e do Mondego e as Ninfas a quem dirigiu versos na Europa. Deparar-se com uma paisagem tão diferente da qual ele já havia se acostumado – especialmente em sua chegada pelo Caminho Novo, árduo e dificultoso – foi certamente, um choque para Cláudio Manuel da Costa, fazendo-o se referir àquelas terras como “fadigadas pela mineração” e banhadas por rios de águas “feias e turvas” (RIBEIRO, 1996).

Sendo assim, em que momento Cláudio M. da Costa mudou sua perspectiva em relação às Minas Gerais? Afinal, o poema *Vila Rica* é uma exaltação de cunho “nacionalista” das belezas e riquezas de uma terra que o poeta não viu com bons olhos em um primeiro momento. Alcides (2003) ressalta que, as experiências vividas pela população daquela região, no que dizia respeito às travessias feitas entre uma vila e outra, e até mesmo, os caminhos da Estrada Real percorridos para se chegar ao litoral, avivavam as “sensibilidades e mentalidades da sociedade mineira do século XVIII” (ALCIDES, 2003, p.115).

Essa experiência, também vivida por Cláudio M. da Costa, certamente tornou-o mais terno e atento às características típicas das terras mineiras, transformando as peculiaridades que *a priori* lhe pareciam defeitos, em detalhes marcantes e preciosos a serem narrados em suas obras, especialmente em *Vila Rica*. Cláudio M. da Costa transformou, então, a aspereza da paisagem mineira em inspiração para aclimatar àquela localidade, as musas que ele venerava na região do Tejo e do Mondego. A imagem dos rios europeus e sua leveza permaneceram vivas na obra do poeta, e mesmo contrapondo a suavidade da Arcádia e a aspereza das Minas Gerais, Cláudio M. da Costa conseguiu retratar em *Vila Rica* os elementos que tornariam a paisagem mineira memorável. Diante disso, Alcides (2003), afirma que:

Os “sertões das Minas Gerais” não seriam propícios ao cultivo das Musas, mas diante da melancolia revelaram-se adequados e até congeniais. A natureza e a sociedade melancolizavam o Dr. Cláudio Manuel; por sua vez, o pastor Glauceste Satúrnio as melancolizava ao convertê-las em “paisagem”. [...] É no encontro entre esses dois *loci horribili* (sertão/autoconsciência) que a poesia de Cláudio Manuel compõe a sua síntese. (ALCIDES, 2003, p. 173).

Tendo Cláudio M. da Costa aclimatado sua escrita e o conteúdo de seus textos às características marcantes presentes na paisagem mineira, optou o autor por utilizar-se de um estilo literário em particular para escrever *Vila Rica* e suas *Obras*. O estilo por ele escolhido foi o chamado texto épico, que se caracteriza por uma narrativa em verso ou prosa e, que tem a intenção de celebrar um grande acontecimento ou ação realizada por alguém, em épocas passadas. Cláudio M. da Costa inspirou-se na obra de Camões, *Os Lusíadas*, para dar corpo ao seu texto.

Esse tipo de texto, também chamado de epopeia, é fruto do Classicismo e é marcado pela exaltação da pátria portuguesa. Ademais, caracteriza-se por possuir dez Cantos, com esquema rítmico ABBA ABBA CDC DCD – o mesmo utilizado tanto por Camões nos *Lusíadas*, quanto por Cláudio M. da Costa, nas *Obras*. O soneto LXXVI de Cláudio, por exemplo, além de seguir a mesma estrutura do soneto VI de Luís de Camões, refere-se ao Mondego com o mesmo carinho e saudosismo. Ademais, as semelhanças entre os dois textos e a referência feita por Cláudio M. da Costa, possivelmente a Camões nesse mesmo soneto, quando diz, “De ti me apartarei”, leva a crer que o poeta mineiro fez, de fato, uma leitura da obra camoniana para compor a sua. (ALCIDES, 2003).

Já em *Vila Rica*, vê-se que, Cláudio M. da Costa retoma o Classicismo ao compor um texto épico que glorifica feitos heroicos, descreve a natureza com conhecimentos geográficos e históricos e, demonstra certo orgulho nacionalista por ter vencido uma “batalha” – no

caso da obra de Cláudio Manuel, vencido as dificuldade de se penetrar o sertão mineiro. O poema, que também está estruturado na rítmica previamente mencionada, compõe-se, segundo Muzzi (1996), de

um esquema retórico da epopéia, com seu elenco de *topoi*, motivos, temas, personagens: precedido por uma carta dedicatória a um benfeitor, abre-se com uma invocação à musa que logo inclui o “pátrio gênio”, recheia-se de alegorias, visões, sonhos, predições, povoa-se de heróis e ninfas cuja origem não é somente européia [sic], mas também nativa (MUZZI, 1996, p. 349).

Como se vê, Cláudio M. da Costa apropriou-se de referências próprias do Classicismo – acompanhando as características próprias do Arcadismo – para compor suas obras. Isso ocorreu, possivelmente, porque o texto épico melhor se encaixava na proposta do poeta, facilitando a narrativa que girava em torno da exaltação e do heroísmo, assim, como foi feito por Camões nos *Lusíadas*, por exemplo. Sobre isso, Alcides (2003), conclui que:

O uso do gênero épico, mais que tudo, confere a Minas uma nova dignidade, deitando raízes na cultura clássica; conforme a antiga teoria dos três níveis, o gênero épico correspondia ao estilo grave, próprio para o tratamento de temas elevados. Essa nova dignidade é medida por um processo de civilização que (sob o aspecto louvado pelo poeta) visa justamente controlar a melancolia desenfreada de uma região extrema, que por suas riquezas entranhadas no centro da terra e pelo ambicioso afã de seus habitantes poderia ser comparada ao quadro da Idade de Ferro pintado por Ovídio (ALCIDES, 2003, p. 185).

Há ainda, outro tema presente em *Vila Rica* que deve ser abordado no sentido de compreender quais aspectos foram essenciais para contribuir para a construção da identidade nacional e, conseqüentemente para a formação territorial das Minas setecentistas. Este tema refere-se a um acontecimento relevante na história das Minas Gerais e do país como um todo: a Guerra dos Emboabas (1707-1709), conflito travado entre paulistas e portugueses pelo direito de exploração das jazidas recém-descobertas na região das minas.

Na ocasião, os bandeirantes paulistas e os imigrantes portugueses, juntamente com aliados de outras descendências (tendo sido denominados “emboabas”⁵⁷ pelos primeiros), enfrentaram-se pelo direito de explorar o ouro descoberto, mas outros fatores como o encarecimento das mercadorias devido ao aumento da demanda na região, também influenciaram o conflito. Romeiro (2005), afirma que os bandeirantes pensavam ter maiores direitos sobre o ouro das minas, tanto por serem eles os descobridores das jazidas, quanto pelo fato daquela região fazer parte da capitania de São Vicente. Uma das conseqüências da guerra dos Emboabas foi o desmembramento dessa capitania, originando a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que apenas em 1720, vieram a se tornar capitania das Minas Gerais e capitania de São Paulo.

Em *Vila Rica*, Cláudio M. da Costa remete-se à guerra, ao colocar frente a frente, paulistas e portugueses, referindo-se aos primeiros como “infames e tumultuadores” e aos segundos como “loucos” (COSTA, 1996, p. 399 – 400, 1ª Edição, 1837). O ataque a ambos os lados se deve ao fato de o poeta ter desde a infância, ouvido histórias acerca do conflito que ocorreu vinte anos antes de seu nascimento, histórias essas contadas “sem dúvida para atemorizá-lo e aumentados da tradição, os horrores da iníqua catástrofe” (RIBEIRO, 1996, p. 09).

Ademais, pode-se inferir que o jogo de negação e elogio feito pelo poeta para com os paulistas e portugueses – lembrando que Cláudio exalta a iniciativa paulista a todo o momento – reforça nossa hipótese de que ao elogiá-los, pretende exaltar o tipo que se deseja para construir a Nação

⁵⁷ Significa "aquele que usa sapatos", remetendo aos exageros desnecessários da moda europeia em pleno interior da colônia.

independente proposta pelos inconfidentes. E, ao negá-los, vê-se que o poeta propõe que as Minas Gerais se desvinculem do contato com os bandeirantes e com os portugueses, originando, assim, uma pátria independente.

Com isso, Cláudio procurou estimular em sua obra, o desenvolvimento de características nacionais que serviriam para formar o povo que viria a compor a Nação. Características essas que, segundo Leite (2002), constituem a origem do nacionalismo de um povo, marcada pela exaltação de suas qualidades, ao serem comparados com povos considerados “inferiores”.

Colocar, portanto, paulistas e portugueses nesse jogo de oposição, mostra-nos as intenções do poeta no que diz respeito à construção das “Pátrias Minas” (COSTA, 1996, p. 403, 1ª Edição, 1837). Nação esta, que, devendo ser construída sob os ideais de liberdade do movimento inconfidente, deve contar com um povo que saberá conduzi-la em toda sua vastidão: “Desde o Sabarabuçu, matos se estendem / Que habita o Pataxós, **nação que um dia / Um Reino, um vasto Reino parecia**” (COSTA, 1996, p. 402, 1ª Edição, 1837).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transitando entre a ciência e a arte, deparamo-nos com o desafio de entrecruzar universos distintos que aparentemente, não se misturariam. No entanto, ao voltarmos nossos olhares para textos literários que tanto tinham para revelar além da ficção, soubemos de imediato que os literatos deixaram transparecer em seus escritos porções da realidade em que viveram tal qual ela se apresentava, naquele espaço e tempo específicos.

Verificamos, então, que as narrativas estavam repletas de *concepções e visões do mundo* e, por mais fantasiosas que fossem, refletiam a identidade de quem as escrevia e estavam pautadas em ideais, desejos e ideologias. Desta feita, arte e ciência passaram a nosso ver, a caminhar lado a lado, oferecendo à pesquisa o que de melhor se poderia extrair de ambas as partes.

Ao resgatarmos os discursos dos literatos inconfidentes, pudemos apreender histórica e geograficamente a realidade das Minas Gerais setecentistas implícita em seus textos, bem como, as críticas, anseios e perspectivas de *indivíduos expressivos* que se destacaram dentre os demais por sua intelectualidade e sensibilidade afloradas.

As obras escolhidas, *Vila Rica*, *Cartas chilenas* e *Canto Genetliaco*, refletem o posicionamento dos autores acerca de questões que os inquietavam e que pairavam sob a sociedade mineira daquele período. Tais questões, levantadas pelos poetas Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, culminaram em seu envolvimento na Inconfidência Mineira, movimento que pretendia tornar as Minas Gerais uma nação independente.

Na busca pela compreensão das proposições feitas pelos poetas para esta nação, apoiamo-nos, como já dito, nas próprias obras literárias, conhecendo a partir delas, o *contexto social e histórico* em que viviam esses indivíduos. As Minas Gerais do século XVIII compunham um cenário instável devido à constante vigilância da Coroa Portuguesa, a excessiva cobrança de impostos e a ameaça da derrama que pairava sob os moradores. Somava-se a isto, a insatisfação com o governador Luis da

Cunha Meneses, gerada pelas más condutas durante seu mandato, assim como retratado nas *Cartas chilenas*.

Fez-se necessário ainda, conhecer os poetas enquanto sujeitos participativos naquela sociedade, sua trajetória de vida, sua *biografia*. A partir desta necessidade, verificamos que os poetas, assim como demais envolvidos no movimento, eram homens de posse, intelectuais que ocupavam cargos importantes no governo da capitania. Tal condição os colocava em uma posição de destaque na sociedade, permitindo que se expressassem através de sua intelectualidade.

Além disso, foi fundamentalmente importante analisar quais foram as *concepções filosóficas* que nortearam os ideais dos poetas inconfidentes. Sabe-se que todos tiveram a oportunidade de realizar seus estudos na Europa, em um período que vigorava e se fortificava o *Iluminismo*, corrente ideológica que valorizava o racionalismo, a ciência e o progresso. Os poetas foram inspirados ainda pela Revolução Francesa e pela independência dos Estados Unidos – ambos os movimentos pensados sob os mesmos ideais, responsáveis por despertar o interesse dos envolvidos na Inconfidência.

Assim sendo, após a junção destes elementos, pudemos verificar a verossimilhança entre os discursos literários e a realidade vivida pelos poetas. Os enredos nos permitiram observar qual compreensão dos intelectuais sobre aquele espaço, sua *visão do mundo* refletiu-se nas entrelinhas do texto literário e, revelou-nos percepções, opiniões e posições diferenciadas acerca daquela realidade.

No que se refere ainda, à compreensão do *contexto social e histórico* da região das Minas Gerais, percebemos que seria fundamental verificar a conjuntura social, política e econômica que regia aquele espaço. Assim sendo, iniciamos pela discussão de um conceito caro à Geografia, o de *sertão*. Tendo sido utilizado através do tempo para descrever espaços longínquos, pouco ou nada ocupados e, fadados ao isolamento ou ao atraso, o conceito de *sertão* passou a ser visto para além de seu qualificativo de lugar, mas sim, como uma *condição*, uma realidade a ser superada.

Nas Minas Gerais do século XVIII, não foi diferente. O chamado “sertão dos Cataguases” foi caracterizado como uma região inóspita e desconhecida que assim permaneceu até que os metais preciosos fossem descobertos. A partir de então, a região se desenvolveu, recebeu grande contingente populacional e teve no “ciclo do ouro” um de seus momentos áureos, despertando o interesse de desbravadores, bandeirantes e também da Coroa portuguesa.

Assim, o *sertão* começou a ser delineado e ocupado, urbanizando-se. O povoamento da região se dava na medida em que novas jazidas eram descobertas e, concomitantemente à extração do ouro, novas atividades como a pecuária, a agricultura e o comércio se desenvolviam. Observando o desenvolvimento crescente da região, a Coroa portuguesa voltou seu olhar com interesse para a capitania mineira e passou a supervisionar de perto a exploração dos metais preciosos. A partir de então, altos impostos começaram a ser cobrados dos moradores e a vigilância sobre tudo o que era extraído ficou mais intensa. O lançamento da “derrama”, que cobraria as dívidas acumuladas dos impostos não pagos, foi a gota d’água para desencadear o movimento inconfiante.

Ao recorrermos à literatura de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, no intuito de resgatar a proposta feita por estes indivíduos para as Minas Gerais independentes, deparamo-nos com ideias diferenciadas, opiniões divergentes, mas, que convergiam para um mesmo caminho: aquele que levaria a capitania mineira a se tornar um território livre do domínio português.

Dentre estas divergências, que envolviam questões governamentais e econômicas, a que mais gerou debates dizia respeito à libertação dos escravos. Ora, se estes indivíduos estavam dispostos a lutar para ver livre um território e um povo, certamente os escravos conquistariam sua liberdade. Não foi, de fato, o que aconteceu. Com exceção de Alvarenga Peixoto, que apesar de ser grande proprietário de terras e senhor de muitos escravos, era favorável à libertação dos cativos, os demais envolvidos no movimento não estavam de acordo. Era praticamente unanimidade entre eles que se libertassem os escravos, não haveria mais mão-de-obra para a lida na mineração.

Em nenhum momento os poetas inconfidentes propuseram alterações na organização social após a independência das Minas Gerais, tudo leva a crer que, o trabalho escravo seria mantido ao invés de optarem, por exemplo, pela mão-de-obra assalariada. Tendo isto em mente, passamos a observar o movimento inconfidente como sendo uma *revolução conservadora*, ou seja, apesar de lutarem pela liberdade em relação a Portugal, o *status quo* seria mantido, sem que fossem feitas mudanças estruturais significativas no sistema colonial vigente.

Apreendemos, portanto, diferentes concepções, propostas e desejos em cada uma das obras dos poetas inconfidentes e, a partir das mesmas, procuramos avaliar de que maneira se processou a formação territorial brasileira e a construção da *identidade nacional* naquele período, na região das Minas Gerais. Deve-se ressaltar que, de maneiras subjetivas ou diretas, os poetas inconfidentes procuraram dar destaque em seus textos a questões relativas à construção da nação por eles almejada, valorizando aspectos políticos, econômicos, sociais e identitários que deveriam permear o território independente.

Cláudio Manuel da Costa no épico *Vila Rica* procurou valorizar as belezas naturais das Minas Gerais, mostrando-se tão encantado por aquelas paisagens quanto pelas europeias, que outrora deixara para trás. Ao considerar as Minas Gerais como sua “pátria”, o poeta deixa transparecer o desejo de ver aquelas terras independentes. Ademais, o poeta faz elogios frequentes aos bandeirantes paulistas, por sua bravura e disposição em enfrentar o sertão praticamente inexplorado. Com isso, Cláudio M. da Costa procurou delinear qual *povo* deveria compor a nação independente, antecipando um princípio do Romantismo que viria a se manifestar apenas no século XIX.

Opondo-se a este pensamento, estava Alvarenga Peixoto, que ao exaltar em *Canto Genetliaco* o nascimento do filho do governador Dom Rodrigo de Meneses – desejando que a criança seguisse os passos do pai e viesse a governar um dia – colocou-se ao lado da nobreza portuguesa, vendo-a como fundamental na instituição do governo na capitania.

Tomás Antônio Gonzaga, por sua vez, rejeitou o governo português em seu texto satírico, *Cartas chilenas*. Todo o poema é

dedicado a desmoralizar o governador Luís da Cunha Meneses, refletindo a insatisfação do poeta diante do governante e da monarquia absolutista como um todo. Parte da insatisfação advinha ainda, da proibição que vigorava na colônia, de se instalarem indústrias de qualquer tipo. Desta feita, o poeta mostrava interesse em modificar com a independência de Portugal não somente o contexto político vigente, mas também, o econômico.

Assim sendo, pudemos verificar que cada poeta possuía uma visão diferenciada sobre a *identidade* que deveria compor a nação independente. Ao valorizar os portugueses e rejeitar os paulistas ou vice-versa, os poetas acabaram por delinear o *tipo ideal* para integrar o território independente. Tendo isto em mente, voltamos nosso olhar para a compreensão de qual território comporia a nação almejada.

Sabendo que não havia proposta ou possibilidade de tornar independente toda a colônia, verificamos que além da capitania mineira vinham sendo feitas articulações em São Paulo e também Rio de Janeiro, através do tenente-coronel Francisco de Paula e de Tiradentes, respectivamente. O levante, que teria como “pretexto” o lançamento da derrama, teria início em Vila Rica e se estenderia por demais localidades da capitania, tais como Minas Novas, Serro Frio, Borda do Campo, São José e Tamanduá. Em seguida, abarcaria ainda as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em *Vila Rica*, Cláudio Manuel da Costa realiza uma descrição detalhada de algumas destas localidades, mostrando-nos que era uma tarefa de fundamental importância, mapear e valorizar o território que comporia a nação independente. Vale ressaltar que o poeta mencionou apenas algumas localidades, vilas criadas há algum tempo e que ocupavam posição estratégica no caminho das *Estradas Reais*, por onde circulavam as pedras preciosas. No entanto, estas vilas compunham apenas parte do território almejado para compor a República, havendo ainda, outros arraiais e povoações menores que constituíam a região mineradora.

Portanto, os poetas inconfidentes deixaram refletir em seus textos aspectos fundamentais do processo de construção da nacionalidade e da territorialidade brasileiras. A *identidade nacional* por eles proposta para

configurar um território independente foi responsável por delinear diversos aspectos que seriam fundamentais para constituir um território livre do domínio colonial. Ao delimitar a região, tecer críticas contra governantes e contra o sistema vigente, revelar ideais libertários e propor alternativas políticas e econômicas para a nação, a literatura de Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, tornou-se um discurso originalmente brasileiro, carregado de significados e ideologias.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1954.

ALCIDES, Sérgio. **Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem de Minas (1753-1773)**. São Paulo: Hucitec, 2003.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS, 2008.

ANDRADE, Manoel Corrêa. **Espaço polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1983.

ANSELMO, Rita de Cássia Martin de Souza. “Literatura e Geografia: aproximações e distanciamentos”. **Anais do III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico / I Encontro Nacional de Geografia Histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, K. F. **Arquivo de mapas e figuras levantados na internet na pesquisa “Geografia e Literatura: Minas Gerais pelo olhar dos poetas da Inconfidência Mineira”**. Uberlândia: NUGEM/UFU, 2014.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BARBOSA, Wademar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editôra Saterb, 1971.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1959.

CÂNDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Francisco de Assis. “A Memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX”. **Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty: UFMG, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. “Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo”. **Sociedade & Natureza**, vol. 22, n. 3, dezembro, 2010.

CAVALCANTI, B. **Passaporte para o Futuro**: Afonso Arinos de Melo Franco. Um ensaísta na República. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

CÉSAR, Guilhermino. **Historiadores e críticos do Romantismo**. A contribuição europeia, crítica e história literária. São Paulo: EdUSP, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1956.

COSTA, Antônio Gilberto (org). **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Cláudio Manuel da. “Cláudio Manuel da Costa”. *In*: **A poesia dos inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

COSTA FILHO, Miguel. **O Engenho de Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1959.

DEL GAUDIO, Rogata; PEREIRA, Doralice Barros. “A Polissemia em torno do vocábulo Pays/País: entre Escalas, Estados e Nações”. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 33, n. 2, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FIGUEIREDO, Luciano; LAPA, Manuel Rodrigues; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; BANDEIRA, Manuel; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (orgs.). **A poesia dos Inconfidentes**. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas De’Irei**. Espaço e Poder nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. “A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)”. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, n. 44, 2002.

FREDERICO, Celso. “A sociologia da literatura de Lucien Goldmann”. **Estudos Avançados**, vol. 19, n. 54, 2005.

FREITAS, Inês Aguiar de. “Para pensar um novo mundo: a geografia dos jesuítas no Brasil”. **Mercator**, n. 03, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Editora Gradiva, 1983.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Editora Difel, 1976.

GOLDMANN, Lucien. **A Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

GONZAGA Tomás Antônio. **Tratado de Direito Natural**. Carta sobre a usura – minutas – correspondência – documentos. Obras Completas, v. II. Edição Crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Instituto Nacional do Livro, 1957.

GONZAGA, Tomás Antônio. “Tomás Antônio Gonzaga”. *In: A poesia dos inconfidentes*. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

JARDIM, Márcio. **A Inconfidência Mineira: uma síntese factual**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In.: LORENZO, Helena Carvalho. (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LAPA, Manuel Rodrigues; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (orgs.). **A poesia dos Inconfidentes**. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 6ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais (origem e formação)**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Vila Rica do Ouro Preto**. Síntese histórica e descritiva. Rio de Janeiro: EGL Editora, 1996.

MACHADO, Lia Osório. “Artificio político en el origen de la unidade territorial de Brasil”. In.: CAPEL, Horacio (coord). **Los espacios acotados: geografía y dominación social**. Barcelona: PPU, 1990.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

MALARD, Letícia; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (orgs.). **A poesia dos Inconfidentes**. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAWE, John. **Viagens pelo interior do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1978.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MOURÃO, Rui. “Entre todos, o revolucionário”. **Boletim Informativo do Museu da Inconfidência**. N. 32, 2012.

MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (org.). **A poesia dos Inconfidentes**. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. “Inácio José de Alvarenga Peixoto”. *In: A poesia dos inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

PEREIRA, Paulo Roberto Dias; MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de. FILHO, Domício Proença (orgs.). **A poesia dos Inconfidentes**. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Inconfidência Mineira**. São Paulo: Global Editora, 1983.

RIBEIRO, João; PEREIRA, Paulo Roberto Dias; MUZZI, Eliana S.; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de. FILHO, Domício Proença (orgs.). **A poesia dos Inconfidentes**. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.

RODRIGUES, Carmem Marques. "Distrito Diamantino". **BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa**. Disponível em: <http://lhs.unb.br/biblioatlas/Distrito_Diamantino>. Acesso em: 23/07/2013.

ROMEIRO, Adriana. "Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (orgs.). **Modos de Governar - Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

ROMERO, José L. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

ROVISCO, Maria Luís. “Reavaliando as Narrativas da Nação – Identidade Nacional e Diferença Cultural”. **Atas do IV Congresso Português de Sociologia**. Lisboa: APS, 1990.

SANTOS, Lúcio José dos. **A Inconfidência Mineira**: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SANTOS, Milton. “Circuitos espaciais da produção: um comentário”. In: SOUZA, Maria Adelia; SANTOS, Milton (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. “O território e o Saber Local: algumas categorias de análise”. **Cadernos IPPUR**, ano XIII, n. 2, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da Conjuração Mineira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da Conjuração Mineira. Tomo II**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SILVEIRA, Maria Laura. “Uma situação geográfica: do método à metodologia”. **Revista Território**, ano IV, n. 6, janeiro/junho, 1999.

SIMONSEN, Roberto. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. **Discurso Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O Homem e a Montanha**. Introdução ao estudo das influências da Situação Geográfica para a Formação do Espírito Mineiro. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1944.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. “Melo e Castro e sua inação quanto às Minas Gerais: a instrução de 1775 e a Governação de D. António de Noronha”. *In*: PIMENTEL, Mária do Rosário (org.). **Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas: conjugação de dois mundos**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **O Mito da Originalidade Brasileira**: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo) (Dissertação de mestrado em Filosofia). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1983.

VENÂNCIO, R. P. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. *In*: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: EdFMG, 2001.

SOBRE A AUTORA

SOBRE A AUTORA



Kárita de Fátima Araújo é professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso e atua como professora substituta na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), concluiu o mestrado em Geografia em 2014 e Doutorado em Geografia em 2019 pela mesma instituição. Possui publicações e interesse na área de pensamento geográfico e história da geografia. E-mail para contato: karitafaraujo@hotmail.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção “Comunicação & Políticas Públicas” e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 150 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção “Comunicação & Políticas Públicas”

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.



+ 55 (95) 981235533 /



nupsbooks@gmail.com



www.livroeletronico.net

